

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS



RELATÓRIO DE GESTÃO 2004

APRESENTAÇÃO

Uma recuperação histórica: eis o resumo mais preciso para o ano que se concluiu no mercado de capitais brasileiro. Depois de um ano como 2003, dificilmente os mais otimistas poderiam prever o que se viu em 2004: retomada surpreendente das emissões primárias, especialmente de ações; aumento vigoroso das distribuições secundárias; salto de valorização de mercado das companhias abertas, tanto em termos absolutos quanto em relação ao PIB. Se 2003 foi uma travessia desafiadora, 2004 foi o ano em que nosso mercado de capitais demonstrou sua resiliência.

O mercado acionário é o destaque indubitável do ano. As nove emissões primárias de ações totalizaram, incluindo ADR, R\$6,1 bilhões, quase doze vezes o volume emitido em 2003. É o maior volume observado desde 1996 – grande ano das privatizações, quando a receita do Programa Nacional de Desestatização ultrapassou R\$4 bilhões. Subtraída essa receita, 2004 assumiria o recorde histórico de emissões de ações no período pós-Plano Real. Em dólar, as emissões do ano passado são o maior volume desde 1998, ano da crise russa, quando os fluxos de capitais para países emergentes sofreram uma interrupção abrupta. Os US\$2,1 bilhões de ações emitidos em 2004 são, portanto, o maior volume em dólar no atual sistema de câmbio flutuante.

A bolsa de valores não contradisse a exuberância do mercado primário. O volume negociado no ano chegou a R\$304 bilhões, com aumento de quase 49%. A capitalização média anual das companhias listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) alcançou R\$728 bilhões, uma apreciação de 46%. A capitalização do mercado acionário ultrapassou 41% do PIB estimado para 2004. Desde 1996, essa importante medida internacional do vigor de um mercado de capitais sempre flutuou, no Brasil, próxima da média de 33%.

O salto mais importante, entretanto, foi de qualidade. Sete das nove emissões primárias de ações ocorreram nos segmentos de listagem da BOVESPA que asseguram excelentes padrões de governança corporativa (Nível 2 e Novo Mercado). Tais emissões totalizaram R\$4 bilhões, 2/3 do volume do ano. Além disto, em praticamente todas essas emissões houve significativo excesso de demanda e intensa participação de pessoas físicas, sem utilização de incentivos fiscais, ou outros mecanismos artificiais de criação de demanda, como ocorreu ao tempo da liberação direcionada de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Esta é a melhor notícia de todas: o que torna o ano de 2004 histórico é exatamente o fato de que o mercado reagiu com seus próprios mecanismos – com investidores exigindo emissões em alto nível de governança, e emissores obtendo, em contrapartida, padrões nunca antes experimentados de múltiplos de receita, patrimônio ou lucro. Com ampla liberdade, regulação e auto-regulação adequadas, e sem incentivos fiscais, o Brasil certamente está iniciando a formação de uma geração de investidores que vêm ao mercado com suas próprias pernas e mentes, e pelas razões adequadas, sem ilusões ou promessas indevidas. Só esta consciência fará destes investidores agentes de longo prazo no mercado de capitais.

Também é relevante salientar que este êxito do mercado primário de ações em 2004 só foi possível porque há alguns anos vem sendo plantada, por muitos agentes de mercado, a semente correta do respeito aos investidores e da cultura de aprimoramento da gestão das empresas. O esforço da BOVESPA de 2001, de criação do Nível 2 e do Novo Mercado, deu frutos porque foi plantado há tempos, e disseminado com paciência. Os investidores, que reiteradamente têm manifestado seu inconformismo com atos indevidos de gestão ou controle nas companhias abertas puderam

demonstrar aos emissores que o mercado retribui a quem se preocupa com o respeito ao investidor. E as companhias que acreditaram no modelo colheram benefícios, legítimos e duradouros.

Mas o mercado brilhou também com os demais valores mobiliários e com as distribuições secundárias. Os principais instrumentos de dívida corporativa local, as debêntures e as notas promissórias, totalizaram R\$11,9 bilhões (81% disso, debêntures), com aumento de 60% sobre o volume do ano anterior. As distribuições secundárias atingiram R\$6,2 bilhões, mais de três vezes o total de 2003. É o maior volume nessa modalidade de distribuição desde 2000, ano das vendas de ações das companhias elétricas e do leilão de ações ordinárias da Petrobrás. Excluídas essas operações especiais, o volume de distribuições secundárias de 2004 seria o maior desde 1996.

No âmbito do Plano Plurianual do governo, uma das estatísticas pertinentes à CVM é a participação do mercado de capitais na formação do capital produtivo na economia. Essa participação é medida pelo total de emissões primárias mais distribuições secundárias, como um percentual da formação bruta de capital fixo. Estimamos que essa participação tenha praticamente dobrado, de 4,1% em 2003 para 7,9% em 2004.

Na CVM, 2004 foi o ano de uma transição administrativa que preservou a continuidade do trabalho e dos projetos em andamento. Treze novas Instruções foram aprovadas, com destaque para a nova regulação dos fundos de investimento, que uniformizou o tratamento da maior parte dos fundos de investimento brasileiros, com forte preocupação no aspecto informacional e de proteção aos cotistas. Outros tópicos importantes cobertos pelas Instruções de 2004 foram as corretoras de mercadorias, as debêntures padronizadas, a inclusão das entidades de propósito específico nas demonstrações contábeis das companhias abertas e os certificados de recebíveis imobiliários.

Além disso, 2004 reflete o que se entende como uma transição também na ênfase do trabalho do órgão regulador. De uma ênfase na revisão regulatória, motivada pela reforma legal de 2001, passamos este ano a uma nova etapa, em que a ênfase maior estará na promoção das regras vigentes e na fiscalização do mercado. Diversos números que serão encontrados neste relatório demonstram isso. Em 2004, foram 70 os processos administrativos julgados (seis desses em rito sumário), um número 37% maior do que em 2003 e 71% maior do que em 2002. Nos julgamentos da CVM, foram 239 as penalidades aplicadas, com aumento de 61% sobre 2003; e o dobro do aplicado em 2002.

Apesar dessa nova ênfase, a CVM preservará a continuidade dos projetos de regulação em andamento e promoverá o desenvolvimento de novos. Para 2005, um projeto central de regulação é a nova Instrução sobre o registro das companhias abertas, mas haverá novidades também na área dos fundos de investimento e dos produtos estruturados.

Por fim, vale menção ao esforço que está sendo feito para dotar a CVM de um pensamento estratégico e uma visão de longo prazo. As iniciativas do regulador decorrerão cada vez mais de uma visão orgânica de seu papel no mercado de capitais. Assim, a CVM está publicando em 2005, pela primeira vez, um plano estratégico institucional, abrangendo o triênio de 2005 a 2007. Nele estão detalhadas dezenas de iniciativas e projetos para alcançar os objetivos estratégicos eleitos. É a plataforma sobre a qual a CVM pretende desempenhar o papel que lhe cabe naquilo que parece ser, a partir de 2004, o início de uma ascensão rumo a um mercado de capitais sofisticado e plenamente realizado em seu potencial de contribuição para o desenvolvimento de nosso país.

MARCELO FERNANDEZ TRINDADE

PRESIDENTE

1. ESTRUTURA DA CVM

1.1. COLEGIADO

Presidente - PTE

Marcelo Fernandez Trindade

Tels: 55 21 3233-8242 / 3233-8245

Fax: 55 21 2221-6769

email: pte@cvm.gov.br

Diretor

Wladimir Castelo Branco Castro

Tels: 55 21 3233-8250 / 3233-8251

Fax: 55 21 3233-8531

email: wladimircbc@cvm.gov.br

Diretora

Norma Jonssen Parente

Tels: 55 21 3233-8252 / 3233-8253

Fax: 55 21 3233-8531

email: dnp@cvm.gov.br

Diretor

Sergio Eduardo Weguelin Vieira

Tels: 55 21 3233-8248 / 3233-8249

Fax: 55 21 3233-8531

email: dla@cvm.gov.br

1.2. CHEFIA DE GABINETE E ASSESSORIAS

Gabinete da Presidência - CGP

Aline de Menezes Santos

Tel: 55 21 3233-8266

Fax: 55 21 3233-8524

email:cgp@cvm.gov.br

Procuradoria Federal Especializada - PFE

Henrique de Rezende Vergara

Tel: 55 21 3233-8279

Fax: 55 21 3233-8394

email: vergara@cvm.gov.br

Ouvidoria - OUV

Aline de Menezes Santos

Tel: 55 21 3233-8266

Fax: 55 21 3233-8524

email:ouvidor@cvm.gov.br

Assessoria de Comunicação Social - ASC

Ricardo Gontijo

Tel: 55 21 3233-8235

Fax: 55 21 3233-8422

email: asc@cvm.gov.br

Assessoria Econômica - ASE

Fabício Mello Rodrigues da Silva

Tel: 55 21 3233-8277

Fax: 55 21 3233-8477

email: ase@cvm.gov.br

Auditoria Geral - AUD

Roberto Dias

Tel: 55 21 3233-8324

Fax: 55 21 3233-8337

email:aud@cvm.gov.br

1.3. SUPERINTENDÊNCIAS:

Superintendência Geral - SGE

Roberto Tadeu Antunes Fernandes

Tel: 55 21 3233-8258

Fax: 55 21 3233-8264

email:sge@cvm.gov.br

Superintendência Regional de São Paulo - SRS

Eli Loria

Tel: 55 11 3226-2003

Fax: 55 11 3226-2049

email: srs@cvm.gov.br

Superintendência Regional de Brasília - SRB

Edison Antonio Costa Britto Garcia

Tel: 55 61 327-2041

Fax: 55 61 327-2034

email: srb@cvm.gov.br

Superintendência de Relações com Empresas - SEP

Elizabeth Lopez Rios Machado

Tel: 55 21 3233-8201

Fax: 55 21 3233-8223

email: elizabeth@cvm.gov.br

Superintendência de Relações Internacionais - SRI

Eduardo Manhães Ribeiro Gomes

Tel: 55 21 3233-8263

Fax: 55 21 3233-8292

email:intl@cvm.gov.br

Superintendência de Fiscalização Externa - SFI

Luis Mariano de Carvalho

Tel: 55 21 3233-8289

Fax: 55 21 3233-8496

email:sfi@cvm.gov.br

Superintendência de Normas Contábeis e Auditoria - SNC

Antonio Carlos de Santana

Tel: 55 21 3233-8268

Fax: 55 21 3233-8212

email:snc@cvm.gov.br

Superintendência de Relação com Investidores Institucionais - SIN

Carlos Eduardo Pecego Sussekind

Tel: 55 21 3233-8395

Fax: 55 21 3233-8473

email:sin@cvm.gov.br

Superintendência de Desenvolvimento de Mercado - SDM

Suli da Gama Fontaine

Tel: 55 21 3233-8205

Fax: 55 21 3233-8681

email: sdm@cvm.gov.br

Superintendência Administrativo-Financeira - SAD

Leonardo José Mattos Sultani

Tel: 55 21 3233-8575

Fax: 55 21 3233-8475

email: sultani@cvm.gov.br

Superintendência de Informática - SSI

Miguel Bahury

Tel: 55 21 3233-8624

Fax: 55 21 3233-8424

email: ssi@cvm.gov.br

Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários - SMI

Waldir de Jesus Nobre

Tel: 55 21 3233-8303

Fax: 55 21 3233-8373

email: smi@cvm.gov.br

Superintendência de Registro de Valores Mobiliários - SRE

Carlos Alberto Rebello Sobrinho

Tel: 55 21 3233-8241

Fax: 55 21 3233-8356

email: sre@cvm.gov.br

Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores - SOI

Marcelo de Sampaio Marques

Tel: 55 21 3233-8210

Fax: 55 21 3233-8211

email: soi@cvm.gov.br

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	2
1. ESTRUTURA DA CVM.....	4
1.1. COLEGIADO	4
1.2. CHEFIA DE GABINETE E ASSESSORIAS	5
1.3. SUPERINTENDÊNCIAS:.....	6
2. GESTÃO OPERACIONAL / FINALÍSTICA	12
2.1. A CVM E O PROGRAMA DE GOVERNO	12
2.1.1. <i>Introdução</i>	12
2.1.2. <i>Credos da CVM</i>	12
Missão da CVM.....	12
Objetivos da CVM.....	12
2.1.3. <i>Dados do Programa</i>	14
2.1.4. <i>Desempenho do Programa em 2004</i>	14
Indicadores do PPA	14
Ações do Programa Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários	16
Resultado das Ações para o PPA em 2004	18
2.2. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – ASC	23
2.2.1. <i>Competência</i>	23
2.2.2. <i>Comentários Gerais</i>	23
2.2.3. <i>Atividades em 2004</i>	23
2.2.4. <i>Planejamento para 2005</i>	24
2.3. ASSESSORIA ECONÔMICA – ASE	25
2.3.1. <i>Competência</i>	25
2.3.2. <i>Atividades em 2004</i>	25
A página na intranet.....	25
Recursos humanos e físicos.....	26
Projetos específicos	27
2.3.3. <i>Planejamento para 2005</i>	27
2.4. PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO À CVM – PFE.....	29
2.4.1. <i>Competência</i>	29
2.4.2. <i>Comentários Gerais</i>	29
2.4.3. <i>Representação Judicial</i>	31
2.4.4. <i>Atividade Normativa</i>	31
2.4.5. <i>Relacionamento Institucional</i>	32
2.5. SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE MERCADO – SDM	33
2.5.1. <i>Competência</i>	33
2.5.2. <i>Detalhamento das Atribuições</i>	33
2.5.3. <i>Estrutura de Gerências</i>	34
2.5.4. <i>Principais Projetos e Trabalhos Desenvolvidos</i>	34
2.5.5. <i>Projetos de Regulamentação em Estudo</i>	35
2.6. SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – SRI	37
2.6.1. <i>Competência</i>	37
2.6.2. <i>Comentário Geral sobre as Atividades</i>	37
2.6.3. <i>Relações Multilaterais</i>	38
2.6.4. <i>Relações Bilaterais</i>	45
2.6.5. <i>Difusão de Informações</i>	45
2.7. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EXTERNA – SFI.....	47
2.7.1. <i>Competência</i>	47
2.7.2. <i>Resultados e Indicadores</i>	47
2.8. SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS – SIN	51
2.8.1. <i>Competência</i>	51
2.8.2. <i>Comentários Gerais</i>	51

2.8.3.	<i>Resultados e Indicadores</i>	53
2.9.	SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS – SMI.....	58
2.9.1.	<i>Competência</i>	58
2.9.2.	<i>Estrutura Organizacional</i>	58
2.9.3.	<i>Resultados Quantitativos</i>	59
2.9.4.	<i>Planejamento para 2005</i>	59
2.10.	SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA – SNC	60
2.10.1.	<i>Competência</i>	60
2.10.2.	<i>Estrutura Interna</i>	60
2.10.3.	<i>Acompanhamento e Normatização da Atividade de Auditoria</i>	60
2.10.4.	<i>Normatização e Assessoramento Contábil</i>	64
2.10.5.	<i>Participação em Eventos</i>	65
2.10.6.	<i>Projetos Normativos em Andamento</i>	66
2.10.7.	<i>Projetos Para o Triênio 2005/2007</i>	66
2.10.8.	<i>Indicadores de Gestão</i>	68
2.11.	SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO – SRE.....	71
2.11.1.	<i>Competência</i>	71
2.11.2.	<i>Comentários Gerais</i>	71
2.11.3.	<i>Ofertas Públicas de Distribuição</i>	72
2.11.4.	<i>Ofertas Públicas de Aquisição de Ações - OPA</i>	76
2.11.5.	<i>Supervisão de Outros Emissores de Valores Mobiliários</i>	76
2.11.6.	<i>Atividade Consultiva</i>	77
2.11.7.	<i>Atividade de Normatização</i>	77
2.12.	SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS – SEP	78
2.12.1.	<i>Competência</i>	78
2.12.2.	<i>Resultados Qualitativos</i>	79
2.12.3.	<i>Resultados Quantitativos</i>	82
2.12.4.	<i>Planejamento para 2005</i>	83
2.13.	SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO E ORIENTAÇÃO A INVESTIDORES – SOI.....	84
2.13.1.	<i>Competência</i>	84
2.13.2.	<i>O Programa de Orientação e Proteção ao Investidor – PRODIN</i>	84
2.13.3.	<i>Estrutura da Superintendência</i>	85
2.13.4.	<i>Atuação da Gerência de Orientação e Educação de Investidores</i>	85
2.13.5.	<i>Atuação das Gerências de Orientação a Investidores – GOI</i>	87
	Fundos.....	87
	Empresas	88
	Mercado.....	88
2.13.6.	<i>Resultados Quantitativos PRODIN</i>	88
2.13.7.	<i>Indicadores de Gestão</i>	89
3.	GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E DE PESSOAS	90
3.1.	SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA – SAD.....	90
3.1.1.	<i>Competência</i>	90
3.1.2.	<i>Estrutura</i>	90
3.1.3.	<i>Resultados e Indicadores</i>	90
	Resultados Qualitativos	90
	Resultados Quantitativos	94
	Indicadores de Gestão.....	96
3.1.4.	<i>Gerência de Orçamento e Finanças – GAF</i>	97
	Orçamento	97
	Financeiro.....	100
	Contabilidade	102
	Passagens e Diárias	103
	Outras Realizações	103
3.1.5.	<i>Gerência de Compras e de Serviços Gerais – GAG</i>	103
	Setor de Compras	103
	Setor de Contratos/Convênios	104
	Setor de Patrimônio	105
	Setor de Almoxarifado	105

Setor de Serviços Gerais.....	106
3.1.6. <i>Gerência de Recursos Humanos – GAH</i>	106
Administração de Recursos Humanos.....	107
Desenvolvimento de Recursos Humanos.....	110
Atividades Desenvolvidas em 2004.....	112
Projetos Prospectivos.....	128
3.1.7. <i>Gerência de Documentação – GAD</i>	128
3.1.8. <i>Gerência de Projetos – GAP</i>	131
3.2. SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA – SSI.....	135
3.2.1. <i>Competências</i>	135
3.2.2. <i>Atividades Desenvolvidas em 2004</i>	136
3.2.3. <i>Planejamento para 2005</i>	138
3.2.4. <i>Estrutura de Pessoal</i>	139
3.3. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE BRASÍLIA – SRB.....	140
3.3.1. <i>Competências</i>	140
3.3.2. <i>Atividades Junto ao Poder Legislativo</i>	140
3.3.3. <i>Atividades Junto ao Poder Executivo</i>	141
3.3.4. <i>Atividades Junto ao Poder Judiciário</i>	141
3.3.5. <i>Atividades Externas</i>	141
3.3.6. <i>Atividades Internas</i>	142
3.4. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO – SRS.....	143
3.4.1. <i>Competência</i>	143
3.4.2. <i>Comentários Gerais</i>	144
3.4.3. <i>Estrutura Organizacional</i>	145
3.4.4. <i>Componentes Organizacionais Lotados em São Paulo</i>	146
3.4.5. <i>Recursos Humanos</i>	148
3.4.6. <i>Patrimônio</i>	149
3.4.7. <i>Principais Indicadores da SRS</i>	152
3.5. AUDITORIA INTERNA – AUD.....	153
3.5.1. <i>Atividades Realizadas</i>	154
Auditoria das atividades orçamentárias, financeiras e contábeis.....	154
Auditoria de Gestão.....	154
Auditorias específicas.....	155
Estrutura interna e capacitação da AUD/CVM.....	155
Atividades desenvolvidas e não planejadas inicialmente.....	155
3.5.2. <i>Conclusão da Auditoria</i>	156

2. GESTÃO OPERACIONAL / FINALÍSTICA

2.1. A CVM E O PROGRAMA DE GOVERNO

2.1.1. INTRODUÇÃO

Dentro da programação governamental para o quadriênio 2004-2007, cabe à CVM a condução do Programa Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários. Essa forma de planejamento federal teve início em 2000, com o quadriênio 2000-2003, sendo oportuno tecer alguns comentários quanto ao conteúdo e aos resultados alcançados nessa experiência.

O Plano Plurianual – PPA é o resultado de uma experiência bem sucedida da Administração Pública Federal com o Programa “Brasil em Ação”, durante o período 1996-1999, iniciativa que sugeriu a reestruturação do planejamento estratégico governamental, no sentido de uma maior transparência em relação aos resultados alcançados e, assim, melhor alocação de recursos. Ao mesmo tempo em que se promoveu a elaboração de um conjunto de projetos estratégicos, segundo eixos nacionais de integração e desenvolvimento, estabeleceu-se uma sistemática que facilitasse a visualização e compreensão de todo o esforço governamental, permitindo o acompanhamento centralizado da gestão dos agentes responsáveis pelas ações públicas na consecução dos objetivos da Administração Federal.

Essas modificações tiveram suas repercussões na CVM, que já então adotava um programa de qualidade voltado para o aprimoramento da gestão e para a definição de objetivos e metas, para o qual o Colegiado aprovava os seguintes conceitos:

2.1.2. CREDOS DA CVM

Constituindo-se nos princípios básicos, fundamentais, que devem inspirar a Autarquia e todos os seus componentes organizacionais em suas atuações junto ao mercado de valores mobiliários.

MISSÃO DA CVM

Desenvolver, regular e fiscalizar o Mercado de Valores Mobiliários, como instrumento de captação de recursos para as empresas, protegendo o interesse dos investidores e assegurando ampla divulgação das informações sobre os emissores e seus valores mobiliários.

OBJETIVOS DA CVM

De acordo com a lei que a criou, a Comissão de Valores Mobiliários exercerá as suas funções, a fim de:

- Estimular a formação de poupanças e a sua aplicação em valores mobiliários;
- Promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações, e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social de companhias abertas sob controle de capitais privados nacionais;
- Assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados da bolsa e de balcão;
- Proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado contra:

- Emissões irregulares de valores mobiliários;
- Atos ilegais de administradores e acionistas controladores das companhias abertas, ou de administradores de carteira de valores mobiliários.
- Uso de informação relevante não divulgada no mercado de valores mobiliários.
- Evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço dos valores mobiliários negociados no mercado;
- Assegurar o acesso do público a informações sobre os valores mobiliários negociados e as companhias que os tenham emitido;
- Assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários;
- Assegurar a observância no mercado das condições de utilização de crédito fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Assim sendo, a CVM, com base em orientações dos órgãos centrais de Planejamento e Orçamento, reordenou seu planejamento de forma a adaptá-lo aos novos padrões governamentais, que passaram a vigorar a partir de 2000 com a introdução do PPA 2000-2003.

Em 2004, a estrutura adotada no quadriênio anterior foi mantida, tendo sido incluídas algumas ações relacionadas à gestão dos recursos humanos da Autarquia, por determinação daqueles órgãos, que são:

- Assistência médica e odontológica aos servidores, aos empregados e seus dependentes;
- Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados;
- Auxílio-alimentação aos servidores e empregados;
- Auxílio-transporte aos servidores e empregados; e
- Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação.

Ainda, foi excluída a ação Estudos Prospectivos para Desenvolvimento de Novos Mercados, sob alegação de não ter havido qualquer execução nos anos anteriores, a despeito dos esclarecimentos prestados pela CVM sobre as limitações orçamentárias impostas.

Em relação aos indicadores de resultados, vale registrar que, ao defini-los para o quadriênio 2000 – 2003, se procurou eleger índices que melhor refletissem a missão da Autarquia em termos de estímulo ao desenvolvimento do mercado de valores mobiliários, sua importância econômica e seus reflexos na sociedade.

No decorrer da análise dos indicadores definidos, verificou-se que aquele referente à taxa de andamento dos processos administrativos da CVM não era adequado, pois seu critério não permitia avaliar eficientemente o papel da Autarquia, uma vez que o seu cálculo apenas comparava o número de inquéritos em andamento (no momento da comparação) com o total acumulado.

A Superintendência de Fiscalização Externa – SFI argumentou que o aumento ou a redução do indicador vertente nada evidenciava e a sua tendência natural seria sempre de redução, na medida em que os anos passassem e se utilizasse o acumulado dos inquéritos como divisor. Aquela área entendeu que, ainda que fossem comparados os inquéritos em andamento no ano de referência com os instaurados no próprio ano, nada de útil se revelaria. Dessa forma, tal indicador foi excluído da estrutura do PPA a partir de 2004.

2.1.3. DADOS DO PROGRAMA

Os dados gerais do Programa Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários podem ser resumidos da seguinte forma:

- **OBJETIVO:** Assegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários.
- **PÚBLICO-ALVO:** Agentes econômicos que atuam ou que possam atuar no mercado de valores mobiliários.
- **ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO:**
 - Fomentando, incentivando e promovendo que novas empresas se habilitem a buscar recursos em tais mercados e também para que surjam novos produtos, que nada mais são que novas modalidades operacionais;
 - Regulamentando, criando regras de funcionamento para todos os participantes desses mercados: empresas, intermediários e investidores;
 - Fiscalizando o cumprimento dessas regras e assegurando as condições de segurança, transparência e liquidez pretendidas;
 - Disciplinando a forma de apresentação de informações e assegurando a todos o acesso a tais informações; e
 - Assegurando a todos, em especial ao pequeno investidor, na certeza de que a grande poupança pode ser o somatório de poupanças individuais, proteção e práticas equitativas.
- **GERENTE DO PROGRAMA:** O Presidente da CVM definiu que a coordenação das ações da entidade é atribuição do Superintendente Geral.

2.1.4. DESEMPENHO DO PROGRAMA EM 2004

O exercício de 2004 foi o quinto ano de acompanhamento do Programa pela CVM, após a reestruturação interna da coleta de dados acerca das contribuições de cada área para os objetivos e metas estabelecidos.

INDICADORES DO PPA

Apresenta-se, abaixo, um resumo dos resultados de 2004, apurados em 31/12/2004, no caso do indicador referente ao acesso à *homepage* da CVM, e projetados nos demais casos:

- **Acesso à *homepage* da CVM**
 - Índice mais Recente: 19.733.800
 - Fonte: CVM
 - Fórmula de Cálculo: Número de acessos externos à *homepage* da CVM.
- **Relação entre as emissões primárias e o investimento total da economia**
 - Índice mais Recente: 7,9 %
 - Fonte: CVM e IBGE

- Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre o valor do investimento realizado via mercado de valores mobiliários e o total do investimento na economia.

• **Relação entre o valor de mercado das companhias abertas listadas em bolsa e em mercado de balcão organizado e o Produto Interno Bruto**

- Índice mais Recente: 42,5%

- Fonte: bolsa de valores, mercado de balcão organizado e IBGE.

- Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre o valor total de mercado das companhias abertas listadas em bolsa e em balcão organizado e o PIB.

Mais uma vez, o número de acessos à *homepage* da CVM superou em muito o esperado. O comportamento observado deve-se, principalmente, à incorporação por parte da CVM de funções regulatórias de fundos de renda fixa, antes regulados pelo Banco Central do Brasil – BACEN. Com isso, as informações periódicas deste tipo de fundo passaram a ser recebidas e consultadas através do *site* da CVM.

Um outro fator que contribuiu para o aumento dos acessos à *homepage* foi a realização de sua reformulação, que abrangeu:

- Acesso rápido – Criação de *links* de acesso às informações das companhias abertas, como, por exemplo: Informações Trimestrais - ITR, Demonstrações Financeiras - DFP, Informações Anuais - IAN, Prospectos, Ofertas Públicas de Ações - OPAS, dentre outras, além de simplificar as formas de acesso às informações dos fundos de investimento e dos demais participantes do mercado de valores mobiliários; e
- Reorganização da Consulta Pública de Fundos, cujos dados de informes enviados podem ser acessados a partir do nome do fundo.

Quanto ao índice que verifica a relação entre as emissões primárias e o investimento total da economia, ressaltamos que, em janeiro de 2004, durante a elaboração dos relatórios referentes ao PPA 2003, o mesmo havia sido projetado em 4,4%. No entanto, a formação bruta de capital fixo – FBCF daquele ano, denominador do índice, ainda não estava disponível. Por isso, o mesmo foi estimado com base na previsão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA de queda real de 7%. A queda real da FBCF, no entanto, foi menor do que o previsto, tendo alcançado R\$276,7 bilhões no ano, ou seja, 10,4% acima de nossa projeção. Esse erro positivo deve-se ao aumento inesperado do nível de investimento que ocorreu no último trimestre daquele ano, cuja leitura só foi possível em março de 2004. Com a revisão da FBCF, o índice final de 2003 ficou em 4,1%, ou seja, 0,3% abaixo de nossa estimativa apresentada anteriormente.

Para 2004, os dados de emissões e distribuições, cuja fonte é a CVM, já estão fechados e totalizam R\$26,3 bilhões. Por outro lado, não dispomos ainda da FBCF referente ao último trimestre do ano. Por isso, o indicador para este ano é uma projeção, embora com pequena margem de erro. Para calcular a FBCF, utilizamos a projeção do IPEA, que prevê um crescimento real da FBCF de 12,3% e sobre o resultado divulgado, em 14/01/2004, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, de 7,6%, projetamos o valor de R\$334,4 bilhões para a FBCF. Assim, estimamos para o indicador do PPA o índice de 7,9%, em 2004. Ressaltamos que o número definitivo só poderá ser calculado dentro de alguns meses, quando a FBCF em 2004 for divulgada pelo IBGE.

Quanto ao indicador relação entre o valor de mercado das companhias abertas listadas em bolsa e em balcão organizado e o PIB, esclarecemos que já dispomos dos números fechados de 2004 para a capitalização de mercado, que foi igual a R\$762,0 bilhões de reais, mas ainda não dispomos do PIB.

Para este, valemo-nos outra vez das projeções do IPEA, que prevê crescimento real de 5,2%, e a ela acrescentamos a inflação de 7,6%, projetando, então, R\$1,7615 trilhão.

Ressaltamos que em 2004 tivemos um desempenho da bolsa brasileira bastante superior à nossa expectativa, tendo apresentado um aumento médio de 44,6%. Com isso, temos um índice de 43,3% neste ano, bem acima, portanto, da meta do PPA, que é de 32%.

AÇÕES DO PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

▪ **Assistência médica e odontológica aos servidores, aos empregados e seus dependentes**

- Tipo de Ação: Atividade
- Produto: Pessoa beneficiada
- Unidade de Medida: Unidade
- Área envolvida: SAD

▪ **Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados**

- Tipo de Ação: Atividade
- Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida
- Unidade de Medida: Unidade
- Área envolvida: SAD

▪ **Auxílio-alimentação aos servidores e empregados**

- Tipo de Ação: Atividade
- Produto: Servidor e empregado beneficiado
- Unidade de Medida: Unidade
- Áreas envolvidas: SAD

▪ **Auxílio-transporte aos servidores e empregados**

- Tipo de Ação: Atividade
- Produto: Servidor e empregado beneficiado
- Unidade de Medida: Unidade
- Área envolvida: SAD

▪ **Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação.**

- Tipo de Ação: Atividade
- Produto: Servidor capacitado
- Unidade de Medida: Unidade
- Área envolvida: SAD

- **Capacitação para o aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da Comissão de Valores Mobiliários junto ao mercado de valores mobiliários**
 - Tipo de Ação: Projeto
 - Produto: Profissional capacitado
 - Unidade de Medida: Unidade
 - Áreas envolvidas: Todas
- **Disseminação de informações e da regulamentação do mercado de valores mobiliários**
 - Tipo de Ação: Atividade
 - Produto: Informação disponibilizada
 - Unidade de Medida: Megabyte
 - Áreas envolvidas: Todas
- **Realização de estudos para aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da Comissão de Valores Mobiliários junto ao mercado de capitais**
 - Tipo de ação: Projeto
 - Produto: Estudo realizado
 - Unidade de Medida: Unidade
 - Áreas envolvidas: SGE, SRI, SDM, SFI, PJU, SMI, SSI, SNC, SEP, SRE e SOI.
(outras superintendências também poderão contribuir para o produto dessa atividade)
- **Fiscalização do mercado de valores mobiliários**
 - Tipo de Ação: Atividade
 - Produto: Fiscalização realizada
 - Unidade de Medida: Unidade
 - Áreas envolvidas: SEP, SFI, SIN, SMI, SNC, SRE e SRI (outras superintendências também poderão contribuir para o produto dessa atividade).
- **Gestão e Administração do Programa**
 - Tipo de Ação: Atividade
 - Produto: Não definido
 - Unidade de Medida: Não definido
 - Área envolvida: SAD
- **Orientação e defesa aos investidores – PRODIN**
 - Tipo de Ação: Atividade
 - Produto: Investidor atendido
 - Unidade de Medida: Unidade
 - Área envolvida: SOI

- **Reforma e ampliação das instalações da CVM**

- Tipo de Ação: Projeto
- Produto: CVM reaparelhada
- Unidade de Medida: % de execução física
- Área envolvida: SAD

- **Sistemas informatizados da CVM**

- Tipo de Ação: Atividade
- Produto: Sistemas mantidos
- Unidade de Medida: Unidade
- Área envolvida: SSI

RESULTADO DAS AÇÕES PARA O PPA EM 2004

O quadro abaixo resume os resultados alcançados em 2004, em relação ao que foi previsto inicialmente:

Ações	Execução Física		Execução Financeira	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Assistência Médica e Odontológica Aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes	1.018	9.459	417.560	330.800
Assistência Pré-escolar Aos Dependentes dos Servidores e Empregados	52	410	42.128	31.012
Auxílio-alimentação Aos Servidores e Empregados	512	3.814	637.773	524.626
Auxílio-transporte Aos Servidores e Empregados	170	1.477	216.084	167.141
Capacitação de Servidores Públicos Federais Em Processo de Qualificação e Requalificação	400	2.218	380.000	348.676
Capacitação para aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da CVM junto ao mercado de capitais	150	232	788.700	0,00
Disseminação de informações e regulamentação do mercado de valores	60	61,8	961.820	866.343
Estudos para aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da CVM, junto ao mercado de capitais	1	3	9.312.500	2.182.578
Fiscalização do mercado de valores mobiliários	2.394	3.837	796.630	733.986
Gestão e administração do Programa	ND	ND	38.061.983	37.634.410
Orientação e defesa aos investidores – PRODIN	52.250	87.659	721.100	588.234
Reforma e ampliação das instalações da CVM	11	0,11	1.750.000	13.759
Sistema informatizado da CVM	1	30	8.520.300	4.290.539

Fonte: CVM/SIGPLAN

Pode-se verificar que as ações empreendidas alcançaram, em geral, resultados acima do previsto, destacando-se os seguintes dados:

- Quanto às ações Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, aos Empregados e seus Dependentes, Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados, Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados e Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, temos que a significativa superação das metas físicas ocorreu em virtude de termos considerado, na proposta orçamentária para 2004 (elaborada em 2003) encaminhada à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda, metas mensais de execução, conforme orientação da própria Subsecretaria. Tal proposta serviu de base para a Lei Orçamentária Anual (LOA), onde o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do PPA (SIGPLAN) obtém diretamente as metas físicas dos órgãos e entidades. Considerando que a execução é anual, as metas físicas (desempenho real e de todo o exercício) acabaram superando em muito a previsão inicial. Tal metodologia será revista para os próximos exercícios, de maneira a evitar tal diferença.
- Na ação Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados, o mesmo fato acima relatado se deu. No entanto, é importante destacar que, além do não cumprimento do ingresso de servidores previstos, verificou-se que a partir de setembro houve uma redução no total de auxílios-transporte pagos em relação aos meses anteriores, pois a nova tabela de vencimento básico para auxiliares de serviços gerais e agentes executivos permitiu que alguns passassem a gastar menos que 6% do seu salário com transporte.
- A execução física realizada na ação Capacitação para Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação da CVM junto ao mercado de capitais se deu com recursos do projeto Banco Mundial que foram transferidos para a conta do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em dezembro de 2002, o que nos permitiu viabilizar os seguintes eventos:
 - Realização de seminário sobre “*Enforcement*” com palestrantes da Securities and Exchange Commission - SEC, que contou com a presença de 82 participantes (servidores da CVM e representantes de outras instituições similares da América Latina);
 - Participação de 65 servidores em diversos treinamentos no Brasil e no exterior;
 - Contratação da empresa New Start para ministrar aulas de inglês a todos os servidores que estão envolvidos no projeto com o Banco Mundial; e
 - Contratação do professor Nelson Eizirik para ministrar o curso de Direito Societário, que contou com a participação de 56 (cinquenta e seis) servidores.
- Ao final de 2004, estavam disponibilizados no *site* da CVM 6,9 GB de informações, o que representa um acréscimo de aproximadamente 138% em relação a 2003 na ação Disseminação de Informações e Regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários. É importante ressaltar que o resultado apresentado reflete a importância que a CVM dispensa à utilização da Internet como meio para contribuir para o aumento de transparência no mercado de valores mobiliários.
- Na ação Estudos para Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação da CVM junto ao Mercado de Capitais, tivemos as seguintes contratações:
 - Contratação de especialista para realização de um diagnóstico sobre o cenário atual da Certificação dos Profissionais do Mercado de Valores Mobiliários no Brasil;
 - Contratação de especialista para elaboração da especificação técnica necessária ao desenvolvimento e à implementação, na CVM, do Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED/Workflow.

- A ação Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários envolve atividades da Superintendência de Registros – SRE, da Superintendência de Relação com Empresas – SEP, da Superintendência de Relações com Investidores Institucionais – SIN, da Superintendência de Fiscalização Externa – SFI e da Superintendência de Normas Contábeis – SNC. Verificamos que, em 2004, apesar de a meta física ter sido superada em cerca de 60%, o total de fiscalizações realizadas representa aproximadamente 7% a menos que em 2003. Tal resultado é mensurado a partir da metodologia estabelecida na Portaria CVM/SGE/ n° 168/2002, apresentando as áreas envolvidas diversas outras atividades que também contribuem com esta ação, dentre as quais destacam-se:
 - A SRE entende que devem ser considerados diversos ajustes na lista dos seus processos abertos, uma vez que a Norma 19/01, de 24/02/2003, estabelece várias alterações na lista anterior.
 - No caso da SEP, considerando que a metodologia leva em conta apenas uma lista pré-definida de processos abertos durante o ano, verifica-se que:
 - A área trabalhou em diversos processos que foram abertos por eles e, inclusive, por outras Superintendências em anos anteriores;
 - Há casos de propostas de inquéritos e solicitações de inspeção feitas no âmbito de processos já abertos e relacionados a variados assuntos;
 - A área também trabalha fora de processos, como, por exemplo, nas seguintes situações:
 - Aplicação de multas cominatórias, em que somente há abertura de processos se houver recurso;
 - Respostas ao Ministério Público, ao Ministério da Fazenda, à BOVESPA, entre outros;
 - Determinações de publicação ou republicação de fatos relevantes;
 - Respostas a consultas, por telefone ou por e-mail, de companhias abertas e de outras áreas da CVM;
 - Acompanhamento do recebimento de informações pelo Sistema IPE.
 - No caso da SIN, apesar de se considerar alguns dados gerenciais, além de uma lista pré-definida de processos abertos, é importante ressaltar que nos últimos anos houve algumas alterações na legislação que incrementaram as suas atribuições, além da adoção de tecnologias que permitiram mudar os procedimentos anteriormente adotados na execução das atividades. Com isso, deve-se levar em conta que, em 2004, foram registrados 896 (oitocentos e noventa e seis) fundos (Fundos de Investimento Financeiro - FIF, Fundos de Investimento em Cotas – FAC e Fundos de Investimento Externos – FIEIX) e cancelados outros 991 (novecentos e noventa e um). Tais dados não foram considerados no cálculo da meta física, pois os respectivos registros e cancelamentos são feitos de forma automática, pelo *site* da CVM, sem a abertura de um processo físico.
 - A SFI julgou e arquivou 84 (oitenta e quatro) processos administrativos sancionadores em 2004, além de ter aplicado 239 (duzentas e trinta e nove) diferentes penalidades pelas irregularidades verificadas nos processos administrativos sancionadores de ritos ordinário (inclusive os iniciados com Termo de Acusação) e sumário julgados no ano de 2004, que envolveram 171 (cento e setenta e uma multas) multas, 39 (trinta e nove) advertências, 25 (vinte e cinco) inabilitações, uma proibição e três suspensões.

- Quanto à SNC, apesar de considerar uma lista pré-definida de processos abertos e alguns dados gerenciais, há outras atividades que também merecem destaque, que são:
 - Atendimento de 799 (setecentos e noventa e nove) consultas relacionadas a assuntos sobre temática contábil, auditores e exclusão de consolidação;
 - Concessão de 147 (cento e quarenta e sete) registros de auditores independentes e indeferimento de outros 42 (quarenta e dois), independentemente de ter havido a abertura de processo no mesmo ano;
 - Conclusão de 29 (vinte e nove) acompanhamentos de inquéritos administrativos;
 - Realização de 133 (cento e trinta e três) acompanhamentos da atuação dos auditores independentes, que envolvem análises da atuação de auditores e revisão externa do controle de qualidade.
- A meta física da ação Orientação e Defesa aos Investidores – PRODIN superou a meta inicial em aproximadamente 68%, além de representar um aumento de investidores atendidos, em relação a 2003, de cerca de 7%. Tal superação se justifica pelo aumento de 20% das consultas de Fundos de Investimento, principalmente no que se refere aos FIFs, pela maior disponibilização de cartilhas, e pelo fato de terem ocorrido duas *Expo Money*, feira de negócios cujo objetivo é promover maior contato entre as instituições do mercado de capitais e o público investidor, realizadas uma no Rio de Janeiro, nos dias 01 e 02/09/2004, e outra em São Paulo, de 14 a 16/10/2004, nas quais a CVM teve a oportunidade de participar, inclusive, com um estande, contribuindo para uma maior divulgação de nossas cartilhas.
- Entendemos que houve um erro do número de sistemas finalísticos aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para a ação Sistema Informatizado da CVM, pois na elaboração da programação quantitativa foi informado que a meta para 2004 seria de 26 (vinte e seis) sistemas finalísticos. Apesar de o número de sistemas finalísticos ter superado a meta estabelecida, este mantém-se estável em relação a 2003, dado que a CVM priorizou, neste ano, acrescentar módulos mais funcionais aos sistemas já existentes, que são:
 - Taxa de Fiscalização
 - Desenvolvimento do módulo de emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU) em arquivo .pdf para taxa de fiscalização, parcelamento de taxa de fiscalização e desenvolvimento da rotina de conciliação dos pagamentos vindos através do Banco do Brasil;
 - Módulo de atualização de saldo de contribuintes de taxa de fiscalização *on-line* sempre que ocorrer um pagamento, cancelamento de taxa, alteração de patrimônio líquido, entre outros motivos, ou por solicitação do usuário;
 - Módulo de cálculo de valores das taxas dos fundos de investimento.
 - Multa
 - Módulo de emissão de multa por não atendimento de exigência - PECAM;
 - Prévia de documentos eventuais;
 - Desenvolvimento do módulo de emissão de GRU em arquivo .pdf para multa, parcelamento de multa e 2ª via de multa.
 - Dívida Ativa de Taxa

- Módulo de encerramento de processos de execução fiscal através de tela de pagamento manual, onde serão efetuados os registros de pagamentos feitos no jurídico;
- Relatório de totalização de processos instruídos;
- Desenvolvimento do módulo de emissão de GRU em arquivo.pdf para dívida ativa de taxa.
- SAP (módulo exclusivo da SEP) - Módulo de geração de relatórios gerenciais.
- Cadastro
 - Geração de arquivo texto com informações cadastrais dos fundos de investimento para envio ao BACEN;
 - Rotinas para captação dos arquivos que serão enviados pelo BACEN com informações cadastrais das instituições financeiras e seus diretores, para atualização do banco de dados corporativo da CVM;
 - Disponibilização no sistema de cadastro dos fundos de investimento em índice de mercado, registros de certificados de potencial adicional de construção (CEPAC), fundos de investimento e corretoras de mercadorias;
 - Reestruturação de relatórios estatísticos para SEP (registros e cancelamentos e estatístico de participantes e suas situações);
 - Disponibilização das telas de atualização cadastral dos prestadores de serviços na Internet;
 - Desenvolvimento do módulo de registro automático de analista de valores mobiliários.
- CVMWEB - Adequação de fundos à Instrução CVM N° 409/2004:
 - Atualização cadastral (registro, atualização, cisão, fusão, mudança de instituição administradora, incorporação e encerramento dos fundos de renda fixa);
 - Transformação dos fundos de renda fixa nos fundos de investimento - Instrução CVM N° 409/2004.
 - Recepção de documentos (informe diário, composição e diversificação das aplicações, demonstrações financeiras, parecer de auditor independente, regulamento de fundo, prospecto de fundo, prospecto de distribuição, certificado de entrada de pedido de baixa no CNPJ, ata de assembleia geral, fato relevante, extrato de informações de fundo, perfil mensal e termo de encerramento firmado por administrador).
- Sistema de Registros da SRE – SCA:
 - Criação da nova versão da tela de dispensa de Oferta Pública de Ações (OPA) no SCA, para colocação da data de arquivamento;
 - Criação de nova seção na internet para exibição das dispensas de OPA arquivadas;
 - Alteração na internet, na página de registros de operações de CEPAC concedidos, para inclusão de nova página de navegação, com os detalhes da operação, evitando uso desnecessário da barra de rolagem;
 - Criação de consulta às ofertas indeferidas nos últimos 3 anos.

2.2. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – ASC

2.2.1. *COMPETÊNCIA*

Assessorar o Colegiado no seu relacionamento com os meios de comunicação em geral e coordenar as atividades relacionadas à veiculação de informações da CVM, tanto para o público externo quanto interno, através da imprensa e dos veículos de comunicação especializados, externamente, e através dos serviços de informações – como o “Acontece na CVM” – oferecidos pela Intranet.

A ASC possui, ainda, uma Coordenadoria de Comunicação Social, responsável por diversas atividades, inclusive a elaboração do "Clipping", além da confecção, distribuição e acompanhamento de "press releases" e do Boletim Interno e Boletim Eletrônico.

2.2.2. *COMENTÁRIOS GERAIS*

Vale ressaltar que as metas propostas pela Assessoria de Comunicação Social, de uma forma geral, foram atingidas em todos os setores de atuação, especialmente na área de assessoria de imprensa, onde o atendimento diário aos jornalistas e nossos releases obtiveram retorno com notícias, na mesma média que vem sendo mantida nos últimos três anos: 30% positivas, 60% neutras (o que, na verdade, corresponde ao "noticiário normal") e 10% negativas (um percentual perfeitamente assimilável).

2.2.3. *ATIVIDADES EM 2004*

Comunicação Interna

Clipping eletrônico (Hoje na Imprensa) - diário, com noticiário em nível nacional, divulgado na Intranet, atualmente a cargo da empresa Fenix Lici, de São Paulo, que ganhou a concorrência pública para a prestação deste serviço em meados de 2004.

Clipping especial (em papel) - sem periodicidade, com matérias de publicações ou *letters*, em nível nacional e internacional, que não são aproveitadas pelo clipping eletrônico, mas que podem ser do interesse das áreas técnicas. Uma edição em português e outra em língua estrangeira (particularmente o inglês).

Noticiário avulso on line - permanente, através de links na Intranet com os principais noticiários da imprensa eletrônica, divulgados na Internet.

Acontece na CVM (eletrônico) - on line, com noticiário em nível interno, fornecido pelas próprias áreas e divulgado na Intranet.

Quadro de avisos - de uso constante, para divulgação oficial da casa ou para informações gerais (cartazes e programas, p. ex.) que sejam pertinentes às atividades da CVM.

Sistema de som - disponível a qualquer momento, com ligação por alto-falante com todos os componentes da sede, para som ambiente (musical, p. ex.) ou para avisos e informações esporádicas, em conformidade com a Presidência ou a Superintendência Geral.

Comunicação Externa

Assessoria de imprensa – Além do atendimento habitual aos jornalistas, especialmente por telefone (média de 10 por dia), no segundo semestre de 2004 houve um incremento excepcional de demanda (pelos jornalistas) e de oferta (pela CVM), em decorrência do aumento no número de julgamentos, que se verificou a partir da troca de presidentes e da composição completa do Colegiado.

Entrevistas pessoais com Presidente, diretores e técnicos (para distribuição em releases a órgãos especializados, rádios e Internet).

Releases periódicos sobre noticiário produzido pelo Colegiado e/ou pelo corpo técnico, e divulgado via Internet para a imprensa, em nível nacional.

2.2.4. PLANEJAMENTO PARA 2005

Além de dar continuidade ao trabalho desenvolvido em 2004, quando cresceu muito o atendimento à imprensa no segundo semestre, renova-se a expectativa de reativação do setor editorial, temporariamente suspenso, e que incluíam:

Editoração

Confecção, editoração, impressão e distribuição das publicações da CVM:

- Relatório Anual (em versões de português e inglês);
- Revista CVM (quadrimestral) - com ensaios, artigos e monografias de interesse do mercado de capitais;
- Newsletter CVM (mensal) - com informações do trabalho desenvolvido pela autarquia;
- Cadernos CVM (quatro por ano, em parceria com a SOI) - com temas específicos, tais como "O que é a CVM", o "Sistema de Custódia", "Fundos", etc.
- Folders – basicamente, o que sair nos Cadernos, deverá ter uma edição sintetizada em folder, formando uma coleção com layout próprio.

Cursos, concursos e seminários

- **Cursos:** (1) sobre o funcionamento da CVM e do mercado de capitais para jornalistas, no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília; e (2) sobre o funcionamento da imprensa (mídia-training) para diretores e técnicos da CVM, objetivando o relacionamento (permanente) com os jornalistas.
- **Concursos:** externo (universitários), para premiar monografias sobre o mercado de capitais, em apoio à Superintendência de Orientação e Proteção do Investidor (SOI).
- **Seminário:** "A CVM e o Mercado" numa parceria da autarquia com entidades privadas que se interessam e participam ativamente do desenvolvimento técnico e regulatório do mercado brasileiro de capitais.
- **Internet:** a área de Comunicação vai se engajar – com projetos e atuação direta – no que lhe competir em relação aos planos de incremento nas relações interativas, por via eletrônica, entre a CVM e o mercado, em especial os investidores.
- **Plano estratégico:** a área de Comunicação também não poderia estar ausente do que lhe competir na estratégia de atividades a ser implantada e desenvolvida ao longo dos próximos três anos, segundo diretrizes emanadas da atual diretoria.

2.3. ASSESSORIA ECONÔMICA – ASE

2.3.1. *COMPETÊNCIA*

Compete à Assessoria Econômica da CVM:

- assessorar o Colegiado e demais áreas da Comissão de Valores Mobiliários em questões de natureza econômica; e
- realizar pesquisas e estudos de natureza econômica, bem como prover a disponibilização de dados econômico-financeiros para todas as áreas da Comissão de Valores Mobiliários.

2.3.2. *ATIVIDADES EM 2004*

Em 2004, consolidou-se o trabalho iniciado no ano anterior, quando assumiu a atual chefia da assessoria. A ASE atualmente constitui uma consultoria completa em Economia, atendendo todas as áreas da CVM. A Assessoria publica semanalmente análises originais na intranet, abrangendo dezenas de tópicos em macroeconomia e mercado de capitais. Ela oferece uma base de dados com literalmente centenas de séries econômicas e financeiras, atualizadas todos os dias. A ASE desenvolve também projetos específicos de relevância central para a CVM, além de contribuir em diversos processos e inquéritos administrativos e no desenvolvimento de nova regulação.

A PÁGINA NA INTRANET

As atividades da Assessoria Econômicas são hoje baseadas numa plataforma de mídia eletrônica: a página da ASE na intranet. Desde sua inauguração em setembro de 2003, a página foi constantemente ampliada em conteúdo e melhorada em funcionalidade. A própria equipe da Assessoria desenvolve e mantém a sua página, sem participação da área de informática da CVM ou de consultores externos. Essa manutenção abarca desde pesquisas bibliográficas e estatísticas até a redação de análises originais para publicação, passando por design gráfico e gerenciamento de bases de dados. Através dessa página na intranet, a ASE distribui todos os seus produtos ao público interno, dentre os quais destacamos os seguintes.

- **Comentários de conjuntura macroeconômica, em formato de jornal eletrônico.** – Constituem o carro-chefe dos produtos da ASE. Nesses comentários, a ASE divulga e analisa semanalmente, de forma didática, as mais abrangentes estatísticas macroeconômicas e financeiras do Brasil, incluindo, entre outros: produção, comércio, inflação, política monetária, balança comercial e dívida pública. Em 2004, foram publicadas na seção de conjuntura econômica ao todo 40 análises, em mais de 21 mil palavras, numa média de 410 palavras por semana (desde a inauguração da página na intranet, a ASE já publicou perto de 32 mil palavras). O escopo geográfico das análises foi ampliado neste ano e a ASE passou a acompanhar e analisar também temas internacionais relevantes para o Brasil, e.g.. política monetária norte-americana (e seus reflexos sobre os fluxos de capitais para os países emergentes) e aquecimento econômico na China (e seu impacto sobre a apreciação internacional de produtos da pauta de exportação brasileira).
- **Relatórios “Uma Página”** – A ASE estabeleceu um padrão de relatórios de uma página, publicados em arquivos PDF (*portable documento format*), o formato de distribuição de documentos mais difundido hoje na Internet. Já existem seis desses relatórios publicados

regularmente na página da ASE: **Cenário Econômico Brasil, Cenário Econômico EUA, Informativo Financeiro, ADR, Investimentos Estrangeiros e Companhias Tag Along**. Alguns deles são também distribuídos por correio eletrônico para Colegiado, Superintendentes e o corpo técnico da CVM. Alguns desses relatórios, como o **Informativo Financeiro** e o **ADR**, constituem parte do projeto de criação de uma nova apresentação da base de dados “Informativo CVM”.

- **Base Macroeconômica** – Em 2004 a ASE criou uma nova interface para sua principal base de dados, tornando mais intuitivo e rápido o acesso dos dados para o público interno. A base conta com 287 séries históricas, colhidas de diversas fontes governamentais e privadas. Através da página na intranet, o usuário seleciona e obtém em planilha a série desejada, em questão de segundos, por meio de listas temáticas.
- **Informativo CVM** – Uma base de dados secundária mantida pela ASE, dedicada ao mercado de capitais, cobrindo mercado primário, secundário, de derivativos, fundos de investimento e investidores estrangeiros. Também disponível ao público externo.
- **Comparativo Internacional** – Um acompanhamento anual da capitalização de mercado das principais bolsas mundiais, relativa ao PIB dos países de origem, para subsídio ao Plano Plurianual da CVM. Inclui dados, gráficos e texto analítico. Também disponível ao público externo.
- **Clipping Internacional** – Uma colagem diária das principais notícias no mundo sobre economia, mercado de capitais, geopolítica e regulação. Distribuído um resumo por correio eletrônico para Colegiado, Superintendentes e o corpo técnico.
- **Biblioteca de Links da Internet** para fontes de dados econômicos e financeiros, jornais e revistas no Brasil e no mundo.

Além de não recorrer ao suporte do setor de informática da CVM, a ASE só utiliza softwares livres (*freeware*) para as rotinas especializadas de produção de sua página. Esses softwares gratuitos, obtidos na Internet, incluem editoração, design gráfico, análise econométrica, pesquisa documental e geração de documentos em formato PDF. Em pronunciamento de 26 de abril de 2004, na Universidade dos Correios, o ministro-chefe da Casa Civil disse: “A tecnologia da informação e comunicação, na qual o software livre está inserido, é uma ferramenta importante para o governo federal enfrentar questões econômicas, administrativas e sociais. O desafio é transformar essa ferramenta em instrumento concreto para melhoria da eficiência e eficácia de nossas ações.”. A página da Assessoria Econômica da CVM constitui um exemplo dessa transformação. Além da utilização interna, a ASE tem trabalhado para disseminar pela CVM o software livre. Dois exemplos foram (1) a adoção em toda a CVM de um software livre anti-spam, descoberto pela ASE; e (2) a adoção pela Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores do software livre gerador de arquivos PDF utilizado na ASE, com vistas à publicação eletrônica de cartilhas educativas.

RECURSOS HUMANOS E FÍSICOS

Houve um pequeno aumento da equipe em 2004. Com a aquisição de mais um estagiário, a equipe compõe-se de um economista assistente (DAS 102) e três estagiários de nível superior. Apesar desse acréscimo, a equipe ainda carece de um analista concursado. O valor da remuneração dos estagiários na CVM está defasado em relação ao mercado; além disso, como é natural no setor público, as perspectivas de contratação de estagiários (salvo concurso) são mínimas. Esses dois fatores resultam numa alta rotatividade dentre os estagiários, mesmo numa área com uma curva de aprendizado íngreme, como a ASE. O tempo médio de permanência de um estagiário é de cerca de seis meses, o

que cria desafios importantes para a continuidade das rotinas de trabalho. A aquisição de um economista concursado ajudaria nisso.

Se a equipe ainda se encontra aquém de uma dimensão ótima, os recursos físicos da ASE foram ampliados de forma satisfatória no ano. Destacam-se: (1) absorção de um terminal Bloomberg anteriormente alocado na Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários; (2) absorção de uma impressora laser colorida; e (3) assinatura de relatórios eletrônicos da *Economist Intelligence Unit*.

PROJETOS ESPECÍFICOS

Além da sua página na intranet, a ASE empreendeu em 2004 diversas atividades regulares de assessoria ao Colegiado e às Superintendências da CVM, dentre as quais:

- análise de futuros de índice de ADR propostos pela BM&F;
- revisão e projeção dos indicadores do Plano Plurianual;
- análise da metodologia de índices agrícolas do CEPEA/ESALQ/USP;
- análise prospectiva de propostas de taxa de fiscalização para os fundos de investimento;
- análise da atualização monetária sobre indenizações pagas pelo Fundo de Garantia da Bolsa de Valores de São Paulo;
- estudo comparativo sobre o volume negociado e capitalização de mercado das companhias abertas com *tag along*;
- estudo sobre a estratégia de educação do investidor promovida pelo regulador de mercado de capitais da Austrália; e
- estudo sobre a volatilidade de ações na carteira de Fundos Mútuos de Privatização – FGTS, para subsidiar o processo de sua fiscalização.

Além desses, dois projetos atuais da ASE merecem maior destaque :

(1) Plano Estratégico CVM 2005-2007

Em parceria com a Chefia de Gabinete da Presidência, a ASE liderou no final do ano o projeto do primeiro plano estratégico trienal desenvolvido na CVM. O plano resultou de entrevistas pessoais com Superintendentes e Gerentes de todas as áreas e seu texto deverá ser publicado em fevereiro de 2005.

(2) Relatório de Gestão CVM 2004

Como nos anos anteriores, coube à ASE a consolidação do relatório de gestão da CVM, que será enviado ao Tribunal de Contas da União no âmbito da prestação de contas da CVM. Posteriormente, o relatório será publicado no site institucional da CVM.

2.3.3. PLANEJAMENTO PARA 2005

Atendendo a sugestões isoladas (e.g.. Assessoria de Comunicação Social), a ASE desenvolveu uma versão simplificada de sua página na intranet, com vistas à abertura ao público externo. Essa abertura ainda está em análise pela Superintendência Geral, mas espera-se que seja implementada em 2005. Neste ano também, a ASE planeja implementar uma nova seção em sua página que promova maior participação dos funcionários, publicando suas dúvidas sobre Economia, bem como as respostas da

ASE. Além disso, a ASE planeja aplicar a experiência amalhada com a manutenção da sua página em outro projeto na intranet: a criação de uma página para o Comitê Gestor da Internet, do qual o Assessor Econômico participa. Nessa página serão publicadas as sugestões dos funcionários para a melhoria do site institucional da CVM. Finalmente, a ASE iniciará em 2005 um programa de palestras e treinamentos internos, havendo já programado um treinamento em matemática financeira para procuradores, a ser realizado em março.

2.4. PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO À CVM – PFE

2.4.1. COMPETÊNCIA

À Procuradoria Especializada junto à CVM (PFE-CVM) compete:

- representar a CVM judicial e extrajudicialmente;
- exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídico aos órgãos da CVM, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e
- apurar a liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades da CVM, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

2.4.2. COMENTÁRIOS GERAIS

O exercício da atividade jurídica na CVM é objeto de grande demanda por parte das diversas áreas técnicas da autarquia, dado o grande volume de questões de natureza técnico-jurídica com que se deparam seus servidores no desempenho rotineiro de suas atividades.

Com a criação, no âmbito da Advocacia-Geral da União – AGU, da Procuradoria Geral Federal, por intermédio da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a Procuradoria da CVM passou a integrar a estrutura da Procuradoria Geral Federal – PGF, sob a denominação de Procuradoria Federal Especializada na CVM.

No ano de 2003, a Procuradoria contava com um contingente de 42 procuradores federais. Ao final de 2004, esse número foi reduzido para 38, em razão da remoção de procuradores federais para outros órgãos de execução da Procuradoria Geral Federal, e por motivo de exoneração do cargo de Procurador Federal por alguns de seus membros.

A atividade judicial da CVM, por meio de sua PFE-CVM, tem grande ênfase em ações relacionadas à Taxa de Fiscalização do Mercado de Títulos e Valores Mobiliários, instituída pela Lei nº 7940/89, à intervenção em feitos relativos à cobrança da contribuição anual da bolsas de valores, bem como à elaboração de pareceres, com fundamento no art. 31 da Lei nº 6.385/76, que prevê a atuação da CVM perante os juízos em que se processam causas relacionadas com suas competências legais, na condição de *amicus curiae*.

Ainda no âmbito judicial, merece destaque o trabalho da Procuradoria Jurídica no esforço arrecadador, que se deu através das execuções fiscais propostas pela CVM para a cobrança dos débitos inscritos em sua Dívida Ativa. Cabe registrar que, em 2004, grandes esforços foram empreendidos no sentido de aprimorar os procedimentos e controles internos relacionados à atividade de inscrição de créditos da CVM em dívida ativa, em estreita colaboração com outras Superintendências da CVM.

A PFE-CVM realizou, como em anos passados, uma intensa atividade consultiva interna e externa, bem como a participação em diversas atividades correlatas, como o acompanhamento de projetos de lei, fornecimento de subsídios para a elaboração de medidas provisórias e participação direta ou

indireta em todas as normas baixadas pela CVM, conforme a competência das três Subprocuradorias, assim definida:

Livre Distribuição	Distribuição Preventa		
PJU	GJU-1	PJU	GJU-1
COL*	SFI	COL*	SFI
CGP*	SIN	CGP*	SIN
SGE*	SMI	SGE*	SMI
ASC	Comissões de Inquérito	ASC	Comissões de Inquérito
SRS	Acompanhamento de Processo Administrativo Sancionador	SRS	Acompanhamento de Processo Administrativo Sancionador
SRB	Solicitações MP	SRB	Solicitações MP
AUD		AUD	
SDM*		SDM*	
SOI*		SOI*	
SSI		SSI	
SAD		SAD	
Ações Judiciais e pareceres de <i>Amicus Curiae</i>		Ações Judiciais e pareceres de <i>Amicus Curiae</i>	

* Nessa coluna, as tarefas serão distribuídas levando-se em conta o seu objeto e tendo em vista as competências designadas para as Subprocuradorias;

Dentro dessa estrutura, os Procuradores Federais, em sua atividade consultiva, executaram as seguintes tarefas:

TAREFAS	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL
Ações Judiciais	5	6	10	12	9	10	24	10	6	12	7	5	116
Amicus Curiae	-	2	3	2	2	-	3	5	3	1	1	3	25
MC Fiscais e Ou	8	5	13	4	11	14	20	10	9	11	11	12	128
Diversos	23	40	47	31	46	58	42	40	37	45	34	51	494
Consultas	55	67	82	69	80	83	106	117	92	68	78	105	1002
Convênios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Elaboração de Atos Normativos	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5	3	8	18
IA Pareceres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IA Portaria	1	-	-	2	1	-	-	-	2	1	-	-	7
Licitações e Contratos	2	8	9	3	10	7	11	7	24	25	16	29	151

TOTAL 1	94	128	164	123	159	172	206	189	175	168	150	213	1941
TOTAL PFE	2	8	3	6	20	14	19	18	5	12	8	5	120
TOTAL GJU-1	25	37	48	33	35	45	60	56	49	52	42	57	539
TOTAL GJU-2	23	10	20	26	23	13	50	34	43	32	18	29	321
TOTAL GJU-3	13	9	14	11	14	18	30	20	19	26	24	23	221
TOTAL ASS.	31	64	79	47	67	82	47	61	59	46	58	99	740
TOTAL 2 (%)	386 (19,88%)			454 (23,39%)			570 (29,36%)			531 (27,37%)			1941

Nota: Registros não Distribuídos: PFE nº 1940/04 (Dez./04)

Sem prejuízo das atividades regulares desenvolvidas pelos procuradores federais no âmbito da Procuradoria Federal Especializada, tem sido estimulado o relacionamento direto entre os procuradores e os servidores da CVM, na solução de questões de natureza jurídica de menor complexidade, mediante posterior reporte à chefia imediata. Desta forma, uma expressiva atividade de assessoramento às áreas técnicas da CVM, não incluídas no quantitativo acima, foram desenvolvidas pelos membros da Procuradoria ao longo do ano de 2004.

2.4.3. REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

A Subprocuradoria Jurídica GJU-3, responsável direta pela inscrição e cobrança dos referidos débitos, ao segundo semestre do exercício, promoveu a inscrição na Dívida Ativa da CVM de 12.549 (doze mil quinhentos e quarenta e nove) débitos referentes à taxa de fiscalização na Dívida Ativa da CVM. Distribuiu 4.174 (quatro mil cento e setenta e quatro) novas execuções fiscais, referentes a multas e taxa de fiscalização, e promoveu o encerramento de 146 (cento e quarenta e seis), em virtude de pagamento, fazendo com que o estoque atingisse o total de 11.345 (onze mil, trezentas e quarenta e cinco) execuções fiscais.

A atividade de cobrança de créditos inscritos na Dívida Ativa da CVM alcançou a cifra de R\$ R\$ 2.674.443,46 (dois milhões, seiscentos setenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e três reais e quarenta e seis centavos), montante este superior ao total arrecadado no exercício anterior. Acrescente-se, ainda, que foram deferidos 43 parcelamentos, no valor de R\$ 1.415.753,46 (um milhão, quatrocentos e quinze mil, setecentos e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos), por períodos que variam de doze a sessenta meses.

As demais Subprocuradorias GJU-1 e GJU-2 tiveram atuação ativa na representação judicial da CVM em processos relativos a matéria especializada, isto é, demandas judiciais relacionadas com as competências ordinárias da CVM, bem como em processos relativos a questões administrativas, como reclamações trabalhistas ajuizadas por servidores ou prestadores de serviços. Em 2004, as mencionadas Superintendências tiveram sob sua responsabilidade aproximadamente 2.500 (dois mil e quinhentos) processos judiciais.

2.4.4. ATIVIDADE NORMATIVA

No âmbito normativo, deve-se mencionar a formulação de propostas de medidas legislativas destinadas à alteração da Lei nº 7.940, de forma a permitir a incidência da taxa de fiscalização do mercado de valores mobiliários sobre todos os fundos de investimento regulados e fiscalizados pela CVM, independentemente dos ativos que componham sua carteira, que resultaram o art. 52 da Lei nº 11.078, de 30 de dezembro de 2004.

A Procuradoria também participou ativamente da concepção e da elaboração dos títulos agrícolas instituídos também pela Lei nº 11.078, que prevê a possibilidade de distribuição pública desses títulos, como meio de financiamento das empresas do agronegócio, fazendo-se ressalva de, em tal hipótese, observar-se o regime da Lei nº 6.385, de 1976. Esforços também vêm sendo desenvolvidos em conjunto com as demais Superintendências da CVM na elaboração da regulamentação que disciplinará a distribuição pública desses títulos.

Em 2004, a Procuradoria Federal Especializada também ofereceu contribuições para a elaboração de diversos normativos editados pela CVM, a exemplo da Instrução CVM nº 409, que dispõe sobre a distribuição primária e secundária de valores mobiliários, e da Instrução CVM nº 404, de 18 de agosto de 2004, que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento.

2.4.5. RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

A PFE-CVM vem desenvolvendo esforços para bem representar a CVM perante os Tribunais Superiores e demais órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União-TCU, e do próprio Poder Executivo, havendo designado diversos de seus membros para auxiliar servidores desta Autarquia em reuniões com autoridades públicas diversas, assim como na prestação de depoimentos em procedimentos judiciais e inquéritos policiais relacionados com a esfera de competência pertinente à CVM, na condição de testemunhas.

2.5. SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE MERCADO – SDM

2.5.1. COMPETÊNCIA

A SDM tem como missão organizacional elaborar estudos, projetos e normas, orientados basicamente para desenvolver o mercado de capitais.

Adicionalmente, a SDM tem seu trabalho voltado para, em conjunto com as demais superintendências, revisar sistematicamente e prover os ajustes nos atos normativos da CVM, adequando-os às necessidades dessas áreas e do próprio mercado.

Dessa forma, além de ser o núcleo de onde emanam os projetos e práticas voltados para o processo de expansão do mercado brasileiro, a SDM deve, também, manter estreito contato com os diversos segmentos do mercado de capitais, com outros órgãos do Governo e, ainda, com entidades e agências reguladoras internacionais, em conjunto com a Superintendência de Relações Internacionais – SRI, objetivando não perder a visão pragmática do ambiente onde se insere a CVM e o mercado de capitais, dentro de um contexto nacional e internacional.

2.5.2. DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES

- Assessorar o Colegiado da CVM no planejamento estratégico do desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro;
- Elaborar estudos que visem ampliar a base do mercado, promovendo o aumento do número de participantes mediante novos mecanismos de investimento/financiamento;
- Analisar as principais tendências e características dos sistemas financeiros e dos mercados de capitais, nacionais e internacionais, a fim de recomendar a adoção de medidas dirigidas a apoiar a modernização, a consolidação e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro;
- Revisar sistematicamente atos normativos da CVM e sua adequação às necessidades do mercado;
- Acompanhar o desenvolvimento dos principais centros financeiros internacionais, bem como dos mercados de capitais de países selecionados, através de estudos gerais ou específicos;
- Elaborar estudos, projetos e normativos que consolidem a internacionalização do mercado de capitais;
- Contribuir para disseminar, junto ao meio empresarial, o conhecimento sobre o mercado de capitais, mediante a realização de seminários, reuniões especializadas e estudos específicos;
- Viabilizar decisões da CVM que visem a melhoria da eficiência alocacional e operacional do mercado;
- Participar, em conjunto com outras superintendências, na elaboração de atos normativos que expressem a introdução de mudanças administrativo-operacionais nos atos baixados pela CVM;
- Estudar a introdução de novas práticas, instrumentos e operações no mercado, identificando seu impacto, as restrições existentes para a adoção das mesmas e, quando for o caso, viabilizar tal adoção elaborando os atos normativos competentes;

- Orientar os demais componentes organizacionais da CVM e, quando for o caso, os integrantes do mercado de capitais, no que se refere aos projetos, estudos e atos normativos da CVM, ou os que vierem a ser baixados.

2.5.3. ESTRUTURA DE GERÊNCIAS

A Superintendência é composta de duas Gerências: A Gerência de Desenvolvimento de Regulação – GDR cuida de assuntos inerentes à regulação e desenvolvimento de projetos, e a Gerência de Aperfeiçoamento de Normas – GDN trata de projetos de reformulação de regulamentos cujo prazo de maturação demanda um tempo maior.

O número de técnicos se mostra insuficiente: no final de 2004 as gerências contavam com apenas um técnico cada. Um estagiário tem suprido parte dessa necessidade, porém, com restrições, dado que as atribuições da área requerem grande experiência e conhecimento técnico.

2.5.4. PRINCIPAIS PROJETOS E TRABALHOS DESENVOLVIDOS

Instrução 402 de 27/01/2004

Estabelece normas e procedimentos para a Organização e o Funcionamento das corretoras de mercadorias.

Instrução 403 de 30/01/2004

Dispõe sobre a contratação de terceiros para a prestação de serviços, diretamente pelos Fundos de Investimento Financeiro - FIFs; nos Fundos de Aplicação em Cotas de Fundos de Investimento Financeiros - FAQ-FIF; nos Fundos de Investimento no Exterior - FIEEX, e nos Fundos de Investimento em Títulos e Valores Mobiliários - FITVM.

Instrução 404 de 13/02/2004

Dispõe sobre o procedimento simplificado de registro e padrões de cláusulas e condições que devem ser adotados nas escrituras de emissão de debêntures destinadas a negociação em segmento especial de bolsas de valores ou entidades do mercado de balcão organizado.

Instrução 405 de 27/02/2004

Dispõe sobre o envio de informações e o registro na CVM dos fundos de investimento que especifica.

Instrução 406 de 27/04/2004

Dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos de Investimento em Participações que obtenham apoio financeiro de organismos de fomento.

Instrução 407 de 10/05/2004

Altera a Instrução CVM nº 405, de 27 de fevereiro de 2004.

Instrução 408 de 18/08/2004

Dispõe sobre a inclusão de Entidades de Propósito Específico – EPE nas demonstrações contábeis consolidadas das companhias abertas.

Instrução 409 de 18/08/2004

Dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento. (REVOGA AS INSTRUÇÕES CVM 149/91 - 171/92 - 178/92- 302, 303 e 304/99 - 386/2003 e 403/2004).

Instrução 410 de 09/11/2004

Altera a Instrução CVM nº 273, de 12 de março de 1998.

Instrução 411 de 26/11/2004

Altera a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004.

REVOGA as Instruções 149/91, 171/92, 178/92, 302, 303 e 304/99, 386/03, 392/03 e 403/04.

Instrução 412 de 07/12/2004

Altera a Instrução CVM nº 388, de 30 de abril de 2003, que dispõe sobre a atividade de analista de valores mobiliários e estabelece condições para seu exercício.

ALTERA a Instrução CVM nº 388/03.

Instrução 413 de 30/12/2004

Altera a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004.

Instrução 414 de 30/12/2004

Dispõe sobre o registro de companhia aberta para companhias securitizadoras de créditos imobiliários e de oferta pública de distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI.

REVOGA a Instrução 284/98.

2.5.5. PROJETOS DE REGULAMENTAÇÃO EM ESTUDO

Finalmente, são listados a seguir os principais projetos de regulamentação em fase de estudo na SDM, em conjunto com as áreas técnicas afins da CVM:

- Regulamentação dos empréstimos de títulos de renda fixa;
- Alteração da Instrução 356 para vedar aquisição de cotas de Fundos de Direitos Creditórios (FIDCs) por afiliados;

- Definição de conceito de liquidez para efeito do art 137 da Lei 6404;
- Revisão da CVM 361 - OPA's;
- Revisão do Anexo III da CVM N° 361 - Laudos de avaliação;
- Definição das informações a constarem das demonstrações financeiras referentes aos planos de opções de compra de ações para executivos – STOCK OPTIONS;
- Revisão da regulamentação sobre o registro de companhia para negociação de seus valores mobiliários em Bolsa ou Mercado de Balcão de que trata a Instrução CVM 202;
- Normatização acerca da identificação de comitentes finais;
- Revisão da Resolução CMN n° 2690 que trata do funcionamento das bolsas;
- Reforma da regulação dos Clubes de investimento;
- Regulamentação dos serviços de custódia;
- Funcionamento das câmaras de compensação e liquidação;
- Alteração da Instrução CVM n° 355 sobre agentes autônomos de investimento;
- Reformulação da Instrução CVM n° 168 referente a procedimentos especiais nas bolsas de valores;
- Instrução sobre captação de ordens pulverizadas para execução em pregões e venda de cotas de fundos por bancos comerciais;
- Reformulação da Instrução CVM n° 205 instituindo-se novas normas para Fundos Imobiliários;
- Revisão das normas vigentes concernentes ao Mercado de Balcão Organizado;
- Atuação de instituições financeiras gestoras de fundos como contraparte de operações dos mesmos;
- Negociação de *Brazilian Depositary Receipts* (BDR) nível 1- não patrocinado na BOVESPA;
- Disponibilização no site da CVM das sugestões recebidas em audiências públicas;
- Instrução sobre prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários;
- Regulamentação das obrigações de emissão da *International Finance Corporation* (IFC);
- Disciplinamento dos serviços de administração de caixa por corretoras;
- Alteração da Resolução CMN n° 2536 que trata da distribuição de quotas de fundos de investimento por conta e ordem de clientes de instituição financeira;
- Alteração da Deliberação 390;
- Confecção de modelos de índices remissivos para os processos das Instruções 361 e 400;
- Atualização dos cadastros de participantes do mercado de valores mobiliários;
- Regulação do envio de balancetes de diversas classes de fundos (FIEE / FIDC / FUNCINE e FIP);
- Reforma da Instrução CVM n° 51 sobre empréstimos de valores mobiliários por custodiantes.

2.6. SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – SRI

2.6.1. COMPETÊNCIA

À Superintendência de Relações Internacionais (SRI) compete administrar a execução dos convênios de cooperação técnica, de troca de informações de fiscalização conjunta entre a CVM e os órgãos correspondentes de outros países e representar a CVM junto às instituições internacionais relacionadas aos órgãos reguladores, ou outros organismos atuantes na área de valores mobiliários, coordenando a execução de trabalhos que se façam necessários.

2.6.2. COMENTÁRIO GERAL SOBRE AS ATIVIDADES

Ao longo do ano de 2004, a CVM deu continuidade a sua participação em diversos foros que congregam reguladores de valores e de integração econômica no mundo. Todavia, devido a restrições orçamentárias, em diversos casos a participação restou prejudicada.

De um modo geral, as atividades internacionais da CVM podem ser assim divididas:

A. Relações multilaterais

A.1 - Organismos que congregam reguladores de valores: Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO), Conselho de Reguladores de Valores da América (COSRA), Instituto Ibero-americano de Mercado de Valores (IIMV), CONFERÊNCIA DE BOCA RATÓN, Enlarged Contact Group on Supervision of Investment Funds (ECG)

A.2 - Processos de integração econômica: Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

A.3 – Organização da Nações Unidas (ONU)

A.4 – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

A.5 – Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial

A.6 - Conferência de Haia

A.7 - *Financial Action Task Force* – FATF

B. Relações bilaterais

B.1 - Acordos de Cooperação Técnica e Troca de Informações – MoU

B.2 - Relações bilaterais com entidades pares no exterior

C. Difusão de informações

C.1 - Atendimento a pessoas físicas e jurídicas do exterior

C.2 - Manutenção da seção de relações internacionais da homepage

C.3 - Treinamentos

C.4 - Relações com o Ministério das Relações Exteriores (MRE)

As atividades em cada um desses segmentos encontram-se, a seguir, detalhadas:

2.6.3. **RELAÇÕES MULTILATERAIS**

Seguimos com a política de se alocar, em reuniões técnicas internacionais, as áreas-fim da CVM *vis-à-vis* os assuntos de sua competência, o que traz um benefício mais direto a ditas áreas. Desta forma, participam atualmente dos foros de caráter permanente a SIN (Comitê Permanente da IOSCO sobre fundos e Enlarged Contact Group), a SMI (Comitê Permanente da IOSCO sobre mercados secundários) e a SNC (Comitê Permanente da IOSCO sobre contabilidade e ISAR da ONU), cabendo à SRI a coordenação do processo, bem como a participação no Comitê Permanente da IOSCO sobre *enforcement* e troca de informações.

A.1 Organismos que Congregam Reguladores de Valores

A.1.1 Organização Internacional das Comissões de Valores - IOSCO

A IOSCO é a organização que congrega, mundialmente, os reguladores de valores no mundo, tendo como membros ordinários 102 países. Membro fundador da IOSCO, a CVM participou, em 2004, de várias reuniões de grupos de trabalhos, assim como da elaboração de trabalhos técnicos.

Comitê Executivo

O Comitê Executivo, composto por 19 (dezenove) jurisdições, sendo nove eleitas pela totalidade dos membros para mandatos de dois anos (a CVM foi eleita em 2002 para o biênio 2003/2004), reuniu-se por três ocasiões durante o ano. A primeira reunião ocorreu em Madri, em fevereiro. As reuniões seguintes ocorreram nos meses de maio, por ocasião da conferência Anual da IOSCO em Amã, e outubro em Montreal. Em todas a CVM foi representada pelo seu Presidente (exceto a de maio) e por seu Superintendente de Relações Internacionais. Além dos assuntos de cúpula tratados, podemos também destacar a análise dos relatórios oriundos de Forças-Tarefas tais como a de Implementação dos Princípios de Regulação da IOSCO, a de Identificação de Clientes e Beneficiários Finais, assim como temas ligados a Direitos de Acionistas em um Mercado de Capitais Global e a Supervisão Transfronteiriça de Auditores.

Comitê de Mercados Emergentes

Nas reuniões desse comitê, deu-se continuação aos trabalhos referentes aos cinco grupos de trabalho a saber: WG-1- Contabilidade e *Disclosure*; WG-2- Mercados Secundários; WG-3- Intermediários de Mercado; WG-4- *Enforcement* e Troca de Informações; e WG-5- Administração de Investimentos Coletivos.

Com referência ao WG-5, cabe ressaltar que, desde 2000, esse grupo de trabalho está sob a responsabilidade do titular da Superintendência de Investidores Institucionais (SIN). Ao longo de 2004 houve duas reuniões, sendo uma em fevereiro, por ocasião da Conferência Anual da IOSCO em Amã e outra em novembro, no Cairo, nas quais o Grupo desenvolveu, aprovou e iniciou a distribuição de um questionário que servirá como ferramenta de pesquisa do mandato sobre "o estado do desenvolvimento dos esquemas de investimento coletivo nos mercados emergentes". O questionário deverá ser respondido durante os primeiros meses do próximo ano e terá sua análise concluída e relatório final preparados até o final de 2005.

Comitê Técnico

O Comitê Técnico é dividido em cinco grupos denominados "*Standing Committees*" (SC).

Apesar de não ser membro do Comitê Técnico, a CVM tem assento nos grupos: SC1 (Contabilidade), SC2 (Mercados Secundários), SC5 (Fundos de Investimento) e SC4 (*Enforcement e Troca de Informações*). Neste último, continuaram concentrados os trabalhos mais importantes deste ano, relacionados ao memorando de entendimento multilateral.

Com relação ao SC3, a CVM nunca pleiteou fazer parte do grupo, devido ao fato de lidar com supervisão prudencial de intermediário, o que no Brasil está a cargo do BACEN.

Ao longo de 2004, houve quatro reuniões do SC-1, tendo a CVM sido representada pelo inspetor Uwe Kehl, da Superintendência de Normas Contábeis (SNC), na cidade de Beijing, em abril, em Amsterdã, em setembro, e em Sidney, em dezembro. A reunião de fevereiro não foi viabilizada devido à não contratação da agência de viagens, pela não liberação, a tempo, do orçamento.

O SC-2 se reuniu três vezes em 2004, tendo a CVM sido representada pelo analista Marcos Galileu Lorena Dutra nas reuniões de Cingapura, em abril, e Berna, em setembro. A reunião de janeiro foi aprovada e, em seguida, cancelada, pois o orçamento da CVM ainda não havia sido liberado.

O SC-4 se reuniu quatro vezes em 2004, tendo a CVM sido representada pelo seu Superintendente de Relações Internacionais, nos meses de março, maio, junho e outubro, respectivamente na Cidade do México, em Londres, em Washington e em Madrid. Foi aprovado um questionário sobre identificação de comitentes, analisadas algumas jurisdições não-cooperantes para constar do relatório de mesmo nome, assim como analisados novos pedidos de países membros para assinatura do Memorando Multilateral de Entendimento da IOSCO (MMOU).

O SC-5 se reuniu por três vezes, tendo sido representado pelo Superintendente Carlos Sussekind, da SIN, em março na cidade de Madrid, em junho, em Berna, e em Sidney, em novembro.

Houve duas reuniões da Força-Tarefa sobre Sistemas de Liquidação de Valores Mobiliários (CPPS). A CVM, devido a não liberação a tempo do orçamento, participou apenas da última, em São Francisco, na pessoa do Gerente de Estrutura de Mercado e Sistemas Eletrônicos, onde teve o seu mandato concluído com a preparação do relatório "*Recommendations for Central Counterparties*".

A Força-Tarefa sobre Implementação dos Princípios da IOSCO reuniu-se em abril, em Mumbai, e aprovou a *Metodologia para Avaliação da Implementação dos Objetivos da OICV e dos Princípios de Regulação de Valores Mobiliários* (Metodologia de Avaliação), destinada a facilitar a auto-avaliação por parte dos membros da OICV e a avaliação por terceiros dos regimes de regulação de valores mobiliários.

Foram concluídos os trabalhos da Força-Tarefa sobre Agências Classificadoras de Risco no mercado de Capitais, nos quais a CVM se fez representar, nas duas reuniões de 2004 (abril e dezembro),

respectivamente em Roma e Berlim, por seu Superintendente de Registro. O documento aprovado se resume em fundamentos de um código de conduta para agências supracitadas.

Comitê Interamericano

O Comitê Interamericano atua sob a égide do COSRA. O Brasil, eleito presidente do COSRA neste ano, foi automaticamente eleito presidente do Comitê Interamericano para o biênio março 2004/março 2006.

XXVIII Conferência Anual da Iosco

As autoridades reguladoras de valores mobiliários reuniram-se em Amã, na Jordânia, em abril, onde discutiram os seguintes temas:

- Novos Desafios na Regulamentação de Esquemas de Investimento Coletivo
- Convergência Internacional e Supervisão Pública de Padrões de Contabilidade e Auditoria
- Evolução Recente dos Mecanismos de Formação de Preços no Mercado de Capitais
- Fusões, Desmutualização e Governança das Bolsas de Valores

Durante o encontro, os representantes membros da Organização salientaram a importância da vigilância neste setor para garantir e proteger a supremacia da lei em mercados transparentes e eficientes.

A IOSCO deu início a um processo de análise dos poderes das autoridades reguladoras e de outras entidades, em suas ações, de congelarem bens e de os repatriarem para a jurisdição no caso de uma infração cometida em mercados transfronteiriços.

Foi apresentado um estudo realizado pelo Comitê de Mercados Emergentes sobre os mecanismos de revisão contábil nos mercados emergentes. Levou-se a cabo também um outro estudo sobre os aspectos de implementação dos regulamentos sobre ofertas públicas naqueles mercados. O Comitê fez ainda a revisão de um relatório preliminar baseado nos resultados da pesquisa. Espera-se que o relatório final esteja concluído no segundo semestre de 2004.

O Comitê Consultivo de Auto-Reguladores (SROCC) da Organização Internacional de Comissões de Valores (OICV) anunciou o lançamento de um site na Internet (www.iosco.org/committees/srocc/). Seu objetivo é disponibilizar informações úteis sobre as regras e requisitos das organizações que fazem parte do SROCC e promover a conscientização e compreensão dos corretores das suas responsabilidades quando operam em países estrangeiros.

O Comitê Técnico determinou que seria vantajoso analisar as várias abordagens internacionais sobre market timing relacionado a fundos de investimento e aprovou um novo mandato para desenvolvimento das melhores práticas internacionais nesta matéria.

Alguns episódios recentes relacionados com fundos de investimento têm posto em cheque a eficácia dos sistemas de governança dos operadores de fundos envolvidos nesses escândalos. Em resposta, o Comitê Técnico aprovou um novo mandato relativo à governança dos esquemas de investimento coletivo. Pretende-se que este trabalho permita a identificação de princípios genéricos baseados, em parte, nos trabalhos anteriormente realizados pelo Comitê Técnico sobre a mesma matéria (como, por exemplo, os relatórios sobre as infra-estruturas para tomada de decisões e conflitos de interesse). Este trabalho poderá também especificar princípios gerais adicionais, tais como deveres fiduciários,

direitos dos investidores e transparência da informação. Ainda como parte deste trabalho, o Comitê Técnico pretende realizar um inquérito sobre os diferentes modelos de governança dos vários tipos de investimento coletivo, o controle interno e os procedimentos adotados, sobretudo com o objetivo de compreender a eficácia do atual sistema de supervisão às obrigações regulamentares ou fiduciárias e também dos mecanismos existentes para garantir a custódia dos ativos de investimentos coletivos.

A adoção do *MoU Multilateral sobre Consulta, Cooperação e Troca de Informação* da IOSCO constitui o documento essencial da OICV sobre cooperação ao nível da partilha de informação, refletindo vários anos de trabalho neste domínio. Atualmente 26 membros da organização já aderiram ao MMOU da OICV e duas jurisdições ao Anexo B, o que demonstra o seu empenho em se fazer as reformas necessárias com vista à sua adesão plena. Os membros e países que desejam aderir ao MMOU da OICV estão sujeitos a um rigoroso processo de avaliação levado a cabo por um grupo de especialistas selecionados entre os membros da OICV, do qual a CVM faz parte.

A OICV anunciou igualmente a disponibilização aos seus membros de uma nova funcionalidade no seu sítio na Internet (www.iosco.org) - uma versão eletrônica e interativa da recentemente aprovada *Metodologia para Avaliação da Implementação dos Objetivos da OICV e dos Princípios de Regulação de Valores Mobiliários* (Metodologia de Avaliação). A versão eletrônica (designada por *eMethodology*) destina-se a facilitar a auto-avaliação por parte dos membros da OICV e a avaliação por terceiros dos regimes de regulação de valores mobiliários.

Foi decidido que o Comitê Técnico continuará a colaborar com o *Comitê de Basileia de Supervisão Bancária* (BCBS) e a *Associação Internacional de Supervisores de Seguros*, sob os auspícios do *Joint Forum*, num projeto relativo a “*outsourcing*”. As empresas de valores mobiliários recorrem cada vez mais a mecanismos de terceirização dos serviços, regulamentados ou não. Sendo confiadas a terceiros, as autoridades reguladoras terão de garantir que essas atividades são desempenhadas de acordo com as políticas e procedimentos em vigor e que ficam sujeitas a sua supervisão.

O Comitê Técnico e o BCBS criaram um grupo de trabalho conjunto para abordar as questões relativas ao tratamento das posições detidas pelos bancos e sociedades de investimento no *trading book* ao abrigo do novo Acordo de Basileia de Adequação de Capital (Basel II). Este grupo de trabalho pretende identificar e conhecer todo o leque de questões relacionadas com o *trading book* e analisar as soluções propostas para os problemas identificados.

A.1.2 Conselho de Reguladores de Valores da América - COSRA

O COSRA, fundado em 1992, oferece um foro para estimular a cooperação mútua e o intercâmbio de informações com o intuito de melhorar os esforços realizados por cada um dos países da região para desenvolver e melhorar o crescimento de mercados de valores saudáveis e justos para todos os investidores.

De estrutura mais informal que a IOSCO, as atividades do COSRA são baseadas em debates técnicos. Atualmente, o mandato debatido é sobre formas de financiamento e acesso ao mercado de pequenas e médias empresas, trabalho coordenado pela SEC dos Estados Unidos, e no qual a CVM coordena o subgrupo relacionado a formas de facilitar o acesso ao mercado de capitais.

Ao longo de 2004, houve duas reuniões de trabalho, tendo sido uma em março, em Santo Domingo, e outra em agosto, em Vancouver. A CVM foi representada em ambas por seu Presidente e por seu Superintendente de Relações Internacionais.

A CVM assumiu pelo voto e por unanimidade a presidência do Conselho com o objetivo de reformular o seu estatuto, oficializando a sua representatividade junto a IOSCO, dar seqüência às forças-tarefas criadas na gestão anterior e planejar seminários de treinamento regional para o desenvolvimento dos mercados americanos com o apoio do BID e do Banco Mundial.

A.1.3 Instituto Ibero-americano de Mercado de Valores – IIMV

A Fundação Instituto Ibero-americano de Mercado de Valores (IIMV) é uma instituição sem fins lucrativos, com sede em Madri (Espanha) e que tem por objetivo favorecer um melhor conhecimento da estrutura e regulação dos mercados de valores nos países ibero-americanos, desenvolver mercados de valores transparentes e íntegros, assim como incrementar a relação entre os reguladores, a iniciativa privada e os profissionais do mercado.

O Conselho dos Presidentes, neste Instituto, que já foi presidido pela CVM, é presidido pela Comissão Nacional do Mercado de Valores de Portugal. A CVM participa, por conta do instituto, disponibilizando servidores para atuarem como instrutores de treinamentos promovidos pelo mesmo.

Em 2004, a CVM palestrou em cursos realizados em Madrid (março), na pessoa de seu Presidente, em Santa Cruz de la Sierra (junho), na pessoa do Gerente de Estrutura de Mercado e Sistemas Eletrônicos, e em Cartagena de Índias (novembro), na pessoa do inspetor da SNC.

Foi também representada na reunião do Conselho de Autoridades do IIMV pelo seu Presidente e seu Diretor, respectivamente em Madrid (junho) e Portugal (novembro), e em ambas pelo seu SRI, onde foram decididas questões administrativas e de estratégia.

A CVM contribuiu também com diversos artigos que foram publicados na Revista Ibero-americana de Mercado de Valores.

A.1.4 Conferência de Boca Ratón

Não houve participante da CVM devido a restrições orçamentárias.

A.1.5 Enlarged Contact Group on Supervision of Investment Funds – ECG

A reunião anual deste foro informal de troca de informações sobre fundos de investimento ocorreu em Roma, no mês de outubro, com participação do Superintendente de Investidores Institucionais (SIN). Foram debatidos aspectos técnicos sobre regulação de fundos de investimento, os recentes desenvolvimentos da legislação dos membros e a situação de seus mercados.

A.2 Organismos de Integração Regional

A.2.1 Mercado Comum do Sul – MERCOSUL

Há vários anos a CVM vem participando do Subgrupo de Assuntos Financeiros (SGT-4) deste tratado de livre comércio entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. No ano de 2004, por restrições orçamentárias, não demos continuidade aos trabalhos do Subgrupo de Investimentos (SGT-12) e do Grupo de Serviços (GS). A presidência *pro tempore* do bloco ficou a cargo da Argentina, no

primeiro semestre, e do Brasil, no segundo, o que fez com que as reuniões fossem sediadas nos respectivos países.

Sob o regime de presidências *pro-tempore* (seis meses para cada País-membro), o SGT-4 é nacionalmente coordenado por cada Banco Central. Sob a coordenação nacional, a CVM foi o coordenador da Comissão de Mercado de Capitais, de 1º de julho a 31 de dezembro. Atualmente, essa comissão está debatendo os seguintes temas:

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
1. Acordo-Marco sobre Compensação e Liquidação de Operações	O acordo encontra-se em fase de revisão para entrada em vigor e versa sobre a harmonização das legislações dos membros nessa área
2. Informação sobre novas normas regulatórias do mercado de capitais editadas nos países membros	Os membros apresentam novidades legais no âmbito de seus mercados e as circulam entre os demais para conhecimento
3. Tratamento estatístico consolidado dos Estados-Parte na página WEB do Mercosul	A cada ano, no primeiro semestre, o membro presidente <i>pro tempore</i> circula entre os demais as informações de mercado para constarem da página web do Mercosul
4. Esforços para o desenvolvimento de um mercado de capitais regional	Um quadro comparativo de informações sobre o mercado de capitais foi elaborado para que os membros possam preencher e analisar as diferenças entre si
5. Operação em Bolsa com Títulos Públicos da região	Levantamento de informações e estudo da possibilidade de se permitir negociação bursátil intra-Mercosul de títulos públicos

Destaque-se também que ao longo de 2004, a CVM analisou propostas do acordo, no que tange a serviços e investimentos, no Acordo bi-regional Mercosul-União Européia.

A.2.2 Área de Livre Comércio das Américas – ALCA

Com a Cúpula das Américas, realizada em dezembro de 1994, os Chefes de Estado e de Governo de 34 países da região decidiram construir a Área de Livre Comércio das Américas - ALCA e concluir as respectivas negociações até o ano de 2005.

A CVM vem acompanhando desde o ano de 1999 a negociação dos grupos de serviços e investimentos. No ano de 2004, por restrições orçamentárias, não pudemos acompanhar in loco às reuniões que aconteceram em Puebla, México. Todavia, continuamos acompanhando o assunto junto ao MRE, participando do Grupo Interministerial de Comércio Internacional, seção de serviços, e da Seção Nacional da ALCA. Em linhas gerais, o acordo não avançou. Em serviços, manteve-se o impasse em torno de sua arquitetura, e.g., se o acordo seguiria o modelo GATS ou NAFTA. No acordo de investimentos não houve, tampouco, avanços.

A.2.3 Organização Mundial do Comércio – OMC

A OMC é o organismo internacional que lida com as regras de comércio exterior entre as nações. Fundada em 1º de janeiro de 1995, descende do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), existente desde 1948. Após a rodada Uruguai, passou, também, a tutelar o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços – GATS.

A CVM tem participado do processo negociador relativo a serviços financeiros desde a rodada específica realizada em abril de 1997, da qual resultaram compromissos específicos de cada país para esse setor, denominados quinto protocolo. Atualmente, a CVM participa da delegação brasileira para a nova rodada de negociações mandatadas com o objetivo de aumentar o grau de liberalização do comércio internacional de serviços financeiros. Trabalhando em conjunto com o MRE, a SRI, em conjunto com entidades auto-reguladoras, a pedido deste, procedeu à análise dos “*requests*” em serviços financeiros, no âmbito da OMC, vindos da Suíça, Japão, Polônia, Austrália, Panamá, Índia, Noruega, Cingapura e Canadá. Acompanhamos in loco as reuniões de setembro e de novembro, em Genebra.

A.2.4 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE

A OCDE reúne os países desenvolvidos com o objetivo de promover o desenvolvimento de políticas econômicas e sociais. O Brasil é observador da organização. Neste ano, devido a restrições orçamentárias, não participamos das reuniões dos membros.

Ainda no âmbito da OCDE, a CVM acompanha as reuniões plenárias do FATF (Financial Action Task Force). Este ano a CVM esteve presente à reunião da FATF em junho, em Paris, tendo sido representada por seu Procurador-Chefe e um técnico da SMI. Este grupo, do qual o Brasil faz parte através do COAF, faz, anualmente, inspeção no Brasil para analisar o efetivo combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Essas visitas à CVM e aos participantes do mercado de capitais são coordenadas pela SRI.

A.3 Organização das Nações Unidas - ONU

A CVM participa, na pessoa do Superintendente de Normas Contábeis, do Grupo Intergovernamental de Trabalho da ONU de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Divulgação de Informações (ISAR), destinado a promover a harmonização contábil. Somos o representante oficial do Brasil nesse foro. Nesse contexto, participamos da 21ª. Reunião ocorrida em Genebra, no mês de outubro.

A.4 Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

A CVM deu continuidade ao trabalho de operacionalização da doação de US\$ 2 milhões, que terá dela igual contrapartida.

A.5 Fundo Monetário Internacional - FMI e Banco Mundial

A CVM não participou da reunião anual do FMI. No que tange ao Banco Mundial, as atividades foram centradas na operacionalização do empréstimo à CVM.

A.6 Conferência de Haia

Uma vez aprovado o texto básico do acordo da Conferência Internacional de Direito Privado de Haia sobre Lei Aplicável ao Penhor de Valores Mobiliários, a qual tenta definir qual a jurisdição aplicável em caso de execução de garantias (colaterais), a CVM fez a tradução do referido acordo para o Português, e está acompanhando os trâmites de internalização do mesmo.

Nesse sentido, foi convidada a participar de reuniões informais organizadas pela CBLC e pelo UNIDROIT, que concentram esforços para a elaboração de direito substantivo sobre o processo em cada País signatário daquele acordo.

2.6.4. *RELAÇÕES BILATERAIS*

B.1 Acordos de Cooperação Técnica e Troca de Informações – MOUs

São os seguintes os países com os quais a CVM tem MOUs em vigor no momento: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Bolívia, Canadá (Quebec), Chile, China, Cingapura, Equador, Espanha, EUA (SEC), EUA (CFTC), França, Grécia, Hong Kong, Itália, Luxemburgo, Malásia, México, Paraguai, Peru, Portugal, Romênia, Tailândia, Taipei.

Continuamos o esforço para viabilizar nossa participação no MoU Multilateral da IOSCO, tendo em vista que, futuramente, este poderá substituir a teia de MoUs bilaterais. Atualmente, por conta de parecer do Banco Central, estamos impedidos de firmar o mesmo por não poder transmitir a terceiros, ainda que sob sigilo, informações recebidas do BACEN e protegidas por sigilo bancário.

B.2 Relações bilaterais com entidades pares no exterior

Foram respondidas pela CVM questões de natureza diversa vindas de países diversos. Exemplo de tais consultas foram as referentes à estrutura da CVM, supervisão de mercado, mercados derivativos, fundos de investimento, fusões e aquisições, informação privilegiada, transparência, entre outras.

2.6.5. *DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES*

C.1 Atendimento a pessoas físicas e jurídicas do exterior

No ano de 2004, dando prosseguimento à tendência verificada nos anos anteriores, além das referentes aos reguladores, recebemos numerosas consultas de pessoas físicas e jurídicas do exterior sobre diversos temas. As questões mais recorrentes recaem sobre a possibilidade de corretoras estrangeiras abrirem contas para brasileiros, o que motivou amplas discussões internas que culminaram na elaboração de um parecer de orientação por grupo constituído para esse fim. Esse parecer encontra-se ainda sob análise do Colegiado.

C.2 Manutenção da seção de relações internacionais da homepage

A SRI atualizou diversas informações na página criada na Internet dentro do site da CVM, a qual se destina a informar sobre as atividades internacionais da autarquia.

C.3 Treinamentos

Devido a restrições orçamentárias, não foi possível enviar treinandos com ônus para o exterior. Por restrições orçamentárias, deixamos também de enviar treinandos a eventos tradicionais, como os treinamentos anuais da IOSCO e da *Commodities and Futures Trade Commission* – CFTC. A participação em outros eventos só foi viabilizada sob o acordo da CVM com o Banco Mundial.

C.4 Relações com o Ministério das Relações Exteriores - MRE

Continuamos a interagir com o MRE nos Grupos negociadores de serviços. A CVM atendeu a uma série de demandas deste órgão. A SRI é o representante da CVM junto ao GICI (Grupo Interministerial de Comércio Internacional e seus Subgrupos de Investimentos e Serviços).

Em 2004, a CVM foi chamada a participar ativamente do Trade Policy Review (TPR) da OMC. Trata-se de um relatório elaborado por aquela Organização a cada quatro anos, visando a dar transparência ao arcabouço legal de cada órgão nacional responsável pelos diversos segmentos do setor de serviços, negociados no âmbito do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS). Representou a CVM a SRI por meio do seu Gerente de Relações Internacionais.

C.5 Outros

O Superintendente de Relações Internacionais foi convidado pela IOSCO e proferiu palestra no Seminário sobre a Metodologia para a Avaliação da Implementação dos Princípios da IOSCO e o Acordo Multilateral de Entendimento sobre Consulta, Cooperação e Intercâmbio de Informação, realizado no mês de junho, em Guayaquil.

O SRI foi também convidado pelo Banco Central Uruguaio e proferiu palestra no V International Seminar on Capital Markets, realizado no mês de setembro, em Montevideú.

Participou também, juntamente com o Diretor Sérgio Weguelin, das reuniões organizadas pelo Citibank, a convite deste, para a divulgação do mercado de capitais brasileiro, em Nova Iorque e Boston, durante o mês de novembro. As reuniões também contaram com a presença de representantes do BACEN, BOVESPA, BM&F e CBLC.

2.7. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EXTERNA – SFI

2.7.1. COMPETÊNCIA

A Superintendência de Fiscalização Externa (SFI) tem como principais atribuições a realização de inspeções (fiscalização direta) nas entidades integrantes do mercado de valores mobiliários e a instrução de inquéritos administrativos.

2.7.2. RESULTADOS E INDICADORES

São apresentados os indicadores de gestão da SFI, com dados até **31 de dezembro de 2004**.

DESCRIÇÃO		2001	2002	2003	2004	2005 (**)
1	Nº inspeções realizadas	167	255	313	176	250
2	Nº processos administrativos sancionadores instaurados (*)	105	93	83	50	65
3	Nº de processos administrativos julgados (*)	72 (35)	41 (11)	51 (10)	70 (6)	100
4	Nº de penalidades aplicadas nos julgamentos CVM	270	120	148	239	250

(*) Inclui Processos de ritos ordinários - inclusive iniciados com Termos de Acusação - e sumários de toda a CVM. **Número de ritos sumários entre parênteses.**

(**) Previsão

Item 1 – Em 2004, foram realizadas inspeções em 176 jurisdicionados. Deste total, 57 (32%) ocorreram em Fundos de Investimentos, 50 (28%) em entidades integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, 23 (13%) em escritórios não autorizados a intermediar valores mobiliários e 13 (7%) em companhias abertas, conforme discriminado no quadro a seguir:

INSPECIONADAS	QUANTIDADE
CORRETORA DE VALORES	34
CORRETORA DE MERCADORIAS	09
DISTRIBUIDORA DE VALORES	07
ADMINISTRADOR DE CARTEIRA	05
AUDITOR INDEPENDENTE	04
COMPANHIA EMISSORA DE CONTRATO COLETIVO	01
PESSOA NÃO AUTORIZADA A INTERMEDIAR	23

VALORES MOBILIÁRIOS	
PESSOA NÃO AUTORIZADA A PRESTAR CONSULTORIA DE VALORES	06
PESSOA NÃO AUTORIZADA A ADMINISTRAR CARTEIRA	02
COMPANHIA ABERTA	13
FUNDO DE INVESTIMENTO	57
OUTROS	15
TOTAL	176

A redução substancial do número de inspeções concluídas em 2004 em relação a 2003 decorreu, fundamentalmente, da realização de, tão-somente, 62 inspeções em Fundos de investimento (57) e nos Administradores de Carteira desses Fundos (5), em 2004, contra 165 feitas nesses mesmos jurisdicionados no ano anterior, cabendo ressaltar, entretanto, que as inspeções de 2003 ainda contaram – a exemplo de 2002 – com a força de trabalho de 5 Auditores cedidos pelo Banco Central do Brasil, especificamente para auxiliar nas inspeções envolvendo FIF's, por conta do Convênio firmado entre esta CVM e aquela autoridade monetária, o que já não se deu em 2004.

Outros fatores que contribuíram para a redução da quantidade de inspeções realizadas em 2004 foram a redução do quantitativo de Inspetores lotados na SFI e a maior complexidade dos inquéritos administrativos instruídos por esta Superintendência, que absorveram a maior parte do tempo dos seus Gerentes e Inspetores. Cabe ressaltar, ainda, que se contava com o ingresso de novos Inspetores em janeiro de 2004, como resultado do concurso público realizado em 2003, expectativa que acabou por se frustrar. O eixo Rio/São Paulo, onde foram realizadas 151 inspeções, concentrou 86% do total, de acordo com o demonstrativo infra:

TIPOS DE INSTITUIÇÃO	SC	SP	RJ	GO	MG	RS	DF	PR	PE	MT	RO	Σ
Bolsa de mercadoria e de futuros												0
Corretora de valores mobiliários		12	19	01		02						34
Corretora de mercadorias e de futuros		09										09
Distribuidora de valores mobiliários		03	03					01				07
Administrador de carteira		03	01		01							05
Fundo de investimentos		57										57
Companhia aberta	02	06			01		02			02		13
Companhia emissora de contrato coletivo											01	01
Companhia incentivada												
Sociedade emissora de valores mobiliários não enquadrada nos demais itens		01										01
Banco de investimentos/múltiplo/comercial não enquadrado nos demais itens		02	06									08
Auditor independente		02	01							01		04
Pessoa não autorizada a intermediar valores mobiliários		10	07	02			02		02			23

Pessoa não autorizada a administrar carteira/fundo/clubes de investimentos ou imobiliário		02										02
Pessoa não autorizada a prestar consultoria de valores		06										06
Pessoa não autorizada a emitir e/ou colocar publicamente valores mobiliários		01		01								02
Outros		01	02	01								04
TOTAL	02	115	39	05	02	02	04	01	02	03	01	176

O quadro a seguir demonstra as incidências (207), por objetivos, das inspeções realizadas durante o ano de 2004. A verificação de possíveis irregularidades na gestão dos Fundos de Investimentos, com 62 incidências, correspondeu a 30% do total dos assuntos abordados nas investigações. A verificação de ocorrência de intermediação no mercado de valores mobiliários por pessoas não autorizadas, com 14%, foi a segunda maior incidência. Em seguida, figura a verificação de eventuais práticas não-equitativas, fraudes, manipulação e criação de condições artificiais de mercado (Instrução CVM nº 08) com cerca de 11% dos assuntos tratados nas inspeções. Ainda com aproximadamente 11%, aparece a verificação do cumprimento das normas de combate à lavagem de dinheiro (Instrução CVM nº 301).

PRINCIPAIS ASSUNTOS OBJETO DAS INSPEÇÕES	QUANTIDADE
Adequação das demonstrações financeiras de bolsa de valores/de mercadoria e de futuros	0
Ocorrência de práticas não-equitativas, fraudes, manipulação e criação de condições artificiais de oferta e demanda	22
Cumprimento das normas operacionais e administrativas por fundo de investimentos	62
Cumprimento das normas operacionais e administrativas por custodiante/depositário/prestador de serviço de valores mobiliários escriturais	02
Cumprimento das normas de combate à lavagem de dinheiro	22
Cumprimento das normas de administração de carteira	01
Cumprimento das normas de captação e aplicação de recursos da Lei do Audiovisual	0
Adequação das demonstrações financeiras e ITR's de companhia aberta	01
Adequação das demonstrações financeiras e ITR's de companhia incentivada	0
Transações com sociedade controladora, controlada, coligada ou sob controle comum, em condições desfavoráveis às cias abertas	02
Não prestação de informações obrigatórias	03
Exercício abusivo de poder pelo acionista controlador	09
Má gestão de administrador de companhia aberta	09
Utilização de informação privilegiada	0
Adequação dos procedimentos de auditoria	04
Intermediação de valores mobiliários por pessoa não autorizada	29
Administração de carteira/de fundo/de clube de investimento ou imobiliário por pessoa não autorizada	05
Consultoria de valores por pessoa não autorizada	10
Emissão e/ou colocação pública de valores mobiliários sem registro na CVM	09
Outros	17
TOTAL	207

Item 2 – Durante o ano de 2004, foram instaurados 50 processos administrativos sancionadores, sendo 44 de rito ordinário (17 com comissão de inquérito e 27 iniciados com termo de acusação, nos moldes do que dispõe a Resolução CMN nº 2785/00), contra 83 no ano de 2003, e 6 de rito sumário.

Item 3 – No ano de 2004, foram julgados ou arquivados 84 processos administrativos sancionadores, conforme demonstrativo a seguir:

Tipos de processo	Arquivados	Julgados	Total de arquivados e julgados
Com Comissão de Inquérito	03	26	29
Iniciados com Termo de Acusação	07	38	45
Rito Sumário	04	06	10
TOTAL	14	70	84

Item 4 - Pelas irregularidades verificadas nos processos administrativos sancionadores de ritos ordinário (inclusive os iniciados com Termo de Acusação) e sumário julgados no ano de 2004, foram aplicadas as seguintes penalidades:

TIPOS DE PENALIDADES	QUANTIDADE
Multa	171
Advertência	39
Inabilitação	25
Proibição	01
Suspensão	03
TOTAL	239

2.8. SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS – SIN

2.8.1. COMPETÊNCIA

- Coordenar, supervisionar e fiscalizar os registros para a constituição de carteiras de investidores não residentes e fundos e clubes de investimento que apliquem em qualquer modalidade de ativo, exceto os fundos de investimento imobiliário;
- Coordenar, supervisionar e fiscalizar os credenciamentos para o exercício de atividades de administrador de carteira, consultor e analista de valores mobiliários; e,
- Coordenar, supervisionar e fiscalizar o acompanhamento das atividades dos investidores institucionais nacionais e investidores não residentes registrados na CVM e dos profissionais supracitados, bem como propor e fiscalizar a observância de normas relacionadas aos registros e à divulgação de informações desses investidores e profissionais.

2.8.2. COMENTÁRIOS GERAIS

A Superintendência de Relações com Investidores Institucionais (SIN) é composta por três gerências e hoje suas atribuições quanto a Fundos e Carteiras de Investimento abrangem as seguintes modalidades:

- Prestadores de Serviços de Administração de Carteiras de Valores Mobiliários;
- Consultores de Valores Mobiliários;
- Analistas de Valores Mobiliários;
- Entidade Credenciadora de Analistas de Valores Mobiliários;
- Fundos de Investimento (Instrução CVM nº 409/2004);
- Fundos de Investimento Financeiro;
- Fundos de Aplicação em Cotas de Fundos de Investimento;
- Fundos de Investimento no Exterior;
- Fundos de Investimento em Títulos e Valores Mobiliários;
- Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Títulos e Valores Mobiliários;
- Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes;
- Fundos de Privatização - FGTS;
- Fundos de Privatização – FGTS – Carteira Livre;
- Fundos de Investimento em Direitos Creditórios;
- Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios;
- Fundos de Investimento em Direitos Creditórios no âmbito do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social;

- Fundos de Investimento em Participações;
- Fundos de Índice;
- Fundos de Investimento Culturais e Artísticos;
- Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional;
- Carteira de Títulos e Valores Mobiliários de Investidor não Residente;
- Fundos de Privatização - Capital Estrangeiro;
- Fundos de Conversão - Capital Estrangeiro;
- Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes - Capital Estrangeiro; e,
- Questões relacionadas à administração profissional de carteiras de investimento.

No que concerne ao acompanhamento sistemático da participação dos investidores institucionais no mercado de valores mobiliários, a SIN efetua as seguintes atividades:

- Análise das demonstrações financeiras, acompanhamento de risco e valor de mercado, análise de performance e mapas de composição/diversificação de aplicações dos investidores institucionais;
- Administração de um sistema de informações sobre a atuação dos administradores e investidores institucionais no Mercado de Valores Mobiliários, incluindo o cadastro de todos os agentes que estão sob sua esfera de competência.

Pode-se inferir, pelo exame do quadro abaixo, a responsabilidade da Superintendência quanto ao acompanhamento desse mercado, em função do expressivo patrimônio alocado nessas entidades:

Obs: Patrimônios líquidos em R\$ bilhões

	Qntd/ 2003	PL em DEZ/03	Qntd / 2004	PL em NOV/04
FITVM	471	35,93	500	37,78
FIC-FITVM	89	2,23	97	2,66
FMP-FGTS	97	5,68	102	6,37
FIF	2596	466,78	2597	578,70
FAC-FI	1998	258,70	2544	317,58
FIEX	64	0,67	77	2,61
Fundo de Índice	-	-	1	0,42
FMIEE	-	-	22	0,33
FIDC	-	-	46	4,85
FIC-FIDC	-	-	4	0,17
Fundos de Investimento (Instrução CVM nº 409/04)	-	-	174	0,6
ANEXO III	1	1,23	1	1,48
Carteiras de Investidores não Residentes	308	58,12	336	71,21
TOTAL*	5624	568,41*	6501	704,35*

* No Total do Patrimônio Líquido não está sendo considerado o PL dos Fundos de Cotas para impedir dupla contagem

Como mostra o quadro, a Superintendência tem a missão de supervisionar mais de 6.000 fundos de investimento e carteiras de investidores não residentes que detêm patrimônio líquido superior a 700 bilhões de reais. Dos fundos de investimentos e dos fundos de cotas participam 10,9 milhões de cotistas, sendo possível que um mesmo investidor aplique em mais de um fundo.

2.8.3. RESULTADOS E INDICADORES

Nesta subseção, são detalhados resultados qualitativos e quantitativos gerais, bem como os indicadores de gestão.

Resultados Qualitativos

- **Aprimoramento da Supervisão dos Fundos e Carteiras de Investimento**

Meta 1 – Novas Modalidades de Fundos de Investimento. Ainda no ano de 2003, três novas modalidades de fundos de investimento foram criadas pela CVM: Fundos de Investimento em Participações, também conhecidos como fundos de “private equity”, regulados pela Instrução CVM nº 391, de 16/07/2003, Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE), regulados pela Instrução CVM nº 398, de 28/10/2003, e os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios no âmbito do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social - FIDC-PIPS, regulados pela Instrução CVM nº 399, de 21/11/2003. A meta foi cumprida e já em 2004 a CVM concedeu o registro e autorizou o funcionamento dos primeiros fundos constituídos nestas três modalidades.

Meta 2 – Registro dos FIF/FAC/FIEX. A Instrução CVM nº 405, de 27/02/2004, determinou que o início de atividades, o encerramento, a transformação, a cisão, a incorporação, a fusão e as alterações cadastrais dos fundos de investimento financeiro, dos fundos de aplicação em cotas de fundo de investimento e dos fundos de investimento passassem a ser comunicadas exclusivamente à CVM, através de um novo módulo do sistema CVM Web desenvolvido para este fim. A partir de 05/04/2004, todos os novos FIF/FAC/FIEX constituídos passaram a ser registrados na CVM e não mais no Banco Central. Todas as alterações cadastrais referentes a tais fundos também passaram a ser informadas por meio do CVM Web, assegurando maior precisão nos dados cadastrais dos FIF/FAC/FIEX e sua integração com os sistemas de acompanhamento de fundos de investimento da CVM. A meta foi cumprida e a base de dados da CVM está atualizada.

Meta 3 – Aprimoramentos na Regulamentação dos Fundos de Investimento. A Instrução CVM nº 403, de 30/01/2004, possibilitou a contratação de terceiros para a prestação de serviço, diretamente pelos FIF/FAC/FIEX e pelos FITVM, permitindo que os fundos paguem diretamente aos prestadores de serviços a parcela da taxa de administração devida.

A Instrução CVM nº 406, de 27/04/2004, dispôs sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos de Investimento em Participações que obtenham apoio financeiro de organismos de fomento. Por esta Instrução, os fundos de investimento em participação regulados pela Instrução CVM nº 391/2003, que obtenham apoio financeiro direto de organismos de fomento estão autorizados a emitir cotas de diferentes classes e a contrair empréstimos dos organismos de fomento.

A Instrução CVM nº 405, de 27/02/2004, além do já mencionado na Meta 2, também determinou que os Fundos de Investimento Financeiro, os Fundos de Aplicação em Cotas de Fundos Financeiros, os Fundos de Investimento no Exterior, os Fundos de Investimento em Títulos e Valores Mobiliários, Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Títulos e Valores Mobiliários, Fundos Mútuos de Privatização – FGTS e os Fundos Mútuos de Privatização – FGTS Carteira Livre enviem por meio eletrônico para a CVM o informe diário, balancete, regulamento e prospecto do fundo.

A Instrução CVM nº 407, de 10/05/2004, determinou que os administradores dos FIF/FAC/FIEX encaminhem mensalmente por meio eletrônico para a CVM o demonstrativo de composição e diversificação das aplicações do fundo.

Meta 4 – Consolidação da Regulamentação de Fundos de Investimento. Durante todo o ano de 2003, a Superintendência de Relações com Investidores Institucionais trabalhou na elaboração da consolidação de toda a legislação que normatiza a indústria de fundos de investimento no Brasil, com objetivo de unificar a regulamentação existente para os fundos de renda variável e de renda fixa. Após período em que recebeu sugestões durante audiência pública, a minuta foi discutida pelo Colegiado e a Instrução nº 409 foi editada em 18/08/04, entrando em vigor em 22/11/2004.

A nova regulamentação procurou sobretudo garantir maior transparência nas informações divulgadas aos cotistas pelos administradores de fundos de investimento. Um ponto relevante na nova Instrução foi a classificação dos fundos, conforme a composição de seu patrimônio. Tal classificação possibilita ao cotista maior comparabilidade ao avaliar fundos dentro de uma mesma classe de ativos.

A Instrução CVM nº 409 ainda foi aprimorada com a edição das Instruções CVM nº 411, de 26/11/2004, e nº 413 de 30/12/2004.

Meta 5 – Sistemas de Acompanhamento de Fundos de Investimento. O sistema pioneiro da CVM de supervisão indireta de fundos de investimento através de informações recebidas pela internet está sendo reconstruído. Com a transferência da responsabilidade de supervisionar os fundos de investimento que estavam sob a esfera de competência do Banco Central para a CVM, o sistema de fiscalização eletrônica dos fundos que já existia na CVM está sendo totalmente reformulado. A primeira fase, que é a implantação de sistemas capazes de receberem e disponibilizarem, através da internet, informações de mais de 6.000 (seis mil) fundos relativas ao valor diário das cotas e patrimônio líquido dos fundos, composição das carteiras, regulamentos e prospectos, já está disponível ao público interessado na página da CVM.

A segunda fase, que já era uma das prioridades da CVM, está relacionada à reconstrução do sistema de fiscalização indireta que implica não só no cruzamento de todas as novas informações que passamos a receber, mas também na troca eletrônica de informações com outras entidades como Banco Central, Tesouro Nacional, CETIP e Bolsas. A remontagem deste sistema permitirá à CVM voltar a realizar as chamadas “ações de fiscalização eletrônica”, de forma totalmente automática, uma vez que hoje em dia elas são realizadas de forma semi-automática.

Também está prevista a reconstrução do sistema de verificação de *compliance* baseado nos perfis mensais e nos extratos de informação dos fundos de investimento. Tal sistema possibilitará que se monitore a adequação dos fundos ao cumprimento da legislação e a verificação do que é prometido pelo administrador do fundo ao investidor corresponde aos serviços efetivamente prestados.

Finalmente, deve ser ressaltado que em 2004 a CVM passou a receber a lista dos principais cotistas nos informes diários dos fundos.

Meta 6 – Consolidação da Regulamentação da Atividade de Analista de Valores Mobiliários. Em 2003, a Instrução CVM nº 388 regulamentou a atividade bem como as condições para o credenciamento de analistas de valores mobiliários junto à CVM. Durante o ano de 2004, iniciou-se o credenciamento dos analistas na CVM. Foi editada ainda a Instrução CVM nº 412, de 07/12/2004, que alterou a Instrução CVM nº 388 no que diz respeito ao prazo para obtenção do registro pelo analista junto à CVM e a extensão do prazo para que a entidade credenciadora dispense o analista do atendimento a certos requisitos da Instrução 388.

Meta 7 – Regulamentação dos Fundos Transfronteiriços. A SIN continuou participando do grupo de trabalho relativo aos fundos de investimento transfronteiriços no âmbito do MERCOSUL. Em conjunto com a Comisión Nacional de Valores da Argentina foi elaborada uma minuta de Convênio para regulamentar esta nova modalidade de fundo. A minuta foi trabalhada em cima das Diretivas Européias para a indústria de fundos de investimento.

Em outubro de 2004 o assunto foi discutido pelos organismos reguladores de mercado de capitais dos países integrantes do Mercosul na Reunião do SGT-4, realizada no Rio de Janeiro. Considerando que a legislação atual do Paraguai e do Uruguai não permite a identificação dos cotistas dos fundos por parte dos respectivos órgãos reguladores, foi decidido que em um primeiro momento o assunto passará a ser tratado apenas entre Brasil e Argentina. O objetivo é, a partir da minuta já existente, elaborar um normativo referente a fundos constituídos e que tenham suas cotas comercializadas em ambos os países. A ANBID já enviou sugestões sobre a minuta, que está sendo apreciada pela Câmara Argentina de Fundos de Investimento. Caso seja confirmado o interesse do setor privado dos países envolvidos, o assunto será rediscutido internamente e a CVM fará os contatos como os demais órgãos de governo envolvidos com a regulamentação da atividade.

Meta 8 – Consolidação da Regulamentação para Investidores não Residentes. O Conselho Monetário Nacional editou a Resolução CMN nº 3.245, de 25/11/2004, que alterou a Resolução CMN nº 2.689/2000. A nova Resolução possibilita que investidores não residentes realizem transações fora de mercados organizados, desde que previamente autorizados pela CVM, nos casos de transação judicial e de negociação de ações vinculadas a acordos de acionistas.

Meta 9 – Participação em Fóruns Internacionais. A Superintendência de Relações com Investidores Institucionais continua participando ativamente do grupo de trabalho que discute o tema “Administração de Recursos de Terceiros” no âmbito da “International Organization of Securities Commission” – IOSCO, organização que congrega as comissões de valores mobiliários dos países que possuem agências reguladoras de seus mercados de capitais.

A SIN exerce ainda, desde novembro de 2000, a presidência do “Working Group on Investment Management” (WG-5) da IOSCO, que trata de administração de recursos de terceiros. Durante o ano de 2004, a CVM propôs um novo tema para pesquisa, o qual foi submetido à apreciação e depois aprovado pelos demais participantes do WG-5. O objetivo do trabalho é, através da aplicação de um questionário, obter informações para melhor avaliar o estágio e a importância da indústria de fundos de investimento nas economias dos setenta e cinco países emergentes que participam do grupo.

A área também participa de um outro grupo denominado “Enlarged Contact Group” – ECG, no qual apenas os principais países que têm expressivos mercados de investimento coletivo voluntário discutem seus problemas e trocam experiências.

Por oportuno, não poderíamos deixar de mencionar nossa participação no Mercosul, conforme já descrito na Meta 7.

Resultados Quantitativos

Itens	2002	2003	2004	Meta para 2004
1 - Registro de FMP – FGTS- Carteira Livre	0	1	0	0
2 - Cancelamento de FMP – FGTS- Carteira Livre	1	1	1	1
3 - Registro de FMP – FGTS	61	0	0	30
4 - Cancelamento de FMP-FGTS	1	16	4	8
5 - Registro de FITVM	79	29	57	54
6 - Cancelamento de FITVM	86	107	63	96
7 - Registro de FIC-FITVM	6	0	17	3
8 - Cancelamento de FIC-FITVM	31	0	18	16
9 - Registro de FIF	-	-	3039	ND
10 - Cancelamento de FIF	-	-	518	ND
11 - Registro de FAC-FI	-	-	2952	ND
12 - Cancelamento de FAC-FI	-	-	456	ND
13 - Registro de FIEIX	-	-	70	ND
14 - Cancelamento de FIEIX	-	-	11	ND
15 - Registro de Fundos de Investimento (Instrução CVM nº 409)	-	-	175	ND
16 - Cancelamento de Fundos de Investimento (Instrução CVM nº 409)	-	-	13	ND
17 - Registro de FMIEE	6	0	0	3
18 - Cancelamento de FMIEE	0	0	1	0
19 - Registro de FDIC	2	16	28	9
20 - Cancelamento de FDIC	0	0	0	0
21 - Registro de FIC-FDIC	1	0	3	1
22 - Cancelamento de FIC-FDIC	0	0	0	0
23 - Registro de FDIC – PIPS	-	-	1	ND
24 - Registro de FIP	-	-	7	ND
25 - Cancelamento FIP	-	-	0	ND
26 - Registro de FUNCINE	0	0	0	0
27 - Registro de FICART	0	0	0	0
28 - Cancelamento de FICART	0	0	0	0
29 - Registro de FMAI	0	0	0	0
30 - Cancelamento de FMAI	0	0	0	0
31 - Registro de Administradores de Carteira	105	156	171	130
32 - Cancelamento de Registro de Administradores de Carteira	154	90	59	122
33 - Registro de Consultores de Valores Mobiliários	19	18	14	18
34 - Cancelamento de Registro de Consultores de Valores Mobiliários	20	10	5	15
35 - Registro de Analistas de Valores Mobiliários	-	-	459	ND
36 - Cancelamento de Analistas de Valores Mobiliários	-	-	26	ND
37 - Registro de Carteiras de Investidores não Residentes	57	67	81	62
38 - Cancelamento de Registro de Carteiras de Investidores não Residentes	57	84	51	70
39 - Registro de Participantes em Carteiras de Investidores não Residentes	795	662	1118	728
40 - Cancelamento de Participantes em Carteiras de Investidores não Residentes	474	700	811	587
41 - Registro de Fundos de Investimento para Investidores Estrangeiros	0	0	0	0
42 - Cancelamento de Registro de Fundos de Investimento para Investidores Estrangeiros	11	8	2	9

Observações

- O critério utilizado para estabelecer as metas para o ano de 2004 consistiu na média do realizado nos últimos dois anos e desta forma, pelo motivo acima, tais metas nem sempre se mostraram um bom parâmetro.
- **Itens 9 a 14:** Nos dados apresentados estão incluídos também os fundos que já estavam constituídos e foram registrados na CVM a partir de informações da base de dados do Banco Central. O número de novos FIF/FAC/FIEIX registrados diretamente na CVM, a partir de 05/04/2004, é, respectivamente, 415, 464 e 17.
- **Itens 27 e 28:** Tais fundos na prática deixaram de existir com o cancelamento dos quatro últimos fundos que estavam autorizados a funcionar.

- **Itens 31 a 34:** Devido ao movimento de concentração e fusão no setor financeiro do país, observa-se uma tendência de profissionais que trabalham nas empresas extintas tomarem a iniciativa de obter o credenciamento para o exercício da atividade de administração e consultoria de valores mobiliários, justificando assim o aumento verificado.
- Finalmente, deve-se ressaltar o aumento do número de jurisdicionados sob a supervisão da área: de 6.812 em 2003 (não considerando os FIF/FAC/FIEX que ainda eram registrados no Banco central) para 13.322 em 2004.

2.9. SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS – SMI

2.9.1. *COMPETÊNCIA*

Acompanhar, coordenar e supervisionar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa, de balcão e de futuros, das entidades integrantes do sistema de distribuição e dos demais participantes do mercado de valores mobiliários, assegurando a observância de práticas comerciais equitativas;

2.9.2. *ESTRUTURA ORGANIZACIONAL*

- **Gerencia de Estrutura de Mercado e Sistemas Eletrônicos – GME:** Credenciamento de bolsas de valores; entidades de balcão organizado; câmaras de compensação e liquidação; sociedades corretoras de valores e de mercadorias; sociedades distribuidoras de valores; agentes autônomos de investimentos; prestadores de serviços de custódia de valores mobiliários; prestadores de serviços de emissão de valores mobiliários escriturais. Autorização para dirigentes de corretoras, distribuidoras, bolsas de valores e entidades de balcão organizado. Análise das demonstrações financeiras de bolsas de valores e de entidades de balcão organizado. Atualização do cadastro dos integrantes do sistema de intermediação e de outras identidades do mercado de valores mobiliários. Normatização.
- **Gerência de Acompanhamento de Mercado 1 – GMA-1:** Acompanhamento dos negócios: (i) com ações que não fazem parte do IBX; (ii) com ações negociadas no SOMA; (iii) com debêntures negociadas nas bolsas e registradas no CETIP; e (iv) realizados no mercado de balcão não organizado. Análise dos negócios que apresentam distorções em relação a preço e quantidade. Análise dos editais de leilão de oferta pública. Análise dos negócios submetidos a leilão nos termos da Instrução CVM nº 168/91. Instrução de Inquérito. Rito Sumário. Termo de Acusação. Normatização.
- **Gerência de Acompanhamento de Mercado 2 – GMA 2:** Acompanhamento dos negócios: (i) com ações que fazem parte do IBX; (ii) com opções sobre ações e índices; (iii) mercado a termo; (iv) com contratos negociados na BM&F; e (v) com ADR's. Análise dos negócios que apresentam distorções em relação a preço e quantidade. Análise dos negócios submetidos a leilão pela BOVESPA. Análise e aprovação dos contratos de derivativos negociados na BM&F e CETIP. Instrução de Inquérito. Rito Sumário. Termo de Acusação. Normatização.
- **Gerência de Análise de Negócios – GMN:** Análises de denúncias da atuação dos intermediários e de operações irregulares. Edição de Ato para suspender atuação irregular de intermediários. Parecer sobre reclamação ao Fundo de Garantia. Instrução de Inquérito: Rito Sumário e Termo de Acusação. Normatização.

2.9.3. RESULTADOS QUANTITATIVOS

A tabela a seguir demonstra as estatísticas referentes aos trabalhos da Superintendência no ano de 2003.

ATIVIDADES	TOTAIS
ANÁLISE	126
PARECER SOBRE FUNDO DE GARANTIA	29
RITO SUMÁRIO	06
TERMO DE ACUSAÇÃO	15
<i>LEILÕES:</i>	
OPERAÇÕES ESPECIAIS	38
INSTRUÇÃO CVM nº 168	37
<i>AGENTES AUTÔNOMOS:</i>	
REGISTRO	663
INDEFERIMENTO	6
CANCELAMENTO	53
<i>INTERMEDIÁRIOS E BOLSAS:</i>	
REGISTRO	20
CANCELAMENTO	14
ATUALIZAÇÃO	39
ELEIÇÃO DE DIRIGENTES	50
<i>PRESTADORES DE SERVIÇOS:</i>	
REGISTRO	10
CANCELAMENTO	6
ATUALIZAÇÃO	0
CONTRATOS DE DERIVATIVOS	13

2.9.4. PLANEJAMENTO PARA 2005

Para o próximo ano está prevista a conclusão das instruções que tratam das novas atribuições da CVM, especificamente em relação ao mercado futuro, decorrente das mudanças introduzidas na Lei nº 6.385/76. Serão objetos de normas, entre outras, o registro e funcionamento das bolsas de mercadorias e futuros, além da liquidação e custódia de títulos. Estarão sendo aperfeiçoadas as normas que tratam do registro dos contratos de derivativos e a de operações especiais.

Encontra-se em fase de assinatura do contrato com uma empresa de consultoria internacional para o desenvolvimento de um novo sistema de acompanhamento de mercado, cujo início do trabalho está previsto para o primeiro trimestre do próximo ano. Além desse sistema que será custeado com recursos do Banco Mundial, durante o próximo ano, também, será negociado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento o financiamento parcial do desenvolvimento de um sistema voltado para acompanhamento do mercado futuro.

2.10. SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA – SNC

2.10.1. COMPETÊNCIA

A Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria tem sob sua responsabilidade as seguintes atribuições:

- elaborar normas de contabilidade a serem observadas pelas companhias abertas, pelos fundos de investimento e demais entidades reguladas pela CVM;
- regular, registrar, manter cadastro e acompanhar a atuação dos auditores independentes, pessoas físicas e jurídicas, no âmbito do mercado de valores mobiliários;
- atender consultas internas e externas sobre assuntos contábeis e de auditoria;
- interagir com organismos profissionais, entidades governamentais e de ensino na realização e desenvolvimento de trabalhos técnicos contábeis e de auditoria;
- apresentar Termos de Acusação e propor a instauração e conduzir Inquérito Administrativo, visando a apurar a prática de atos ilegais e o descumprimento de normas pelos auditores independentes;
- examinar as republicações de demonstrativos financeiros das companhias abertas que forem determinadas pela Superintendência de Empresas – SEP; e
- assessorar tecnicamente o Colegiado e os demais componentes organizacionais nas matérias que lhe competem.

2.10.2. ESTRUTURA INTERNA

A Superintendência está dividida em duas Gerências (Normas Contábeis – GNC e Normas de Auditoria – GNA), sendo o seu quadro permanente de pessoal composto por um superintendente, dois gerentes, oito técnicos e dois agentes executivos. Com a homologação do resultado final do concurso público realizado em 2003, está previsto o ingresso de mais cinco analistas em 2005.

2.10.3. ACOMPANHAMENTO E NORMATIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE AUDITORIA

Auditores Registrados	2003	2004
Pessoas Físicas:	113	
Pessoas Jurídicas:	309	422
Responsáveis Técnicos:	713	1.135

Acompanhamento da Atuação dos Auditores Independentes (desde 1978)

<u>Total de casos registrados</u>	<u>Em 2004</u>	<u>Em 2003</u>	<u>Desde 1978</u>
Análises pendentes	10	25	----
Análises concluídas	35	37	784
Auditores advertidos por ofício	10	4	301
Não considerados	21	28	327
Inquéritos e Termos de Acusação	4	5	156
Inquéritos Pendentes de Julgamento	23	25	----

Edição e Acompanhamento das Instruções CVM Nº 381 e 386 (divulgação de informações sobre a prestação de serviço de não auditoria)

De acordo com a Instrução, as companhias deverão divulgar no Relatório dos Administradores as seguintes informações sobre esses outros serviços:

1. a data da contratação, o prazo de duração, se superior a um ano, e a indicação da natureza de cada serviço prestado;
2. valor total dos honorários contratados e o seu percentual em relação aos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa; e
3. a política ou procedimentos adotados pela companhia para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

A SNC/GNA procedeu ao levantamento efetuado nos meses de janeiro a abril/2004, sobre a observância das disposições contidas na Instrução CVM Nº 381/03, de modo a fornecer subsídios à SEP para a adoção das medidas cabíveis. Foram analisados os Relatórios dos Conselhos de Administração de **313** sociedades anônimas registradas na CVM, tendo sido apurado que:

- 209 (duzentas e nove) companhias divulgaram as informações adequadamente;
- 12 (doze) companhias divulgaram as informações de forma incompleta e
- 92 (noventa e duas) companhias não divulgaram qualquer informação.

Revisão do Controle Externo de Qualidade – Revisão pelos Pares

Em 2004, foi dada continuidade ao Programa de Revisão instituído pela Instrução CVM Nº 308/99. O artigo 33 desta Instrução determina que os auditores independentes devem ter seus controles internos de qualidade revisados por seus congêneres, de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e do Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes – IBRACON.

Dessa forma, a Resolução CFC Nº 964/03, determina que no mínimo a cada 4 (quatro) anos os auditores independentes registrados na CVM se submetam ao processo de revisão pelos pares. Além disso, o Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade – CRE vem determinando que os auditores independentes cujos relatórios elaborados pelo auditor revisor

contenham ressalvas, opinião adversa ou abstenção de opinião, elaborem um plano de ação para solução das falhas apontadas e se submetam a um novo processo de revisão.

A SNC/GNA vem acompanhando a aplicação desse Programa de Revisão Externa de Qualidade junto ao CRE, servindo ainda de instância de recurso aos pleitos dos auditores. Com base neste acompanhamento, a SNC/GNA apresenta o relatório de atividades exercidas em 2004 sobre o programa de revisão externa de qualidade, como segue:

REVISÃO EXTERNA DE 2004 - EXERCÍCIO DE 2003 - SALDO

DESCRIÇÃO	AIPF	AIPJ	TOTAL
Auditores Revisados	28	71	99
Relatórios analisados	17	62	79
Transferidos para 2005	0	2	2
Deixaram de se submeter	7	4	11
Cancelaram Registro na CVM	4	3	7
PENDENTES DE DECISÃO	3	12	15

REVISÕES EXTERNAS EFETUADAS EM 2004 – continuação de 2003 (BASE 2002)

DESCRIÇÃO	AIPF	AIPJ	TOTAL
Auditores Escalados	13	13	26
Auditores Cancelados (*)	5	3	8
Sub Total	18	16	34
Não Concluíram	15	8	23
Recursos Recebidos	0	1	1

(*) – Auditores que estavam programados para submeterem-se ao processo em 2003 e que pediram cancelamento do registro.

E-Mails com o CRE/CFC e com Auditores

Foram recepcionados 113 (cento e treze) e-mails e enviados 59 (cinquenta e nove) e-mails, no ano de 2004, referentes aos processos de revisão dos anos base de 2004 e 2003, que versaram sobre diversos assuntos, tais como: atualização cadastral, informe sobre intimações, relatórios de atividades, movimentação cadastral (registro e cancelamento de auditores), acompanhamento na troca de revisores, revisões recíprocas, encaminhamento de planilhas de controle, mudanças de endereços, pedidos de adiamento de revisões, oitivas, ofícios circulares e respostas a ofícios da CVM via CRE.

Programa de Educação Continuada

A Instrução CVM Nº 308/99 determina que os auditores independentes devem manter uma política de educação continuada do seu quadro funcional, com vistas a garantir a qualidade e o pleno atendimento das normas que regem o exercício da atividade de auditoria de demonstrações contábeis. Por conseguinte, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC emitiu a Resolução Nº

945/02 estabelecendo procedimentos para os auditores independentes implementarem o programa de educação continuada. Dessa forma, os auditores independentes deveriam cumprir o mínimo de 12 horas anuais de treinamento do seu quadro técnico para o ano de 2003, aumentando para 24 (vinte e quatro) horas anuais em 2004 e 32 (trinta e duas) horas anuais a partir de 2005.

A SNC/GNA acompanhou o desenvolvimento do Programa, verificando nas informações anuais dos auditores independentes (Anexo VI da Instrução CVM 308), ano-base 2003 e 2004, com data limite de entrega de 30 de abril de 2004. Em 08/10/2004, foi emitido OFÍCIO/CIRCULAR/SNC/Nº 26/04, determinando que fossem complementadas as informações à CVM, através de carta, dando cumprimento às disposições da norma profissional sobre a política de educação continuada.

Exame de Qualificação Técnica

Em dezembro de 2003, a CVM emitiu a Deliberação Nº 466, estabelecendo que a partir de 1º de janeiro de 2004, os auditores independentes, para fins de registro na Comissão, devem ser aprovados em Exame de Qualificação Técnica, a ser aplicado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC na forma da Resolução Nº 989/03.

Os registros de Auditor Independente - Pessoa Física e de cadastro como Responsável Técnico de Auditor Independente – Pessoa Jurídica concedidos até 31/12/2003 estavam dispensados da apresentação do certificado de aprovação no Exame de Qualificação Técnica.

O 1º Exame de Qualificação Técnica deveria ter sido aplicado no 1º semestre de 2004, porém foi adiado para 26 de novembro de 2004, e contemplou os conhecimentos sobre os seguintes quesitos: Contabilidade Geral; Contabilidade de Custos; Contabilidade Pública; Contabilidade Gerencial; Teoria de Contabilidade; Direito Público e Privado; Matemática Financeira; Legislação e Ética Profissional; Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade; Auditoria Contábil; Legislação e Normas de Organismos Controladores do Mercado; Informática Aplicada; Português; e Conhecimentos Sociais, Econômicos e Políticos do País.

No primeiro Exame, que foi aplicado em todo território nacional, inscreveram-se 234 (duzentos e trinta e quatro) candidatos, dos quais 186 (cento e oitenta e seis) foram aprovados, 10 (dez) reprovados e 38 (trinta e oito) não compareceram.

Rotatividade dos Auditores Independentes

A SNC/GNA em 2004, dando continuidade ao estabelecido no artigo 31 da Instrução CVM Nº 308/99, está acompanhando o mercado no que se refere ao cumprimento dos prazos regulamentares para efeito do rodízio, além de responder a consultas formuladas por representantes de segmentos do mercado sobre assuntos relacionados à rotatividade obrigatória dos auditores independentes.

Em 21/01/2004, o Colegiado desta CVM decidiu a respeito da consulta formulada pela Deloitte Touche Tohmatsu no âmbito do processo CVM Nº RJ-2003-7043, referente à troca dos auditores independentes das companhias abertas ex-clientes da extinta Arthur Andersen. A decisão consistiu no reconhecimento do rodízio dos auditores das citadas companhias abertas ao contratarem a Deloitte em substituição à Arthur Andersen, não obstante a primeira ter absorvido maior parte dos profissionais da última, o que, no entendimento da área técnica, não atendia plenamente o objetivo da regra da rotatividade dos auditores independentes.

No curso do processo de acompanhamento do atendimento da regra do rodízio, a SNC emitiu o Ofício-Circular/CVM/SNC/Nº 001/04, datado de 30/06/2004, solicitando que os auditores

independentes encaminhassem informações sobre a carteira de clientes integrantes do mercado de valores mobiliários, relativamente às aquisições e perdas de clientes em função do atendimento à regra do rodízio e o respectivo impacto em seu faturamento, conforme modelo de formulário anexo ao citado ofício-circular. Após a recepção das informações, a área técnica iniciará procedimento de análise das mesmas, confrontando-as com as informações divulgadas pelas companhias abertas.

Além disso, no decorrer do ano de 2004, a Gerência de Normas de Auditoria detectou dois casos que apresentaram indícios de descumprimento da referida obrigatoriedade, como segue:

- O primeiro caso referiu-se à troca dos auditores da companhia aberta Excelsior Alimentos S/A, face à contratação da Imer Puerari & Cia. Auditores em substituição à Rockembach & Cia. Auditores. Após serem notificados sobre o entendimento da área técnica, os novos auditores da Excelsior Alimentos S/A entraram com recurso contra decisão da SNC (Processo CVM N° RJ-2004-4877). Em 21/09/2004, o Colegiado desta CVM se manifestou no sentido de acolher o recurso do impetrante.
- O segundo caso referiu-se à troca dos auditores da companhia aberta Blue Tree Hotels & Resorts do Brasil S/A, face à contratação da Quorum Auditores Independentes em substituição à Imáteo Auditoria e Consultoria S/C. A área técnica constatou que as citadas empresas de auditoria tem como sócio comum o contador Ismael Martinez e que este assinou pareceres e/ou relatórios de revisão especial de ITR's para a Blue Tree Hotels & Resorts do Brasil S/A, tanto em nome da Imáteo (empresa de auditoria substituída) como em nome da Quorum (empresa de auditoria substituta). Dessa forma, foi aberto o processo CVM N° RJ-2004-7260, solicitando que a SFI proceda à inspeção nos trabalhos efetuados pelos auditores antigos e atuais, como forma de subsídio da análise do caso.

Consultas Atendidas

Ao longo do exercício de 2004 a SNC/GNA, atendeu a 248 (duzentas e quarenta e oito) consultas externas formuladas pelo mercado, esclarecendo dúvidas e orientando quanto à procedimentos a serem adotados nos mais diversos assuntos, sendo 172 (cento e setenta e duas) formais e 74 (setenta e quatro) informais, por via telefônica.

2.10.4. NORMATIZAÇÃO E ASSESSORAMENTO CONTÁBIL

A SNC/GNC atendeu a 541 (quinhentas e quarenta e uma) consultas, sendo 266 (duzentas e sessenta e seis) consultas internas (49% do total) e 275 (duzentas e setenta e cinco) consultas externas (51% do total) durante o ano de 2004, além de assessoramento técnico permanente ao Colegiado. A maioria das consultas é oriunda da Superintendência de Relações com Empresas - SEP, tendo como motivação dúvidas de companhias abertas quanto à aplicação de determinado procedimento contábil ou, ainda, determinações de republicações de demonstrações financeiras, ou de reapresentações de informações trimestrais - ITR, que devem, por força da Deliberação CVM n° 388, de 2 de maio de 2001, ser precedidas de concordância da SNC, nos aspectos relacionados a práticas e procedimentos contábeis.

Os assuntos a que se referiram as consultas em 2004 foram bastante diversos, incluindo temas como manutenção de ativo fiscal diferido, contingências ativas e passivas, reconhecimento de ativo intangível, transações com partes relacionadas, registro de passivos atuariais, divulgação de instrumentos financeiros e reavaliação de ativos.

2.10.5. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

No ano de 2004, representantes da SNC participaram de 46 (quarenta e seis) eventos externos, relacionados a assuntos técnicos e de normatização, notadamente em reuniões da Comissão Consultiva e do Grupo de Trabalho sobre Normas Contábeis, reuniões da IOSCO, palestras e seminários sobre assuntos diversos, tais como: regras sobre auditores, procedimentos contábeis e práticas de governança corporativa, etc. O referidos eventos estão demonstrados no quadro abaixo:

Comissão Consultiva s/ Normas Contábeis	09
Comissão Consultiva – Fundos Fiscais de Investimentos	02
IOSCO	03
Outras	10
Palestras e Participação em Seminários	22
TOTAL	46

Participação em Eventos Internacionais

- a) IOSCO - participação como observador do Comitê de Mercados Emergentes, no Grupo de Trabalho Permanente nº 1 - Contabilidade e Divulgação de Informações - que visa à harmonização de normas contábeis e cooperação entre seus membros (Beijing – abril/2004, Amsterdã – setembro/2004 e Sidney – dezembro/2004);
- b) IIMV - Instituto Iberoamericano de Mercado de Valores - participação na III Reunión del Grupo de Expertos Contables, objetivando também a harmonização de normas contábeis e cooperação entre os reguladores, no âmbito do mercado iberoamericano (Cartagena de Índias – novembro/2004).
- c) ONU - participação na 21ª reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade (ISAR) em que foram discutidos temas sobre governança corporativa, indicadores de responsabilidade social da empresas e harmonização com as práticas contábeis internacionais (Genebra – outubro/2004).

Participação em Eventos Nacionais Externos (proferindo palestras)

- a) Amcham/SP; b) Seminário comemorativo dos 20 anos do Mestrado da UERJ; c) III Semana de Ciências Contábeis do Centro Universitário Fundação Santo André; d) Workshop ABRASCA sobre atendimento à Lei Sarbanes-Oxley; e) V Conferência quadrienal da “UNCTAD XI” – Transparência Corporativa e Investimento - Bovespa; f) Seminário “A Harmonização das Normas Contábeis no Brasil e no Mundo – APIMEC/SP; g) Semana de Contabilidade da UniverCidade; h) 1º Workshop Brasileiro sobre XBRL – USP; i) “Mesa Redonda sobre a Resolução 1002/04 – Exame de Qualificação Técnica dos Auditores Independentes” – IBRACON/SP; j) Workshop “Rating Socioambiental nas Decisões de Project Finance e Gestão de Investimentos – Instituto UNIEMP e UNICORP/SP; l) Seminário Harmonização das Normas Contábeis – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores – IBRI/SP; m) Seminário Harmonização das Normas Contábeis – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF/RJ; n) XX Encontro Nacional dos Contadores das Empresas do Setor de Energia Elétrica – ENCONSEL; o) 10ª Semana de Contabilidade do BACEN; p) 5º Congresso Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC/SP.

Reuniões com os membros do CRE – Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade

Acompanhamento dos trabalhos relativos à revisão pelos pares, realizadas nos meses de março, julho e setembro.

Participação em Reuniões de Intercâmbio Técnico

a) Secretaria da Receita Federal - SRF; b) Associação Brasileira das Companhias Abertas – Comissão de Auditoria de Normas Contábeis e Comissão Jurídica, e c) Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

2.10.6. PROJETOS NORMATIVOS EM ANDAMENTO

PRAZO ESTIMADO	ASSUNTO	FASE
Jan/05	Ofício-Circular SNC/SEP sobre encerramento do exercício de 2004.	Em análise na SNC.
1º Trimestre/05	Minuta de instrução que dispõe sobre as normas de escrituração e elaboração de relatórios contábeis das empresas securitizadoras.	Em análise na GNC.
1º Trimestre/05	Minuta de instrução sobre normas de escrituração e elaboração de relatórios contábeis dos Fundos de Investimentos FINOR-FINAN-FUNRES.	Em análise na GNC.
1º Trimestre/05	Minuta de Instrução sobre Apresentação das Demonstrações Financeiras.	Em análise na SNC.
1º Trimestre/05	Minuta de Instrução sobre Provisões, Passivo e Ativo Contingentes.	Em análise SNC.
1º Trimestre/05	Consolidação das Informações a serem divulgadas em Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.	Em análise na SNC.
2º Trimestre/05	Implementação do COSIF – CVM.	Em análise na GNC.
3º Trimestre/05	Minuta de Instrução sobre Investimentos Societários no Exterior.	Em análise na SNC.
3º Trimestre/05	Minuta de Instrução sobre Opções em Ações a Empregados (Responsável SDM).	Sugestões apresentadas à SDM. Pendente na SNC.

2.10.7. PROJETOS PARA O TRIÊNIO 2005/2007

Harmonização com as Práticas Contábeis Internacionais

a) Emissão das seguintes Normas, em conjunto com o IBRACON

- Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- Provisões, Passivos e Ativos Contingentes;
- Eventos Subseqüentes;
- Valor de Recuperação dos Ativos (Impairment);

- Subvenções Governamentais;
- Informações Financeiras por Segmento;
- Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Correção de Erros;
- Contabilização e Divulgação de Instrumentos Financeiros;
- Contabilização das Operações “Hedge” (Hedging Accounting);
- Contabilização das Remunerações em Ações;
- Investimentos Societários no Exterior;
- Divulgação de Operações Descontinuadas.

b) Projeto de Lei nº 3.741/2000

Acompanhamento do projeto que reformula a parte contábil da lei societária e emissão de normas regulamentando suas disposições, quando da sua transformação em lei.

Desenvolvimento de Planos de Contas e Relatórios Contábeis

- Fundos de Investimentos em Empresas Incentivadas (Finor-Finam-Funres);
- Fundos de Investimentos e Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos (Instrução CVM nº 409).

Normas sobre Critérios de Avaliação e Relatórios Contábeis

- Empresas Securitizadoras;
- Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios;
- Fundos de Investimentos em Participação;
- Fundos de Investimentos Imobiliários.

Consolidação das Normas Contábeis da CVM

- Consolidação das Notas Explicativas Obrigatórias das Companhias Abertas;
- Consolidação dos Pareceres de Orientação s/ Assuntos Contábeis;
- Criação do Manual de Normas Contábeis (MNC) das Companhias Abertas, consolidando em um só documento todas as normas que tratam de demonstrações contábeis e de divulgação de informações contábeis.

Acompanhamento e Regulação dos Auditores Independentes

- Consolidação e Acompanhamento do Programa de Educação Continuada dos Auditores Independentes;
- Acompanhamento do Programa de Revisão Externa do Controle de Qualidade dos Auditores Independentes;
- Regulamentação e implementação do Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) no CFC - Conselho Federal de Contabilidade, e convênio firmado com aquele órgão para aceitação do CNAI para fins de registro dos auditores na CVM.
- Revisão e Atualização das Instruções sobre Auditores Independentes (Instruções CVM nº 308 e 381).

- Implementação de um sistema de acompanhamento preventivo (além do acompanhamento por demanda) da atuação dos auditores independentes no âmbito do mercado de valores mobiliários, em função do próximo aumento do quantitativo de analistas da GNA, a partir de janeiro de 2005.
- Realização de Pesquisa sobre os efeitos do Rodízio dos Auditores no Brasil.

Outros Projetos

- Realização de Pesquisa, no âmbito do Banco Mundial, sobre comparação das práticas contábeis internacionais com as práticas brasileiras.
- Realização de Pesquisa, no âmbito do Banco Mundial, sobre normas contábeis e relatórios gerenciais dos Fundos de Investimentos adotados nos países com mercado de valores mobiliários desenvolvido.
- Implantação de Banco de Dados informatizado sobre normas, orientações emitidas e consultas atendidas pela SNC, sobre matéria contábil.

2.10.8. INDICADORES DE GESTÃO

Objetivos, Metas Quantitativas e Resultados Alcançados no Período

Item	Descrição	Unidade de Medida	2003	2004		B/A (%)*	2005
			Realizado	Metas (A)	Realizado (B)		Metas
1	Nº de Registros Concedidos de AI e de Responsáveis Técnicos	Registros	106	95	147	155	120
2	Nº de Acompanhamentos AI	Casos	34	64	45	70	50
3	Nº de Desvios Performance	Desvios	18	50	35	70	40
4	Análise de Pedidos Registro AI e de Responsável Técnico	Pedidos	149	120	189	158	140
5	Consultas Internas	Consultas	193	150	242	161	150
6	Consultas Externas	Consultas	492	500	479	96	500
7	Atualização de dados cadastrais – AI corretiva	Solicitações Internas /Externas	5	5	82	1640	80
8	Reuniões Técnicas Externas	Quantidade de Reuniões	-	-	24	-	25
9	Palestras Proferidas sobre Regulação	Quantidade de Palestras	-	-	22	-	10

(*) Índices superiores a 100 representam superação da meta proposta.

Indicadores de Gestão

Item	Indicador	Unid. Medida	2003 Realizado	2004 Metas (A)	2004 Realizado (B)	B/A (%) (*)	2005 Metas
1	Registros Concedidos/Total registrado	%	9,4	10	6,5	65	10
2	Acompanhamentos/Total Auditores Registrados	%	8,3	15	10	67	15
3	Desvios Performance/Casos Acompanhados	%	53	78	70	90	78
4	Tempo médio de análise de pedido de registro como AI	dias	6	8	06	100	8
5	Tempo médio de atendimento à consultas	dias	6	8	2	0,25	8
6	Atualizações cadastrais corretivas / AI Registrados	%	1	1	1	100	1
7	Consultas Atendidas / Técnicos SNC	média	68,5	65	80	123	65

(*) Índices superiores a 100 representam superação da meta proposta.

⁽¹⁾ Retificado para considerar as consultas atendidas por gerentes e superintendente.

Observações

Item 1 – Representa a evolução percentual de ano para ano do Cadastro de Auditores Independentes. A meta da Superintendência/CVM é ter o maior número possível de auditores registrados, evitando a concentração da atividade de auditoria em poucos auditores registrados.

Item 2 – Representa o número de acompanhamentos realizados (preventivos ou por demanda) relativamente aos auditores independentes registrados na CVM.

Item 3 – Representa os casos de acompanhamento (item 2) que ensejaram medidas administrativas em relação aos auditores, englobando advertência pela SNC ou proposta de abertura de inquérito administrativo. Desse trabalho de acompanhamento são originadas as demandas de normatização que ensejam na elaboração e publicação de normas de auditoria independente. Este indicador está diretamente relacionado com o número de analistas disponíveis para o acompanhamento.

Item 4 – Representa o tempo médio gasto pela Gerência de Normas de Auditoria para análise do pedido de registro de Auditor Independente e a emissão de Ofício com o resultado da análise (deferimento, indeferimento ou em exigências). Embora o prazo previsto para o exame dos documentos seja de 30 (trinta) dias, via de regra, o tempo gasto é de 8 (oito) dias, e por esta razão este número foi mantido como meta.

Item 5 – Representa o tempo médio gasto pela Superintendência para a análise e emissão de respostas a consultas efetuadas.

Item 6 – Representa o número de atualizações corretivas de dados cadastrais, em relação ao número total de auditores registrados. A meta está sendo reduzida, considerando haver sido disponibilizada a possibilidade da atualização de dados cadastrais pelos próprios auditores, pela Internet, na expectativa de que isto poderá reduzir o número de devolução de correspondências expedidas.

Item 7 – Representa a média anual de atendimento a consultas por analista em cada Gerência.

2.11. SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO – SRE

2.11.1. COMPETÊNCIA

As principais atividades desempenhadas pela área referem-se à análise dos pedidos e concessão de registro para distribuição pública de valores mobiliários e das ofertas públicas de aquisição de ações – OPA.

Ademais, a SRE tem a seu encargo o acompanhamento das informações prestadas por emissores de valores mobiliários, além das companhias abertas que são supervisionadas pela SEP, envolvendo emissores de títulos ou contratos de investimento coletivo, de certificados de investimento audiovisual e fundos de investimento imobiliário. Para estes últimos, a área é responsável pela autorização de sua constituição e funcionamento.

Também são monitorados os programas de recibos de depósito de empresas brasileiras no exterior e as atividades de agentes fiduciários nas emissões de debêntures, de certificados de recebíveis imobiliários e de contratos de investimento coletivo.

2.11.2. COMENTÁRIOS GERAIS

O ano de 2004 foi marcado por uma feliz coincidência de dois fatores que contribuíram sobremaneira para a performance do processo de captação de recursos no mercado de capitais pelas companhias abertas e outros emissores de valores mobiliários e fundos imobiliários.

O primeiro foi a edição da Instrução CVM nº 400, que entrou em vigor em 02 de fevereiro de 2004, justamente no momento que os agentes econômicos vislumbravam a hipótese do crescimento sustentado da economia do País e, dessa forma, iniciavam estruturas de ofertas públicas distribuição de valores mobiliários.

Em consequência, a partir de março iniciou-se um fluxo de pedidos de registro de ofertas na CVM que, além do volume considerável de recursos envolvidos, apresentou características singulares, a saber:

- a) A volta das ofertas públicas iniciais de ações, com a abertura de capital de novas empresas, depois de longo jejum. Ademais, tais empresas já buscaram se posicionar nos mais altos níveis de conduta das companhias listadas em bolsa – Novo Mercado e Nível II - , comprometendo-se a adotar práticas de governança corporativa e de ampla divulgação de informações, superiores às adotadas pelas demais empresas listadas.
- b) Outro fato ligado ao lançamento das ações foi a perspectiva do início de um ciclo virtuoso de maturação de investimentos de fundos de investimento em participações em empresas, mediante a distribuição secundária de suas ações no mercado bursátil.
- c) O alongamento dos prazos de maturação das debêntures emitidas e a redução de incidência de cláusulas de repactuação nas escrituras.
- d) Tornou-se realidade o registro de prateleira no País, com a aprovação de 8 (oito) programas de distribuição de valor superior a R\$ 10 bilhões.
- e) O lançamento no mercado dos Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPAC, que são valores mobiliários de emissão de Prefeituras, nos termos do Estatuto das Cidades.

f) Os valores mobiliários ofertados por outros emissores que não as companhias abertas responderam por 69% do número das ofertas primárias e 12% de seu volume.

Dessa forma, houve acréscimo considerável no volume registrado de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, embora tenham permanecido as condições de forte competição pelo acesso aos recursos disponíveis, representada pelas colocações de títulos de dívida do Governo Federal.

Não obstante o panorama citado, continuou crescendo o volume de ações retiradas de circulação do mercado, através das ofertas públicas de aquisição de ações – OPA, mas em montante bastante inferior às novas ações trazidas a mercado.

Apesar da grande demanda pelos registros, a atividade consultiva, de supervisão e aplicação da legislação exigiu dos participantes da área técnica um grande esforço para atingir as metas traçadas.

Em consequência, manteve-se significativo o crescimento do serviço prestado ao público externo pela SRE, consubstanciado na contínua evolução do número de processos tramitados pela área, que este ano, em relação ao anterior, evoluiu mais de 30%, seguindo crescimento de 15%, 16,6% e 64% já observado, respectivamente, em 2003, 2002 e 2001.

Como decorrência do comportamento da economia, conforme já assinalado, tal expansão já se refletiu em termos de recolhimento da taxa de fiscalização decorrente dos registros das ofertas de distribuição de valores mobiliários e das OPA, que apresentou evolução considerável, de pouco mais de R\$ 6 milhões, em 2003, para mais de R\$ 9 milhões arrecadados em 2004.

Em termos de aperfeiçoamento dos normativos existentes e sugestão de novos a atividade da SRE pode ser considerada bastante dinâmica, valendo destacar as contribuições para a regulamentação das ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, do registro dos Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPAC, das Debêntures Padronizadas e dos registros de negociação e de distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários, que resultaram na entrada em vigor e na edição das Instruções CVM n^{os} 400, 401, 404 e 414.

Para atingir tal resultado, foi importante ter uma equipe técnica e administrativa aplicada que contribuiu efetivamente para o bom desempenho da área.

2.11.3. OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO

O volume financeiro dos registros das ofertas primárias de valores mobiliários em 2004 quase atingiu os R\$ 18 bilhões, mais que o dobro do volume verificado no ano anterior, de apenas R\$ 8,6 bilhões. Foram concedidos 300 (trezentos) registros, 37% a mais que em 2003.

O quadro a seguir demonstra os registros de emissões primárias concedidos nos 3 últimos anos:

Volumes em R\$ milhões

Item	2001		2002		2003		2004	
	Nº	Volume	Nº	Volume	Nº	Volume	Nº	Volume
Ações	6	1.335	6	1.100	1	80	9	4.470
BDR	0	0	0	0	0	0	0	0
CTEE	1	200	1	250	1	320	0	0
CAV	109	131	96	112	162	200	172	234
CRI	13	223	10	200	17	288	29	403
TIC/CIC	4	262	1	2	0	0	2	602
Debêntures	41	15.162	27	15.400	17	5.282	47	9.614
DR no Exterior	8	0	15	0	1	0	5	0
NP	31	5.266	20	3.876	12	2.128	5	2.241
Quotas de FII	22	512	43	1.059	8	281	31	280
Warrants	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	235	23.109	219	21.998	219	9.552	300	17.844

Já no que concerne às ofertas públicas secundárias, foram registradas 12 (doze) operações relativas a ações e uma envolvendo quotas de fundo imobiliário. O montante das colocações atingiu quase R\$ 5 bilhões, o dobro do verificado em 2003.

Os lançamentos de ações tiveram como objetivo a abertura de capital em seis casos e ainda de ampliar a liquidez em bolsa das ações de companhias abertas já existentes nos demais casos.

Novas Regras Aplicáveis

O ano de 2004 foi marcado pela entrada em vigor da Instrução CVM nº 400, que passou a regular as ofertas públicas de distribuição de ações, debêntures e demais valores mobiliários, disciplinando também as ofertas públicas secundárias, isto é, a colocação em circulação no mercado, mediante oferta pública de valores mobiliários já existentes.

A nova regulamentação da CVM, sempre se pautando pelo interesse público e zelando pela proteção dos investidores, veio aperfeiçoar os mecanismos de captação de recursos da poupança pública para aplicação em investimentos produtivos, bem como adaptar o arcabouço regulatório que rege essas ofertas às condições atualmente vigentes no mercado de capitais, caracterizado pela volatilidade das oportunidades de investimento e por não mais limitar-se às fronteiras nacionais.

A nova regra procurou estabelecer uma divisão nítida entre as operações que podem ser caracterizadas como ofertas públicas, sujeitas a registro da CVM, e aquelas de natureza privada. Com isso, ao mesmo tempo em que permitiu clareza e certeza jurídicas, ofereceu serviço de concessão de dispensa do registro ou de procedimentos do registro, em situações em que a atuação do Estado, garantindo a disponibilidade ampla de informações, não se faça necessária.

Nessa linha, há um novo procedimento admitido, muito similar ao da regra norte-americana 144-A, em que as colocações de valores mobiliários entre investidores qualificados são dispensadas do registro ou dos procedimentos de registro, desde que tais títulos não entrem em circulação no mercado pelo prazo de 18 (dezoito) meses. Tal modalidade foi utilizada em três oportunidades em 2004.

Foram também dispensadas do registro as ofertas de ações em processos de desestatização, que envolvam lote único indivisível e de valores de emissão de empresas de pequeno porte e microempresas.

A CVM constatou nos anos recentes que as operações de emissão de valores mobiliários demoravam cerca de três a quatro meses para ser implementadas, contado tal prazo a partir da data em que a decisão de emitir é adotada até o ingresso de recursos na companhia. Tais prazos, dada a volatilidade da economia e do mercado de capitais no país, tornaram a emissão de valores mobiliários muitas vezes inviável para companhias que necessitam de recursos de terceiros.

A esse respeito, a nova instrução criou uma série de mecanismos para reduzir esses prazos e, dessa forma, incentivar a maior utilização pelas companhias da via da oferta pública de valores mobiliários para a captação de recursos. Em decorrência da novidade da regra e da falta de recursos humanos na CVM não foi possível verificar-se em 2004 a redução de prazos intentada pelas novas normas.

Para atender legítimo interesse do ofertante, quando, por exemplo, defronta-se com uma passageira instabilidade do mercado que possa inviabilizar, momentaneamente, a colocação dos títulos, a CVM pode interromper por até 60 (sessenta) dias úteis a análise do pedido de registro da operação. Tais interrupções ocorreram em três ofertas durante o ano.

Ademais, foi abolida a situação anteriormente existente em que a CVM enviava, em prazos distintos, diferentes exigências para o emissor e para o ofertante, mediante a emissão de um único expediente de exigências de aperfeiçoamento das informações prestadas, concentrando as exigências das áreas da CVM envolvidas na análise, o que exigiu uma grande interação entre as Superintendências de Registro e de Relações com Empresas.

Outra novidade constante do normativo, utilizada pela quase totalidade dos ofertantes, foi a possibilidade de apresentação da documentação necessária ao registro em forma de minuta, permitindo uma economia de tempo significativo e habilitando os interessados a anteciparem-se na submissão dos documentos à análise da CVM. Tal medida também tem contribuído para reduzir o número de atos societários e administrativos necessários ao registro da emissão.

Antigo pleito de emissores, intermediários e investidores, o programa de distribuição de valores mobiliários, conhecido como 'registro de prateleira' foi utilizado em oito oportunidades distintas, envolvendo montante superior a R\$ 10 bilhões.

Por esse mecanismo, a companhia inicialmente arquiva um prospecto na CVM, em que descreve seu plano de captações pelo período de até dois anos, discriminando os valores mobiliários que serão emitidos e a destinação dos recursos a serem captados no mercado.

Durante a vigência do programa, na época considerada mais adequada pela companhia, ela submete cada emissão prevista a registro na CVM, mediante a apresentação de um suplemento ao prospecto já arquivado, que contém somente informações específicas relativas à oferta. A CVM então registra tais ofertas no prazo acelerado de 10 dias úteis.

Os seguintes procedimentos disciplinados pela nova regra e testados com sucesso em mercados desenvolvidos no exterior, foram adotados na quase totalidade das ofertas de ações registradas:

1. 'Green Shoe': é permitido que o ofertante outorgue à instituição intermediária uma opção de colocação de lote suplementar dos valores mobiliários, limitado a 15% da distribuição registrada, caso a demanda pelos papéis justifique o exercício dessa opção. Com essa ferramenta, o intermediário pode atender de maneira mais conveniente seus clientes e realizar operações de estabilização de preço com mais tranqüilidade;

2. Estabilização: há previsão de estabilização de preço dos valores mobiliários a partir da data de liquidação da operação, com o objetivo de atenuar a volatilidade que normalmente ocorre quando do início das negociações dos títulos em bolsa. A instrução exige que as operações estabilizadoras devam ser contratadas em condições aprovadas pela CVM e realizadas com ampla divulgação ao mercado acerca dos detalhes dos negócios efetuados;

3. 'Bookbuilding': A coleta de intenções de investimento a diferentes preços ou taxas de juros é admitida na norma. Tal processo de precificação, que já vem sendo utilizado há alguns anos no mercado brasileiro, busca atingir para o valor mobiliário ofertado um preço adequado aos interesses do ofertante e dos investidores;

4. Admissão de elevação de até 20% da quantidade de valores ofertados, sem que haja a necessidade de elaborar novo prospecto ou obter novo registro.

Enquanto buscou incentivar os emissores a se utilizarem do mercado na captação de recursos, com medidas de agilização de trâmite e procedimentos mais dinâmicos e simplificados, a CVM reforçou a proteção dos investidores alvo das ofertas públicas com uma série de mecanismos, a saber:

1. Aperfeiçoamento da qualidade das informações prestadas no prospecto, que passou a observar não só as exigências da ANBID mas ainda seguir as recomendações internacionais ditadas pela Organização Internacional das Comissões de Valores - IOSCO;

2. O prospecto deve estar disponível para os investidores pelo menos cinco dias antes do início do prazo para recebimento de reservas. Desta forma, o investidor é incentivado a ler atentamente o prospecto e, com serenidade e sem afobação, tirar suas próprias conclusões sobre a conveniência e oportunidade do investimento sugerido;

3. A CVM não registra oferta em datas próximas à apresentação das informações periódicas, tais como as informações trimestrais e demonstrações financeiras, ao menos que ditas informações já constem do prospecto;

4. Restituição integral dos valores investidos nos casos de suspensão ou cancelamento da oferta, modificação da oferta ou mesmo de alteração relevante entre o prospecto preliminar, que permite a realização de reservas, e o prospecto definitivo;

5. As instituições participantes do consórcio de distribuição dos valores mobiliários devem assegurar tratamento justo e equitativo aos investidores, bem como a adequação do investimento ao perfil de risco dos mesmos;

6. Com o objetivo de permitir a prestação de um atendimento profissional aos investidores, é requerido daqueles que farão o contato direto com os investidores [os representantes de venda das instituições participantes do consórcio] que, previamente ao início da oferta, leiam o prospecto e sanem todas suas dúvidas com a instituição líder da distribuição;

7. As projeções apresentadas devem ser acompanhadas de opinião do auditor independente sobre a consistência e coerência das mesmas;

8. No caso de oferta com excesso de demanda, é vedada a participação das pessoas ligadas ao ofertante e às instituições intermediárias, permitindo assim a prioridade de alocação dos valores mobiliários nos investidores objeto da oferta.

Ampliaram-se também as prerrogativas e responsabilidades dos intermediários nas ofertas, inclusive a de assegurar o tratamento justo e equitativo aos investidores.

A norma disciplinou o processo de consulta sobre a viabilidade da oferta, procedimento que na prática já ocorria na informalidade, trazendo segurança jurídica para os intermediários que adotarem os preceitos de prudência e confidencialidade contidos na regra.

Reforçou-se o papel que deve ser desempenhado pela instituição líder da distribuição na verificação das informações prestadas pelo ofertante (processo de '*due diligence*'), mediante a atribuição de verificação da consistência, qualidade e suficiência de tais informações. Os documentos comprobatórios dessa atividade de auditoria legal e financeira devem ser guardados por 5 anos, à disposição da CVM.

Deu-se competência à instituição líder para suspender o curso da distribuição na ocorrência de irregularidade detectada, devendo comunicar a decisão e seu fundamento imediatamente à CVM.

O contrato de distribuição, por sua vez, passou a prever a remuneração direta e indireta decorrentes dos serviços prestados pelos intermediários, bem como a política de descontos ou repasses concedidos aos investidores, mesmo que suportados pelas instituições intermediárias.

Por outro lado, permitiu-se a utilização de material publicitário após a apresentação do prospecto preliminar à CVM, desde que não contenha informações diversas ou inconsistentes com as veiculadas no Prospecto e seja apresentado em linguagem serena e moderada, advertindo seu leitor para os riscos de investimento e para a leitura atenta do prospecto.

Por fim, visando permitir uma avaliação da provável liquidez que os valores mobiliários colocados terão no mercado secundário, passou-se a exigir no anúncio de encerramento da distribuição a discriminação, por tipo de investidores, do número de subscritores ou adquirentes e a respectiva quantidade de valores mobiliários adquiridos.

2.11.4. OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES - OPA

A exemplo do que ocorreu em 2003, o ano de 2004 foi caracterizado pela consolidação e assimilação pelos participantes do mercado das regras impostas pela Instrução CVM nº 361.

O número de OPA registradas em 2004 foi inferior ao do ano anterior, embora o valor das ações retiradas de circulação com essas operações tenha sido mais expressivo. Enquanto em 2003 foram registradas 23 (vinte e três) OPA, no valor de R\$ 1,8 bilhão, neste ano os registros atingiram um volume R\$ 2,1 bilhões.

Os processos de concessão de dispensa de realização de OPA, conforme o artigo 34 da referida instrução, permaneceram praticamente idênticos – 22 (vinte e duas) dispensas concedidas - , aos 23 (vinte e três) casos do ano de 2003.

Vale assinalar sobre a atividade a imediata disponibilização na página da Internet da CVM de vasto material de consulta para investidores e profissionais de mercado, tais como: laudo de avaliação, edital, decisões do Colegiado baseadas no artigo 34 da Instrução CVM nº 361, além de outras informações relativas ao registro das OPA.

2.11.5. SUPERVISÃO DE OUTROS EMISSORES DE VALORES MOBILIÁRIOS

A SRE desenvolveu um extenso trabalho de acompanhamento das informações prestadas por emissores de valores mobiliários, além das companhias abertas que são supervisionadas pela SEP, envolvendo emissores de títulos ou contratos de investimento coletivo, de certificados de investimento audiovisual e fundos de investimento imobiliário.

Também foram acompanhados os programas de recibos de depósito de empresas brasileiras no exterior e as atividades de agentes fiduciários nas emissões de debêntures, de certificados de recebíveis imobiliários e de contratos de investimento coletivo.

Nessas atividades foram realizadas cerca de 725 (setecentos e vinte e cinco) intervenções da área técnica, em sua maioria envolvendo atualizações de registro de produtoras audiovisuais e fundos imobiliários.

Logo no início de 2005 serão informatizadas as informações eventuais e fatos relevantes dos fundos de investimento imobiliário, bem como o regulamento e prospecto de emissão desses fundos de investimento.

Com tal iniciativa está sendo possível acompanhar mais racionalmente a apresentação das informações, bem como cobrar automaticamente multa por atrasos verificados na apresentação de tais documentos.

Ademais, oriundas das atividades de acompanhamento e das várias denúncias e reclamações recebidas, foram adotados alguns procedimentos de *'enforcement'*, envolvendo quatro termos de acusação e um inquérito de rito sumário.

2.11.6. ATIVIDADE CONSULTIVA

Foi intensa a atividade consultiva dos membros da área técnica, envolvendo o atendimento de diversas consultas formuladas por profissionais de mercado e investidores através de correspondências e meio eletrônico, além das telefônicas.

Por sua vez, foram realizadas diversas palestras externas por integrantes da SRE, apresentando esclarecimentos sobre os vários aspectos da regulação sob a esfera de competência da Superintendência.

2.11.7. ATIVIDADE DE NORMATIZAÇÃO

Vale ressaltar a edição no ano de 2004 de duas importantes instruções relacionadas ao registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, a saber:

a) Instrução CVM nº 404, de 13 de fevereiro de 2004

Dispondo sobre o procedimento simplificado de registro e padrões de cláusulas e condições que devem ser adotados nas escrituras de emissão de debêntures destinadas a negociação em segmento especial de bolsas de valores ou entidades do mercado de balcão organizado.

b) Instrução CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004

Dispondo sobre o registro de companhia aberta para companhias securitizadoras de créditos imobiliários e de oferta pública de distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI.

2.12. SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS – SEP

2.12.1. COMPETÊNCIA

Dentre as atividades relacionadas à SEP, destacam-se:

- análise de pedidos de abertura e de cancelamento de registro de companhia aberta;
- análise de pedidos de concessão e cancelamento de registros de companhias beneficiárias de incentivos fiscais;
- verificação da atualização do registro das companhias abertas que pedem registro de distribuição pública de valores mobiliários;
- esclarecimentos para as companhias sobre aspectos relacionados com a apresentação de informações e sobre o conteúdo das informações periódicas e eventuais;
- análise de reclamações e denúncias de investidores e demais participantes do mercado;
- análise de pedidos de acionistas de adiamento/interrupção de assembleias gerais de cias. Abertas e incentivadas;
- proposição de instauração de Inquérito Administrativo Rito Ordinário com Comissão de Inquérito para apurar eventuais responsabilidades de administradores e controladores de companhias abertas e incentivadas;
- instrução de Inquéritos Administrativos de Rito Sumário e Termo de Acusação;
- elaboração e divulgação da lista das companhias abertas inadimplentes, há mais de seis meses, em relação ao envio à CVM das informações obrigatórias (Deliberação CVM nº178/95) e respectiva atuação – *enforcement* – no sentido de que as mesmas atualizem seus registros;
- proposição de suspensão de ofício do registro de companhias abertas por estarem há mais de três anos em atraso com a obrigação de prestarem informações à CVM (art. 3º da Instrução CVM nº287/98);
- proposição de cancelamento de ofício do registro de companhias abertas (art. 2º da Instrução CVM nº 287/98);
- análise das prévias das multas cominatórias a serem aplicadas pela SEP em função de atraso, ou não envio, de informações obrigatórias;
- análise de recursos contra a aplicação de multas cominatórias pela SEP;
- análise de operações de compra/venda/cancelamento de ações de emissão da própria companhia;
- análise de operações de reestruturação societária, envolvendo cisão, fusão e incorporação;
- análise de Fatos Relevantes divulgados pelas companhias abertas.

A SEP analisa, ainda, as chamadas Operações Especiais, ou seja, todos aqueles eventos econômicos e societários que ocorrem na companhia aberta, tais como: alienação de controle, transações entre partes relacionadas, participação recíproca etc.

2.12.2. RESULTADOS QUALITATIVOS

Reforma da Instrução CVM n.º 202/93

O projeto de reforma da Instrução CVM n.º 202/03, que trata do registro de companhia aberta, está para ser finalizado.

Após apreciar e consolidar as sugestões propostas pelas 8 (oito) entidades ouvidas durante a audiência restrita realizada no final do ano de 2002, a SEP teve a oportunidade de fazer três apresentações públicas sobre o projeto, no IBEF, na BOVESPA e na APIMEC-SP.

Posteriormente, em conjunto com a SDM, foi elaborada a minuta da nova instrução, encaminhada para apreciação do Colegiado em 04/11/2003.

Trata-se de medida de adequação às novas necessidades do mercado, acompanhando sua evolução, contemplando, sobretudo, a segmentação do registro de companhia aberta. Além disso, está previsto estabelecer novo regulamento sobre o conteúdo das informações divulgadas pelas companhias abertas: informações trimestrais (ITR), informações anuais (IAN) e Demonstrações Financeiras, dentre outras.

Em 2004, a pedido do PTE, a SEP efetuou alterações na referida minuta, retornando-a ao Colegiado para deliberação.

Sistema IPE – Informações Periódicas e Eventuais - Sistemática de Recebimento de Informações das Companhias Abertas por meio eletrônico

A SEP, em conjunto com a SSI, e em parceria com a BOVESPA, desenvolveu um novo sistema de recebimento das informações e documentos periódicos e eventuais enviados pelas companhias abertas, inclusive os relacionados com a Instrução CVM n.º 358/02 – o Sistema IPE.

O sistema, implantado em fevereiro de 2003, permite o recebimento de todos os documentos periódicos e eventuais enviados pelas companhias abertas à SEP/CVM e à BOVESPA, em meio eletrônico, tais como Editais de Convocação; Atas e Sumários das Decisões de Assembleias Gerais de Acionistas, de Debenturistas, de Reuniões de Conselhos de Administração; Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante; Política de Negociação de Ações; Comunicados ao Mercado; Acordo de acionistas; Calendário de Eventos Corporativos; Demonstrações Financeiras; Fatos Relevantes; Laudos de Avaliação etc.

Tais informações eram entregues pelas companhias abertas por meio físico na sede da CVM no Rio de Janeiro, na Superintendência Regional em São Paulo ou encaminhadas via correio.

Esse sistema representa um avanço para o mercado, pois tornou viável agilizar o envio de quaisquer documentos das companhias abertas, via Internet, possibilitando a desburocratização do processo de entrega. Além disso, os documentos e informações enviados pelas companhias podem ser consultados por investidores, pesquisadores e público em geral, sem deslocamento até a CVM.

Em 2004, foram efetuadas algumas alterações no Sistema, através da inclusão de novos documentos de companhias – Demonstração Financeira Especial (registro inicial), Demonstração Financeira Intermediária (Instituições Financeiras) e Comunicação, quando do registro inicial, acerca dos valores mobiliários detidos por administradores das companhias abertas.

Suspensão de registro de companhias abertas

Dando continuidade ao trabalho de depuração do cadastro de companhias abertas que vem sendo desenvolvido desde 2002, a SEP, em 2004, nos termos da Instrução CVM n.º 287/98, suspendeu de ofício o registro de 44 (quarenta e quatro) companhias abertas, que estavam há mais de 3 (três) anos

inadimplentes com a prestação de informações exigidas, sobretudo, nos arts. 16 e 17 da Instrução CVM n.º 202/93.

Essas suspensões de registro foram publicadas através de Editais de Notificação no Diário Oficial da União, bem como divulgadas na página da CVM na rede mundial de computadores.

Ainda nos termos da Instrução CVM n.º287/98, foi dada ciência das referidas suspensões à Secretaria da Receita Federal, ao BACEN, ao Departamento Nacional de Registro de Comércio e à BOVESPA.

Importa destacar o trabalho da SEP de aproximação com as companhias com registro suspenso há mais de 1 (um) exercício social, no sentido de verificar se elas se encontram com suas atividades paralisadas há mais de 3 (três) anos, o que permite à CVM cancelar de ofício seus registros de companhia aberta (art. 2º da Instrução CVM n.º287/98).

Melhoria das informações do sistema CVM/WIN

Além disso, foi lançada nova versão do Sistema CVM/WIN (Informações Trimestrais – ITR, Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, Informações Anuais – IAN), incluindo, sobretudo, alterações no formulário IAN que há muito vinham sendo demandadas – correção do campo destinado à informação sobre o dividendo, inclusão de informação sobre o Conselho Fiscal, ampliação de informações sobre o Conselho de Administração e inclusão de informação sobre Governança Corporativa (OFÍCIO/CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 003/04).

Relação de Companhias inadimplentes

Nos termos da Deliberação CVM n.º178/95, foram divulgadas e publicadas, em janeiro e julho de 2004, relações de companhias abertas inadimplentes, há mais de 6 (seis) meses, com o dever de informar. O objetivo do comunicado foi divulgar aos investidores e à sociedade as companhias que não vêm mantendo atualizados seus registros de companhia aberta na CVM.

Além dessas publicações, importa destacar o trabalho da SEP de aproximação com essas companhias no sentido de procurar fazer com que elas atualizem seus registros, alertando-as quanto às multas cominatórias, bem como aos processos administrativos sancionadores para apurar a responsabilidade de seus administradores pelo descumprimento reiterado das disposições contidas, sobretudo, nos artigos 16 e 17 da Instrução CVM n.º202/93, a que estão sujeitas.

Adiamento e interrupção do prazo de convocação de assembléia geral

Esse dispositivo foi instituído pela Lei n.º 10.303/01, que alterou a Lei n.º 6.404/76.

Nesses casos, conforme disposto no art. 124, § 5º, da Lei 6404/76, qualquer acionista pode solicitar à CVM o adiamento de assembléia geral ou a interrupção do curso do prazo de antecedência de convocação de assembléia geral extraordinária de companhia aberta.

Em 2004, a SEP analisou 4 (quatro) casos de pedido de adiamento/interrupção de assembléias, sendo que 3 (três) não foram acatados, pois o Colegiado entendeu que os acionistas puderam analisar e conhecer as operações que seriam objeto da assembléia (inciso I do §5º), ou que a deliberação proposta à AGE não violaria dispositivos legais ou regulamentares (inciso II do §5º), e 1 (um), em virtude, principalmente, do prazo exíguo para a instrução do devido processo nos termos impostos pela Instrução n.º372/02, a solicitação está sendo instruída sob a forma de reclamação de investidor.

Não restam dúvidas de que o poder que a legislação conferiu à CVM veio ao encontro de uma necessidade dos acionistas minoritários de uma decisão rápida e preventiva contra abusos dos acionistas controladores em assembléias de companhias abertas, reforçando a missão da CVM de proteger o investidor de forma imparcial à luz da legislação societária.

Acordo de cooperação técnica entre a ANEEL e a CVM

Em maio de 2002, foi celebrado o acordo de cooperação técnica entre a CVM e ANEEL com vistas ao desenvolvimento e intercâmbio de informações sobre as companhias abertas que estejam sob a égide de ambos os órgãos reguladores.

O convênio permite o intercâmbio de informações sobre as companhias abertas, o que inclui as demonstrações financeiras e os indícios de infração à legislação societária.

Em 2004, o referido convênio foi de grande valia para a análise dos processos que envolveram os dois órgãos reguladores, seja de forma isolada ou conjunta.

Convênio de cooperação técnica entre a ANTT e a CVM

Em 16.08.02, foi celebrado o acordo de cooperação técnica entre a CVM e ANTT com vistas ao desenvolvimento e intercâmbio de informações sobre as companhias abertas que estejam sob a égide de ambos os órgãos reguladores. O referido convênio foi renovado em 25.08.04.

O convênio permite o intercâmbio de informações sobre as companhias abertas, o que inclui as demonstrações financeiras e os indícios de infração à legislação societária.

Em 2004, foram intensificados os trabalhos conjuntos das duas agências, não apenas no que diz respeito a consultas, como também no que se refere a reclamações de investidores e inspeções.

Tabela de Setores de Atividades das Companhias Abertas

Após um trabalho de revisão e reclassificação, realizado em 2003, foi implantada uma nova tabela de setores econômicos de atividades no sistema CADASTRO, adequada à classificação usualmente utilizada pelo mercado. Foram contempladas 880 (oitocentos e oitenta) Companhias Abertas, permitindo uma distribuição equilibrada entre as Gerências da SEP.

Em 2004, essa distribuição esteve em constante atualização e aprimoramento no intuito de obter uma distribuição de trabalho cada vez mais equilibrada.

Reorganização Interna da Superintendência

A SEP tem como filosofia avaliar internamente o seu desempenho, sujeitando-se a reorganizações sistemáticas, decididas em reuniões mantidas com os Gerentes. Nesse sentido foram implantados novos procedimentos de análise de registro inicial de companhia aberta, de operações de incorporação, fusão e cisão de companhias e de análise de demonstrações financeiras, objetivando uniformizar procedimentos de análise entre duas das gerências da SEP (GEA-1 e GEA-2).

A partir de 01.08.03, a SEP passou a contar com mais uma Gerência, a Gerência de Acompanhamento de Empresas 4 - GEA-4, que, tal como a GEA-3, especializou-se em assuntos que merecem análises investigativas mais detalhadas. As companhias abertas foram enquadradas em novos setores de atividades distribuídos entre GEA-1 e GEA-2, que passaram a ser apoiadas, respectivamente, por GEA-3 e GEA-4, desafogando, assim, a GEA-3 e tornando a distribuição do trabalho mais eficiente.

Em dezembro de 2003, foi instituído na Superintendência um processo de delegação de decisão, atribuindo maior autonomia e responsabilidade a cada uma das Gerências. Nesse aspecto, destaca-se o envio, às companhias, dos pedidos de informação e das decisões do Colegiado.

Em 2004, dando continuidade à referida reorganização, foram definidas prioridades da atuação da SEP, bem como padronizados certos procedimentos, o que contribuiu para a isonomia de tratamento aos administrados.

Nesse sentido, merecem destaque os procedimentos conjuntos com a Superintendência de Registros após a edição das Instruções CVM nº 400 e 404/04 que tratam, respectivamente, das ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos mercados primário ou secundário e do procedimento simplificado de registro e padrões de cláusulas e condições que devem ser adotados nas escrituras de emissão de debêntures.

Sistema de Atualização Cadastral

Foi implantado, a partir de 16.02.04, um sistema com o propósito de permitir às companhias abertas manter atualizadas suas informações cadastrais, como denominação social, denominação comercial, endereço etc. As companhias foram informadas e orientadas a respeito através do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº01/2004, de mesma data.

Antes disso, grande parte dessas informações vinham sendo atualizadas através dos formulários IAN, ITR ou DFP. No entanto, os resultados obtidos da migração desses registros para o sistema CADASTRO não eram satisfatórios, gerando algumas inconsistências.

O sistema que foi implantado tem como objetivo, além do citado, obter informações das companhias sobre o histórico dos auditores independentes que lhes prestam serviços. Essa informação é primordial para que a Superintendência de Normas Contábeis e Auditoria (SNC) possa fiscalizar se o art. 31, da Instrução CVM nº 308/99, que trata da rotatividade dos auditores, vem sendo cumprido.

Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante - Enforcement

Em 2004, foi realizado um trabalho de verificação quanto ao cumprimento pelas companhias abertas da obrigação de adotarem uma Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, de modo que as companhias que não aprovaram a mencionada Política, nos termos do art. 16 da Instrução CVM nº 358/02, alterada pela Instrução CVM nº 369/02, foram multadas pela SEP, que analisou e continua analisando os correspondentes processos de recurso.

2.12.3. RESULTADOS QUANTITATIVOS

Atividades Típicas

Descrição	2002	2003	2004	Previsão 2005
Registros de Companhias Abertas	15	14	16	20
Atualização de Registro de Companhia Aberta		344	91	150
Aplicação de multas cominatórias	918	1243	713	1070*
Republicações/Refazimentos de Demonstrações Financeiras	11	03	1	05
Suspensão de registros de Companhias Abertas (Instrução CVM 287/98)	02	37	44	17
Cancelamento de registros de Companhias Abertas	53	46	42	40
Cancelamento de ofício dos registro de cias abertas (Instrução CVM 287/98)	01	01	04	50
Registros de Cias. Incentivadas	6	10	7	10
Atualização Cadastral (Cia Incentivada)	441	870	224	250
Cancelamento de Registros de Cias. Incentivadas	26	24	24	25

* Multas cominatórias automáticas referentes aos formulários ITR/DFP/IAN

Indicadores de Gestão

Indicador	Unidade de Medida	2002	2003	2004
1) Tempo médio de Análise Técnica da documentação para concessão de registro de Cia Aberta	dias	24	16	27*

*Refere-se aos pedidos Deferidos e Indeferidos (neste último caso, inclui tanto os pedidos Desconsiderados quanto os Indeferidos propriamente ditos)

2.12.4. PLANEJAMENTO PARA 2005

Com a alocação de 14 (quatorze) novos servidores na SEP, haja vista a previsão de posse e exercício na CVM de 94 (noventa e quatro) novos Analistas/Inspetores, espera-se ser possível, após o devido treinamento, intensificar as atividades já desenvolvidas. Espera-se, ainda, ser possível concretizar projetos que estavam programados, mas não puderam ser implantados até o presente momento.

Fiscalização das Companhias Abertas pela Análise das Demonstrações Financeiras

Incrementar a fiscalização das companhias abertas através da análise de suas demonstrações financeiras e informações, priorizando aquelas em que os pareceres de auditoria contenham ressalva ou parágrafo de ênfase e as que não apresentem lucro em balanço ou que deixem de pagar dividendo obrigatório - Inciso V, art. 8º, Lei nº 6.385/76.

Principais projetos junto à Superintendência de Informática

Segregação, no Sistema de Cadastro da CVM, das situações do registro da companhia das situações da companhia; Interface automática entre o Sistema de Recebimento de Documentos (SCRD) da CVM e o SAF/IAN; Automação da recepção de informações periódicas e eventuais oriundas das companhias incentivadas; Desenvolvimento de sistema integrado de informações de companhias abertas e incentivadas.

Implantação da Nova Instrução CVM nº 202

A referida Instrução deve ser editada em 2005, cabendo à SEP a sua implantação, sobretudo em relação à segmentação do registro de companhia aberta.

Revisão da Instrução CVM n.º 331/2000

Iniciar projeto de revisão da Instrução CVM n.º 331/2000, que trata do registro de companhia estrangeira para negociação de certificado de depósito de valores mobiliários (BDR), tendo em vista a própria revisão da Instrução CVM nº 202/93, bem como as inconsistências identificadas em análises efetuadas em consultas formuladas a esta Superintendência.

Implantação do Sistema de Acompanhamento de Empresas objeto do TOR-3A (Termo de Referência – 3A do Banco Mundial)

Trata-se da instalação de um sistema que controle as operações da SEP relacionadas ao acompanhamento de empresas e de registro inicial de companhia aberta, contendo módulos para revisão e análise prévia das informações contábeis, de gerenciamento de informações legais, operações de análise, controle e gestão e a entrega, via Internet, dos documentos eletrônicos. Ademais, a disponibilidade *on-line* de todos os documentos divulgados pelas companhias propiciará melhor acesso por parte do público. O sistema deve, ainda, integrar dados da Superintendência de Relações com Empresas - SEP com os de outras superintendências.

Fórum de órgãos reguladores

Realizar um encontro nacional dos órgãos reguladores com o objetivo de (a) discutir as sistemáticas de fiscalização, no intuito de estabelecer métodos e técnicas que facilitem o intercâmbio de informações e (b) disseminar conhecimentos técnicos inerentes a cada órgão regulador. Órgãos reguladores participantes: CVM, BACEN, ANEEL, SRF, SDE e SPC.

2.13. SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO E ORIENTAÇÃO A INVESTIDORES – SOI

2.13.1. COMPETÊNCIA

- Atuar em conjunto com outros setores da CVM, ou com outras entidades, na realização de projetos educacionais no âmbito do mercado de valores mobiliários;
- Supervisionar e orientar o atendimento a investidores individuais, no que se refere às suas denúncias, reclamações, pedidos de informações e sugestões.
- Administrar serviço de atendimento ao público para fornecimento de informações prestadas à CVM.
- Supervisionar a avaliação das formas mais adequadas, ou suas combinações, de melhor acessar o investidor, seja por meio de folhetos explicativos, seminários, palestras, publicações, vídeo, telefone, Internet e consultas individuais, e proceder à sua implantação;
- Supervisionar a avaliação de um sistema ideal de distribuição dos produtos elaborados, de modo a atingir o maior número de investidores possível e proceder à sua implantação;
- Encaminhar aos setores competentes, para apreciação e adoção de providências, os processos que não possam ser atendidos diretamente, com as informações já existentes na Superintendência;
- Acompanhar o andamento dos processos encaminhados aos demais componentes, visando abreviar, quando possível, o prazo para resposta aos interessados;
- Colaborar com os demais setores da CVM, transmitindo-lhes as percepções obtidas de investidores, empresas e intermediários, no decorrer da execução de suas tarefas rotineiras;
- Solicitar, em conjunto com as demais áreas da CVM, inspeção nos vários agentes de mercado para averiguar questões trazidas por investidores, quando assim for necessário, ou em decorrência da atividade de acompanhamento;
- Solicitar, em conjunto com as demais áreas das CVM, a abertura de inquérito para apurar responsabilidades em eventual prejuízo a investidores, ou descumprimento da legislação;
- Encaminhar ao SGE e ao Colegiado propostas de regulamentação ou aperfeiçoamento da regulamentação existente no que diz respeito às atividades da Superintendência;
- Participar e/ou colaborar em congressos, seminários, cursos e outros eventos, visando à promoção e o desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários.

2.13.2. O PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E PROTEÇÃO AO INVESTIDOR – PRODIN

O Programa de Orientação e Proteção ao Investidor – PRODIN lançado em março de 1998 tem como objetivo aprofundar o processo de interação dos investidores com a CVM, tendo como público-alvo os pequenos e médios investidores, atuando-se na divulgação do papel exercido por esta Autarquia como órgão regulador e fiscalizador do mercado de valores mobiliários, assim como objetivando esclarecer aos investidores os seus direitos e deveres em relação às companhias e aos

agentes que atuam no mercado de capitais, informando-os, ainda, dos riscos envolvidos nesse tipo de investimento e da necessidade de entender essa aplicação sob a ótica do longo prazo para a obtenção dos retornos financeiros.

O objetivo do PRODIN é que um número cada vez maior de investidores direcione uma parcela maior dos seus recursos para o mercado de valores mobiliários.

2.13.3. ESTRUTURA DA SUPERINTENDÊNCIA

A atuação dos funcionários desta área da CVM superou as expectativas efetuadas, se confrontados o volume de consultas respondidas ou os números evidenciados na divulgação de cartilhas e informações ao público investidor com o pessoal alocado no desenvolvimento dessas atividades.

A respeito do pessoal envolvido nas atribuições de competência desse setor da CVM, verifica-se o que se segue;

- Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores (SOI)

Composta do superintendente, de um analista, de uma secretária e de dois estagiários de nível superior.

- Gerência de Orientação e Educação de Investidores (GOE)

Composta pelo gerente, dois analistas e um agente executivo. A gerência apresenta elevados índices de produtividade, mantendo excelente desempenho nas apresentações em universidades brasileiras e elaborando um conjunto de Cartilhas de qualidade, tornando-se uma substituta à altura das atividades desempenhadas no passado pelo Comitê de Divulgação do Mercado de Capitais – CODIMEC.

- Gerências de Orientação a Investidores (GOIs) com a seguinte distribuição:

GOI-1 – Rio de Janeiro

Composta por 1 (um) gerente e 3 (três) analistas, responsáveis pelo atendimento da demanda dos investidores, tendo 3 (três) funcionários (um agente executivo, um agente auxiliar e um contratado, de nível médio) comprometidos com as atividades administrativas da área.

GOI-2 – São Paulo

Composta por 1 (um) gerente, 2 (dois) analistas, 2 (dois) técnicos de nível médio (DAS), 2 (dois) agentes executivos e 1 (um) estagiário de nível superior, para as atividades de orientação a investidores e de atendimento no Centro de Consultas.

2.13.4. ATUAÇÃO DA GERÊNCIA DE ORIENTAÇÃO E EDUCAÇÃO DE INVESTIDORES

Elaboração dos Cadernos CVM

Após revisão e atualização do conteúdo, foi feita licitação para reedição dos cadernos: nº 1 – O Que é a CVM, nº 3 - Fundos de Investimento, nº 5 – Negociações On Line e nº 6 - Fundos de Investimento Imobiliários e dos Folders: “PRODIN – Programa de Orientação e Defesa do Investidor”, “Declaração de Direitos do Investidor”, “Negocie suas Ações com Segurança” e “Guia de Orientação e Defesa do Investidor”.

Foram revisadas as minutas dos novos cadernos “Direitos dos Minoritários”, “Mercado de Balcão Organizado” e “Mercados de Derivativos na Bolsa de Mercadoria & Futuros” elaborados em

decorrência de termo de compromisso firmado com esta Comissão e que deverão ser editados durante o ano de 2005.

Durante o ano foram distribuídas ao público 39.942 (trinta e nove mil novecentos e quarenta e dois) exemplares de nossos cadernos e cartilhas.

Promoção do Circuito Universitário

O propósito desse programa é o de mostrar a importância da CVM como órgão regulador e fiscalizador do mercado de capitais brasileiro, divulgar a importância econômica desse mercado e formar novos investidores.

Participam regularmente como palestrantes o superintendente e o gerente da GOE, contando-se, em algumas oportunidades, com a presença de diretores e de técnicos desta Autarquia.

As apresentações são promovidas em diversas universidades brasileiras, e esse intercâmbio de informações resulta, freqüentemente, em visitas de universitários à sede da CVM.

Ao longo de 2004 foram realizadas palestras em 13 (treze) universidades localizadas em São Paulo, Ribeirão Preto, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Fortaleza, Porto Alegre, Vitória e Rio de Janeiro.

Promoção do Concurso de Monografias

Tendo como tema “Política de divulgação de informações no âmbito do mercado de capitais” foi concluído, no ano de 2004, o V Concurso CVM de Monografias, iniciando-se, ainda, o VI Concurso de Monografias, cujo tema é “A Importância do mercado de ações para o desenvolvimento do país”, com conclusão prevista para setembro de 2005.

Patrocinado pela Bolsa de valores de São Paulo - BOVESPA, o concurso é dirigido aos universitários matriculados em cursos de graduação regulares e reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC.

A Comissão Julgadora é formada por representantes da CVM, BOVESPA, Comissão nacional de Bolsas - CNB, Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - APIMEC e Associação Brasileira das Companhias Abertas - ABRASCA.

Os dois primeiros colocados recebem como prêmio uma viagem de sete dias aos Estados Unidos, incluindo passagens e estadas pagas, e um programa de visitas a várias instituições ligadas ao mercado de valores mobiliários, além de terem suas monografias divulgadas através do site da CVM.

Participação na “Expomoney”

No período de 01 a 02 de setembro e 16 a 18 de outubro, no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente, a CVM participou dessa feira destinada ao público investidor, cujo objetivo era promover maior contato entre as instituições do mercado de capitais e o público investidor. O “stand” da CVM contou com a presença de profissionais desta Superintendência, especialmente servidoras da GOI – 2, tendo sido distribuídas cerca de 7.000 cartilhas educativas. O evento serviu, ainda, para proporcionar maior visibilidade da instituição junto aos investidores;

Durante ambos os eventos foram realizadas palestras para os investidores.

No evento realizado em São Paulo esta Superintendência foi agraciada com uma Menção Especial em reconhecimento à importância do nosso esforço de divulgação do papel da CVM.

Participação em outros eventos educativos

Realizamos palestra no dia 14/04 em evento em Salvador patrocinado pela Bolsa de Valores da Bahia – Bovesba e em dois encontros com investidores promovidos pela Associação Nacional de Investidores do Mercado de Capitais- ANIMEC em Curitiba, no dia 27/10 e Campinas, no dia 28/10. Em 16/11 foi proferida palestra em São Paulo para representantes do governo de Angola.

Participação na implantação do Instituto Nacional de Investidores - INI

Continuamos atuando na implantação e desenvolvimento do INI e participamos dos eventos de lançamento do Instituto realizados no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Atendimento a consultas externas

No ano de 2004 foram respondidos 1.079 (um mil e setenta e nove) e-mails de investidores, alunos, professores e pesquisadores.

2.13.5. ATUAÇÃO DAS GERÊNCIAS DE ORIENTAÇÃO A INVESTIDORES – GOI

Os atendimentos prestados a investidores estão demonstrados nos quadros a seguir, verificando-se que, em contrapartida à redução no número de ligações telefônicas recebidas, houve um aumento de 19% no número de investidores que compareceram a esta Comissão para a apresentação de suas consultas ou reclamações.

Destaca-se, pelo terceiro ano consecutivo, um incremento de 22% no número de processos abertos referentes a reclamações de investidores, cabendo ressaltar que, apesar do referido aumento, as GOI's conseguiram reduzir em 29% as pendências relativas aos mencionados processos.

É importante mencionar que, em média, 82,01% dos processos abertos referentes a reclamações de investidores, foram atendidos diretamente por esta Superintendência, sem a necessidade de consulta as demais áreas desta Comissão, agilizando assim a prestação das informações solicitadas.

Com o intuito de melhor abordar as atividades desenvolvidas no âmbito das gerências de orientação a investidores, em meio aos inúmeros atendimentos pessoais, telefônicos, por carta e por e-mail efetuados pelos investidores aos técnicos destas gerências, destacamos a seguir os principais assuntos demandados.

FUNDOS

- **Fundo de Investimento Financeiro - FIF**

A partir de 04 de março de 2002, com a transferência da fiscalização dos FIF's à competência desta Comissão, observou-se um aumento, cerca de 10% ao ano, no número de atendimentos prestados relativos ao Fundo em questão, sendo que, no decorrer do ano de 2004, evidenciam-se as consultas recebidas relativas à nova regulamentação baixada por esta Comissão, pela Instrução CVM nº 409, de 18.08.2004. Ressaltamos que, até a edição da referida Instrução, os Fundos de Investimento Financeiro vinham sendo regulados pelos normativos do Banco Central do Brasil.

- **Fundo 157**

Em decorrência de notícias veiculadas em jornais e rádios, recebemos inúmeras consultas relativas à existência de aplicações no Fundo 157, assim como reclamações sobre o atendimento prestado pelas instituições para a localização das respectivas aplicações. Em média, foram atendidas 600 consultas mês.

- **Banco Santos S. A.**

Inúmeras foram as consultas e as reclamações recebidas em decorrência da intervenção ocorrida no Banco Santos S.A., considerando o fato de a instituição administrar fundos de investimentos que estão sob a competência desta Comissão.

Destacam-se consultas sobre os procedimentos a serem adotados pelos cotistas para o recebimento das quantias aplicadas, assim como reclamações concernentes à administração dos Fundos.

Recebemos, também, reclamações de cotistas de outros fundos em cuja carteira havia títulos do Banco Santos, com relação às provisões efetuadas pelos administradores em consequência da intervenção.

EMPRESAS

• Ofertas Públicas de Compra de Ações

No decorrer de 2004, recebemos diversas consultas relativas aos preços praticados em operações de alienação de controle, assim como reclamações referentes à dificuldade de investidores manifestarem-se nos termos de Ofertas Públicas de Cancelamento de Registro, devido ao fato de, algumas vezes, os Bancos envolvidos na operação não terem representação nos Estados nos quais o investidor esteja domiciliado e dos prestadores de serviço de ações escriturais não realizarem o serviço.

• Contratos de Investimento Coletivo

Recebemos inúmeras manifestações de investidores relativas à legislação que rege os Contratos de Investimento Coletivo, tanto no que se refere ao cumprimento das condições pactuadas, quanto no que concerne à regularidade de contratos emitidos.

• Grupamento de Ações

Devido a operações de grupamento de ações promovidas por companhias, no decorrer de 2004, recebemos diversas consultas sobre a regularidade do procedimento.

MERCADO

Destacaram-se as manifestações recebidas referentes a atendimento prestado por prestadores de serviços de ações escriturais. Nos termos das reclamações recebidas, as exigências para a transferência de ações e recebimento de direitos são complexas e demoradas.

2.13.6. RESULTADOS QUANTITATIVOS PRODIN

Dados quantitativos relativos ao PRODIN

	Tipos de atendimento	Unidade de Medida	2003	2004
1	Pessoal	Unidade	3.406	4.042
2	Telefônico	Unidade	10.451	6.704
3	Central 0800	Unidade	40.417	22.892
4	Reclamações	Unidade	3.248	5.759
5	Consultas por e-mail	Unidade	12.685	8.056
6	Cartilhas enviadas	Unidade	16.633	39.942
7	Total	Unidade	86.840	87.395

A seguir, um detalhamento de alguns dos números acima.

	ATENDIMENTOS	2004
TÉCNICO	PESSOAL	3.772
	TELEFÔNICO	6.115
	RECLAMAÇÕES	1.595
	CARTAS 157	4.164
	CONSULTAS POR E-MAIL	8.056
CENTRO DE CONSULTAS	PESSOAL	270
	TELEFÔNICO	589
CENTRAL 0800	CENTRAL 0800	22.892

INCIDÊNCIAS	Qtde	%
FUNDOS	3.799	46
EMPRESAS	2.392	29
MERCADO	1.473	18
DIVERSOS	581	7
TOTAL	8.245	100

2.13.7. INDICADORES DE GESTÃO

Item	Indicador	Unidade Medida	2000	2001	2002	2003	2004
1	Índice de Pendência	%	15,33	18,55	11,97	6,79	6,01
2	Índice de Eficiência	%	84,67	81,45	88,03	93,21	93,99

Itens 1 e 2 - Os indicadores de gestão acima relacionados demonstram que, a cada ano, vimos aumentando o índice de eficiência desta área, tendo o ano de 2004 apresentado a melhor performance dos últimos 5 (cinco) anos.

3. GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E DE PESSOAS

3.1. SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA – SAD

3.1.1. COMPETÊNCIA

- Supervisionar e orientar a execução de atividades referentes à administração de recursos humanos;
- Supervisionar e coordenar a execução da administração financeira e a administração de bens e serviços gerais; e
- Fiscalizar o pagamento e a arrecadação da taxa de fiscalização, das multas provenientes de penalidades aplicadas em julgamentos e das multas cominatórias.

3.1.2. ESTRUTURA

A SAD está subdividida em seis Gerências, a saber:

- Gerência de Arrecadação (GAC);
- Gerência de Orçamento e Finanças (GAF);
- Gerência de Compras e de Serviços Gerais (GAG);
- Gerência de Documentação (GAD);
- Gerência de Recursos Humanos (GAH); e
- Gerência de Projetos (GAP).

3.1.3. RESULTADOS E INDICADORES

Nesta subseção, são detalhados resultados qualitativos e quantitativos gerais, bem como os indicadores de gestão. Nas subseções posteriores, comentam-se as demais atividades executadas por cada gerência da SAD, e que não foram aqui incluídas.

RESULTADOS QUALITATIVOS

Comentam-se, a seguir, as realizações mais relevantes em 2004:

- **Pós-Graduação em Regulação do Mercado de Capitais:**

Conclusão da etapa de aulas presenciais do 1º curso de pós-graduação em Regulação do Mercado de Capitais, desenvolvido em parceria com o Instituto de Economia da UFRJ e focado nas necessidades de seu público interno (servidores do quadro permanente). Está fixado para março de 2005 o prazo de entrega das monografias, todas voltadas exclusivamente para assuntos de interesse da CVM.

- **Treinamento em Língua Inglesa para todos os servidores:**

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento profissional dos servidores da CVM, foi dada continuidade ao Programa de Treinamento em Língua Inglesa, aberto a todos os ocupantes de cargos

da CVM. Contando com doze turmas no Rio de Janeiro, quatro turmas em São Paulo e uma turma em Brasília, o programa logrou alcançar 103 (cento e três) servidores (média do número de alunos por mês), atingindo parcela expressiva do corpo técnico.

- **Realização de Seminário Internacional**

Em 2004, no âmbito do acordo de cooperação técnica com o Banco Mundial, a CVM pôde realizar um seminário internacional sobre *enforcement*, resultado de uma parceria com a U.S. Securities and Exchange Commission (SEC), e que teve por objetivo prover um treinamento comparativo e analítico sobre as técnicas, políticas e questões relacionadas ao poder de polícia dos órgãos regulatórios. O evento contou com a presença de 86 (oitenta e seis) participantes, entre servidores da CVM e membros do Conselho de Reguladores de Valores Mobiliários das Américas - COSRA, e teve programa similar ao do “*Enforcement Program*” promovido anualmente pela SEC em Washington.

- **Reforço na cobrança da Taxa de Fiscalização e das Multas**

Dando continuidade ao esforço de cobrança, promoveu-se o encaminhamento à Procuradoria Federal Especializada de aproximadamente 6.500 (seis mil e quinhentos) processos de cobrança administrativo-fiscal envolvendo débitos relativos à taxa de fiscalização (1994 a 2001), num total de R\$ 94.866.938,37 (noventa e quatro milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, novecentos e trinta e oito reais e trinta e sete centavos), e de aproximadamente 1.100 (um mil e cem) processos de cobrança administrativo-fiscal envolvendo débitos relativos a multas emitidas até 2002, num total de R\$ 6.086.204,00 (seis milhões, oitenta e seis mil e duzentos e quatro reais). Ainda, foram analisados, com posterior deferimento pela autoridade competente, 29 (vinte e nove) processos de parcelamento de Taxa de Fiscalização e multa cominatória, e expedidos 102 (cento e dois) ofícios de cobrança amigável aos contribuintes inadimplentes que cancelaram registro na CVM no decorrer de 2004.

- **Implementação da Guia de Recolhimento da União**

Num esforço conjunto, a GAC, a GAF e a SSI se encarregaram dos procedimentos necessários à substituição do documento de arrecadação da Taxa de Fiscalização e demais receitas da CVM. O Documento Único de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, utilizado durante 14 (quatorze) anos, foi substituído pela Guia de Recolhimento da União - GRU, tendo em vista o disposto Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 4.950, de 09 de janeiro de 2004, e pela Instrução Normativa STN nº 3, de 12 de fevereiro de 2004.

- **Alteração do universo de contribuintes**

Com o advento da Medida Provisória nº 221, de 1º de outubro de 2004, convertida na Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, foi alterado o universo de contribuintes da Taxa de Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários. A GAC, com o suporte da SSI, procedeu à adequação do sistema de arrecadação, de maneira a abarcar todos os novos participantes (em torno de 5.300 contribuintes) obrigados ao recolhimento do tributo.

- **Procedimento administrativo fiscal de cobrança da Taxa de Fiscalização**

A GAC, em conjunto com a Procuradoria Federal Especializada, preparou, ao longo do segundo semestre de 2004, minuta de normativo interno visando a consolidação dos procedimentos de cobrança da Taxa de Fiscalização. Antes de submeter o normativo à apreciação do Colegiado da CVM, faz-se necessário aguardar a conversão em lei da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004, uma vez que a mesma altera dispositivos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal.

- **Redução de custos nas compras e contratos da CVM**

Dando continuidade aos esforços dos anos anteriores, a GAG concentrou-se na adoção de medidas que resultassem na redução de custos nas compras e contratos da CVM, com ênfase, novamente, na utilização do Pregão.

- 1) Processo de Compras nº 086/04
Pregão nº 015/04
Objeto: Telefonia Móvel Pessoal (RJ)
Valor anual estimado: R\$ 34.493,40
Valor anual contratado: R\$ 3.671,34
Desconto concedido em licitação/contratado: 60% nas ligações e gratuidade nas assinaturas.
Economia anual estimada: R\$ 30.822,06 (89,35%)
- 2) Processo de Compras nº 169/04
Pregão nº 030/04
Objeto: Aquisição de arquivos deslizantes
Valor estimado: R\$ 163.842,00
Valor contratado: R\$ 77.400,00
Economia obtida: R\$ 86.442,00 (52,75 %)
- 3) Processo de Compras nº 220/04
Pregão nº 038/04
Objeto: Licenciamento de *software*
Valor estimado: R\$ 433.120,32
Valor contratado: R\$ 305.000,00
Economia obtida: R\$ 128.120,32 (29,58 %)

- **Planejamento de Compras/Redução de Dispensas**

Durante o ano de 2004, foi dada continuidade ao planejamento das compras visando manter reduzida a quantidade de dispensas realizadas.

Dos 241 (duzentos e quarenta e um) processos de compras abertos no exercício, 93 (noventa e três) foram registrados como dispensas.

Dentre as dispensas realizadas (93), 05 (cinco) foram canceladas, o que reduz a quantidade de processos de compras para 236 (duzentos e trinta e seis) e a de dispensas para 88 (oitenta e oito).

Assim, desconsideradas as canceladas, a quantidade de dispensas efetivamente realizadas no exercício foi de 88 (oitenta e oito), das quais três não foram efetuadas com base no art. 24, II (por valor), o que resulta em 85 (oitenta e cinco) processos de dispensa por valor, distribuídos da forma abaixo explicitada, o que equivale a 36,01% dos processos de compras válidos, mantendo-se um equilíbrio com relação ao exercício de 2003 (34,24%).

Com relação à quantidade de processos, essa manteve-se praticamente no mesmo nível do ano anterior, resultado do esforço desenvolvido pela Gerência de Compras em manter a racionalização iniciada em 2002.

1. Renovação de assinaturas e periódicos: 14 (catorze)

- A quantidade de dispensas realizadas em 2004 para renovação de assinaturas e periódicos manteve-se idêntica à de 2003. Com o intuito de reduzir a quantidade dessas dispensas em 2005, foi instaurado processo licitatório destinado à contratação de uma distribuidora, o que deverá ocorrer já no primeiro trimestre do ano.

2. Inscrição de servidores em curso externo: 26 (vinte seis)

3. Material de almoxarifado: 04 (quatro)

4. Pedidos das regionais:

- Superintendência Regional de Brasília - SRB: 05 (cinco)

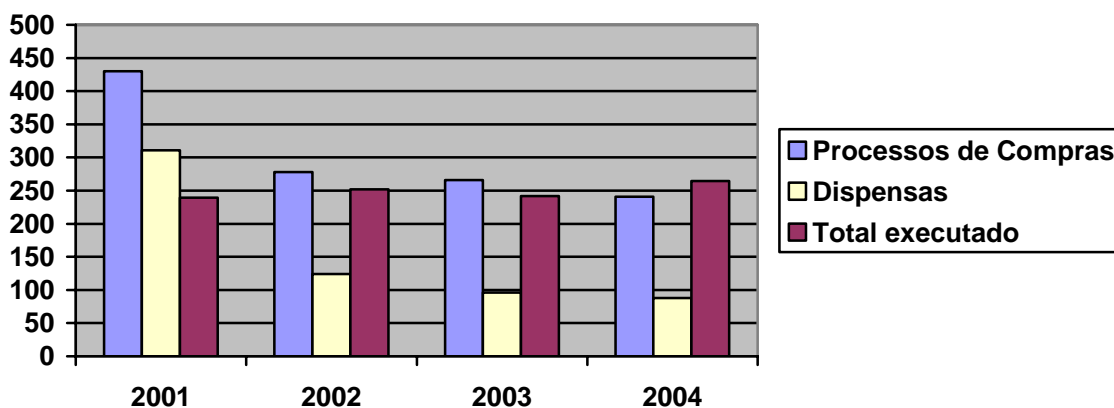
- Superintendência Regional de São Paulo - SRS: 03 (três)

Considerando que as regionais não são UASG executoras, as mesmas não realizam seus próprios processos de compras. Assim, foi mantida a medida relacionada ao planejamento de material de almoxarifado, que diz respeito à realização, quando necessário, de licitações em São Paulo e Brasília. Tal ação permite que as regionais tenham um efetivo controle de suas necessidades e de seu estoque, aumenta a proximidade do fornecedor com o usuário e reduz os custos da aquisição. Porém, pelo próprio tamanho das regionais, a quantidade de material, por muitas vezes, não viabiliza economicamente a realização de licitação.

5. Diversos: 33 (trinta e três)

Trata-se de alguns itens que, devido aos seus valores, não se justifica economicamente a realização de licitação.

O quadro abaixo evidencia a tendência declinante no número de processos de dispensa:



	2001	2002	2003	2004
Nº de Processos de Compras	430	278	266	241

Nº de Dispensas	311	124	96	88
Total executado (em milhões de R\$)	11,962	12,585	12,096	13,218

RESULTADOS QUANTITATIVOS

	Descrição	Unidade de Medida	2000	2001	2002	2003	2004	Meta 2005
1	Arrecadação (Taxas e multas)	R\$ (mil)	50.035	62.132	55.097	53.588	54.820	73.767
2	Notificações de Lançamento	Unidade	1.345	1.363	6.309	238	47	6.000
3	Multas Cominatórias	Unidade	1.947	2.862	1.351	1.903	1.997	1.997
4	DARF's encaminhados	Unidade	28.000	26.000	26.800	28.000	28.000	49.200
5	Ofícios de cobrança	Unidade	617	441	427	885	1.057	1.057
6	Processos de parcelamento	Unidade	18	22	19	43	29	29
7	Número de processos de compra	Unidade	389	430	238	266	236	230
8	Atendimentos SICAF	Unidade	1.769	3.000	3106	2363	2352	2350
9	Nº de Servidores Treinados em cursos técnico-administrativos	Unidade	200	674	746	740	327	500
10	Nº de Servidores Treinados em Língua Inglesa	Unidade	14	4	7	138	131	160
11	Nº de Servidores Inscritos no Programa de Educação Regular	Unidade	11	12	9	43	44	9
12	Documentos emitidos pelo SIAFI	Unidade	5825	7705	6034	7243	8988	N/A

Item 1 – Dados da Taxa de Fiscalização do Mercado de Títulos e Valores Mobiliários fornecidos pelo SERPRO indicam o total arrecadado de R\$ 51.673.631,20 (cinquenta e um milhões, seiscentos e setenta e três mil, seiscentos e trinta e um reais e vinte centavos) em 2004. Com relação à meta para 2005, repetimos o valor arrecadado com pagamento de multa (aproximadamente R\$ 3.367 mil), e na estimativa para o valor arrecadado com pagamento de taxa (aproximadamente R\$ 70.400 mil), levamos em consideração a entrada dos novos contribuintes, tendo em vista o disposto no art. 52 da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004.

Item 2 – No exercício de 2004 foram realizados apenas acertos e notificações complementares. A meta para 2005 inclui notificação dos débitos de taxa e multas até 2004.

Lote	Notificação	Anos	QTD	Volume (R\$)
78	Complementar	98	1	10.755,53
79		99/00/01	11	102.706,14
80		94/95/96/97/98	4	26.264,77
81	Complementar	99/00/01	21	52.276,34
82	Complementar	99	1	2.087,23
83	Complementar	99	1	378,30
84	Complementar	94/95/96/97/98	1	23.305,60
85	Complementar	94/95/96/97/98	1	4.807,45
86	Complementar	94/95/96/97/98	1	17.592,71
87	Complementar	94/95/96/97/98	1	2.488,77
88	Complementar	94/95/96/97/98	1	5.570,69
89	Complementar	94/95/96/97/98	1	50,78
90	Complementar	94/95/96/97/98	1	23.402,94
91	Complementar	94/95/96/97/98	1	17.666,75
	TOTAL		47	289.354,00

Ainda é uma das maiores prioridades da GAC a constituição do crédito tributário dentro do prazo legal. Em face disso, fizemos, regularmente, notificações dos exercícios de 1994 a 2001. Como o cadastro é muito dinâmico, as mudanças nele ocorridas podem se consubstanciar em fatos geradores da Taxa. Daí a necessidade de fazermos várias levas de Notificações de Lançamento durante o ano, inclusive complementares.

Item 3 – O volume depende do maior ou menor grau de atendimento às normas pelos participantes do mercado. Previmos para 2005 a mesma quantidade arrecadada em 2004.

Item 4 – Pode-se dizer que o volume permaneceu constante, mantendo-se, em 2004, a mesma quantidade enviada em 2003. A previsão de envio de GRU's em 2005 é de 12.300 por trimestre, devido à entrada dos novos contribuintes.

Item 5 – Pode-se dizer que o aumento na quantidade de ofícios deveu-se a ofícios de cobrança enviados em função dos pedidos de levantamento de débitos realizados pelos próprios contribuintes. Previmos para 2005 a mesma quantidade enviada em 2004.

Item 6 – Consideramos apenas os parcelamentos aprovados pelo SGE e administrados pela GAC. Não incluímos aqueles aprovados e administrados pela PFE. Previmos para 2005 a mesma quantidade de processos de 2004.

Item 7 – Representa o total de processos de compras, que tiveram a seguinte composição:

		1999	2000	2001	2002	2003	2004
Nº de Inexigibilidade	Processo	49	44	55	22	27	16
Nº de Dispensas	Processo	267	293	311	124	94	88
Nº de Pregões	Processo	0	0	15	21	44	41
Nº de Convites, Tom. de Preço e Concorrências	Processo	42	52	49	22	14	7

OBS: os demais Processos abertos (84) referem-se a assuntos aos quais não se aplica nenhuma modalidade prevista na Lei nº 8.666/93, como é o caso dos processos destinados a reembolso e suprimento de fundos (Decreto nº 93.872, de 23/12/86).

Item 8 - Representa o somatório de cadastramento, renovação e atualizações, conforme abaixo:

		1999	2000	2001	2002	2003	2004
Cadastro SICAF	Processo	225	227	59	102	62	66
Renovação SICAF	Registro	167	180	186	364	371	426
Atualização SICAF	Registro	1320	1362	3000	2640	1930	1860

OBS: a quantidade de atendimentos depende exclusivamente da demanda externa.

Item 9 – Observa-se uma redução do número de treinamentos, que pode ser atribuída, principalmente, aos seguintes fatores: priorização de treinamentos mais longos (maior quantidade de carga horária) e mais específicos; impossibilidade de vários servidores participarem de alguns treinamentos, uma vez que nomeação dos 94 (noventa e quatro) novos servidores somente no final de 2004 ocasionou uma sobrecarga de trabalho durante praticamente todo o ano, o que fez, inclusive, com que muitos desses servidores se vissem impedidos de ministrar os treinamentos internos ocorridos às sextas-feiras (“Sexta Técnica”). Apesar de o número de treinandos em 2004 ser 44% inferior ao de 2003, a carga horária total em sala de aula foi 3,5 (três vírgula cinco) vezes maior.

Item 10 – Considera o número médio mensal de alunos das turmas de inglês (103 servidores em 2004) e do curso individual realizado no âmbito do projeto do Banco Mundial (28 servidores em 2004). Considerando que a nomeação dos 94 novos servidores ocorreu somente em dezembro de 2004, não foi possível alcançar a quantidade anteriormente estimada (170 participantes). Para 2005, estimamos que 160 servidores participem dos treinamentos em língua inglesa (130 no curso coletivo e 30 no curso individual).

Item 11 – O resultado de 2004 inclui os 35 alunos da pós-graduação contratada pela CVM em 2003, não havendo previsão para realização do curso em 2005.

Item 12 – O número serve como indicador da quantidade de trabalho na execução orçamentária e financeira. O quadro abaixo demonstra a composição do resultado:

Documentos Emitidos pelo SIAFI

Documentos	2000	2001	2002	2003	2004
Notas de Empenho	1567	1196	1538	1525	1057
Notas de Lançamento	747	2724	1030	1961	667
Nota de Sistema*	N/A*	N/A*	N/A*	N/A*	3619
Ordens Bancárias	2382	2438	2204	2264	2016
DARF	926	1099	1057	1177	1341
GPS	203	248	205	316	288

* não era gerada pela Unidade Gestora.

INDICADORES DE GESTÃO

Descrição	Unidade de Medida	2000	2001	2002	2003	2004
1- Inadimplência em Taxa de Fiscalização	%	32,17	28,66	42,81	33,23	34,51
2- Inadimplência em Multas	%	40,86	64,97	85,04	82,39	69,83

Indicador 1 – Índice que mede a relação entre o total arrecadado de Taxa de Fiscalização, com base na competência, e o volume financeiro de DARF emitidos, conforme quadro abaixo:

Taxa de Fiscalização	2000	2001	2002	2003	2004
DARF's emitidos (previsão em R\$)	50.204.740	51.320.320	61.627.830	59.118.766	58.121.670
Arrecadação do ano de competência	34.054.950	36.613.410	35.242.740	39.280.310	38.068.067
Diferença	16.149.790	14.706.910	26.385.090	19.838.456	20.053.603
Índice de inadimplência	32,17%	28,66%	42,81%	33,23%	34,51%
Indicador 1	67,83%	71,34%	57,19%	66,77%	65,49%

O montante em DARF é uma aproximação do total devido, pois nos casos em que não temos em nossos registros o valor do Patrimônio Líquido do ano anterior ao de competência da Taxa, adotamos, a partir do final de 2001, o valor máximo, até que o contribuinte atualize sua informação junto à CVM.

Vale ressaltar, ainda, a arrecadação total daqueles exercícios:

Taxa de Fiscalização	2000	2001	2002	2003	2004
Arrecadação total do ano	51.286.262	55.741.376	52.339.805	50.309.580	51.673.631
Arrecadação do ano de competência	34.054.950	36.613.410	35.242.740	39.280.310	38.068.067

Outros (a+b)	17.231.312	19.127.966	17.097.065	11.029.270	13.605.564
Taxa por Registros (a)	12.818.690	14.062.910	7.604.880	7.155.470	8.725.596
Esforço de Cobrança (b)	4.412.622	5.065.056	9.492.185	3.873.800	4.879.968

- (a) Recolhimento da Taxa em virtude de Registros de Emissão (tabela "D" da Lei 7.940/89), montante que varia em função do mercado.
- (b) Receita advinda do esforço de cobrança administrativa.

Indicador 2 – Índice que mede a relação entre multas aplicadas e o total arrecadado, com base na competência, conforme explicitado no quadro a seguir apresentado:

Multa*	2000	2001	2002	2003	2004
Multas emitidas (R\$) (a)	13.300.743	27.081.504	15.504.271	17.604.879	55.083.543
Arrecadação do ano de competência (R\$) – (b)	2.763.904	2.542.248	1.931.898	2.548.339	2.681.563
Total de Recursos Deferidos (R\$)– (c)	5.100.872	6.943.306	387.450	550.822	13.934.533
Diferença (a)-(b)-(c)	5.435.967	17.595.950	13.184.923	14.505.718	38.467.447
Índice de inadimplência	40,86%	64,97%	85,04%	82,39%	69,83%
Índice de inquérito**	60,14%	90,01%	69,73%	74,50%	86,40%
Indicador 2 (b/a)	20,78%	9,39%	12,46%	14,48%	4,87%

(*) Multa Cominatória, Multa de Inquérito e de Inadimplemento de Contrato.

(**) Refere-se à participação das Multas de Inquérito (não pagas) na diferença apurada. Importa destacar que algumas multas de inquérito emitidas em 2004 superaram o valor unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), como por exemplo a de nº 28261 no valor de R\$ 13.884.915,00.

3.1.4. GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – GAF

Durante o exercício a Gerência cuidou de executar as tarefas que lhe são atribuídas, evitando discontinuidades no serviço, merecendo destacar os comentários abaixo.

ORÇAMENTO

O orçamento aprovado para a CVM, estabelecido pela Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, foi de R\$ 75.413.644,00 (setenta e cinco milhões, quatrocentos e treze mil e seiscentos e quarenta e quatro reais), dos quais R\$ 65.091.644,00 (sessenta e cinco milhões, noventa e um mil e seiscentos e quarenta e quatro reais) estavam vinculados às receitas provenientes de Taxa por exercício do poder de polícia (Taxa de Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários), multas e rendimentos de aplicação de recursos próprios, e R\$ 10.322.000,00 (dez milhões e trezentos e vinte e dois mil reais) estavam vinculados a recursos externos advindos dos contratos de empréstimo e doação do Banco Mundial – BIRD e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, respectivamente, conforme detalhado no quadro a seguir:

Orçamento 2004 por fonte de recursos								
fonte	peessoal	juros	odc	inv	ifi	amt	res	TOTAL
148			7.782.000,00	303.000,00				8.085.000,00
174	38.150.661,00	341.920,00	15.259.056,00	1.068.500,00	1.300.000,00		2.826.337,00	58.946.474,00
195			2.237.000,00					2.237.000,00
250	1.126.807,00		3.411.931,00	502.000,00			300.000,00	5.340.738,00
280							804.432,00	804.432,00
Total	39.277.468,00	341.920,00	28.689.987,00	1.873.500,00	1.300.000,00	-	3.930.769,00	75.413.644,00
Nacional	39.277.468,00	341.920,00	18.670.987,00	1.570.500,00	1.300.000,00	-	3.930.769,00	65.091.644,00
Externo	-	-	10.019.000,00	303.000,00	-	-	-	10.322.000,00
total	39.277.468,00	341.920,00	28.689.987,00	1.873.500,00	1.300.000,00	-	3.930.769,00	75.413.644,00

Fontes:	Pessoal - Despesas de pessoal ativo/inativos e encargos
148 - Recursos externos - Empréstimo Banco Mundial	Juros - Juros da dívida do empréstimo com o Banco Mundial
174 - Recursos nacionais - Taxa de Fiscalização	Odc - Outras despesas de custeio
195 - Recursos externos - Doação BID	Inv - Investimento
250 - Recursos nacionais - Multas aplicadas pela CVM	Ifi - Inversão financeira
280 - Recursos nacionais - Rendimento de aplicação de recursos próprios	amt - amortização da dívida
	res - Reserva de contingência

Em termos comparativos dos valores globais, o orçamento aprovado em 2004 apresentou-se superior ao de 2003 em 19,74%, como demonstrado abaixo:

No ano de 2004, o Governo Federal editou, com base no art. 8º da Lei complementar nº 101 (LRF), de 4 de maio de 2000, bem como no art. 69 da Lei nº 10.524 (LDO 2004), de 30 de julho de 2003, o Decreto nº 4.992, de 18 de fevereiro de 2004, denominado “Decreto de Programação Financeira”, que, ao dispor sobre compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, definiu a programação financeira para o exercício, limitando despesas de custeio. Tais limites orçamentários tiveram como norte o equilíbrio das contas públicas dentro da política econômica do Governo Central.

O corte (contingenciamento) foi tecnicamente separado por anexos, que detalhavam os limites de gastos para empenho de despesas de custeio (exceto pessoal) e capital (investimentos e inversões financeiras), inclusive por fontes de recursos. No caso da CVM, o corte atingiu as despesas de custeio das fontes de recursos da Taxa de Fiscalização (fonte 174), do empréstimo com o Banco Mundial (fonte 148) e dos recursos de aplicação financeira de recursos próprios (fonte 280).

Do total das despesas de custeio aprovadas nessas fontes (R\$ 29.626.487,00), houve um corte de 17,28% (R\$ 3.971.510,00), restando o saldo de R\$ 25.654.977,00 para as despesas do exercício.

Comparativo orçamento 2003 x 2004

	peessoal	juros	odc	inv	ifi	amt	res	TOTAL
2003	39.409.218,00	849.529,00	19.030.908,00	2.603.635,00	510.000,00	-	575.642,00	62.978.932,00
2004	39.277.468,00	341.920,00	28.689.987,00	1.873.500,00	1.300.000,00	-	3.930.769,00	75.413.644,00
Varição 2003 / 2004	(0,33%)	(59,75%)	50,75%	(28,04%)	154,90%	0,00%	582,85%	19,74%

Importante destacar, desde já, que, a respeito da proposta orçamentária 2005, elaborada em 2004, foi solicitado, para as despesas com Pessoal, o montante de R\$ 88.514.460,00 (oitenta e oito milhões, quinhentos e quatorze mil e quatrocentos e sessenta reais), sendo R\$ 69.465.968,91 (sessenta e nove milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e sessenta e oito reais e noventa e um centavos) para Pessoal Ativo e R\$ 19.048.491,09 (dezenove milhões, quarenta e oito mil, quatrocentos e noventa e um reais e nove centavos) para Pessoal Inativo e Pensionista. Contudo, o valor aprovado na LOA 2005 foi de R\$ 49.295.593,00 (quarenta e nove milhões, duzentos e noventa e cinco mil e quinhentos e noventa e três reais), sendo R\$ 36.890.231,00 (trinta e seis milhões, oitocentos e noventa mil e duzentos e trinta e um reais) para Pessoal Ativo, R\$ 12.380.291,00 (doze milhões, trezentos e oitenta mil e duzentos e noventa e um reais) para Pessoal Inativo e Pensionista e R\$ 25.071,00 (vinte e cinco mil e setenta e um reais) para pagamento de precatórios, ou seja, montante inferior ao necessário para cobertura de tais despesas obrigatórias. Dessa forma, visando

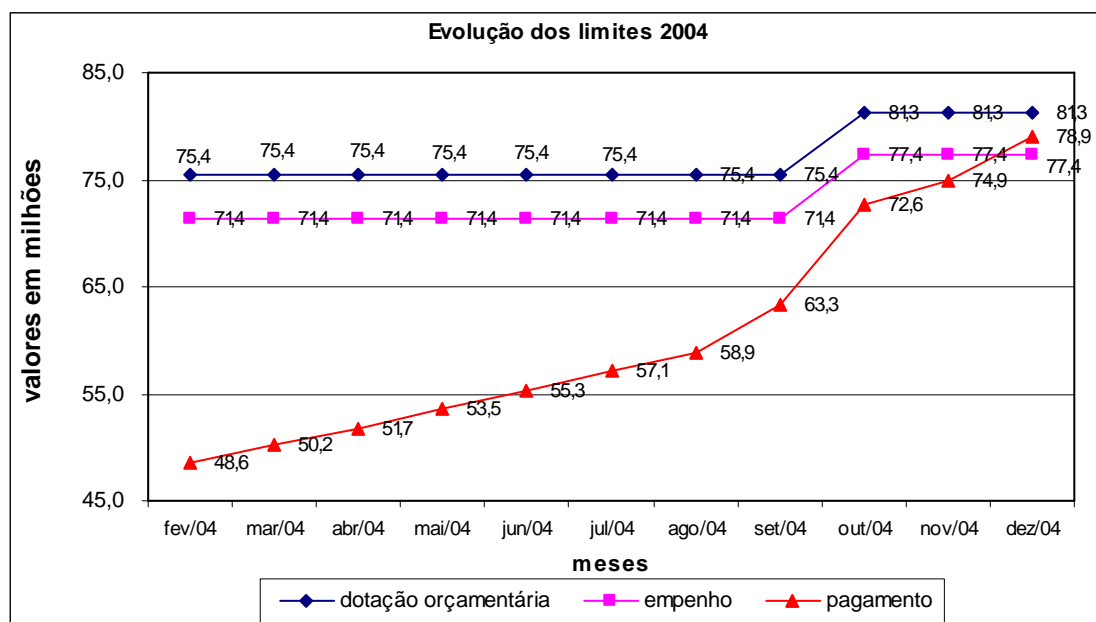
atender as despesas orçadas de Pessoal, será necessária a solicitação de crédito suplementar já no primeiro semestre de 2005.

a) Cortes no Orçamento

Além da limitação para empenho, o Decreto definiu limites para pagamento das despesas do exercício e de restos a pagar (2003), mantendo a mesma estrutura - custeio e fonte de recursos - utilizada para o contingenciamento das despesas. A limitação no pagamento constituiu outra forma de contingenciamento, pois obrigou-nos a limitar a emissão dos empenhos aos valores dos limites financeiros, sob o risco de ficarmos sem os repasses, pelo Tesouro Nacional, de recursos necessários ao custeio das despesas legalmente empenhadas, o que, por conseqüência, culminaria com a inscrição da despesa para pagamento no ano seguinte (restos a pagar).

b) Evolução Orçamentária do Exercício

Tendo em vista os cortes promovidos pelo Decreto nº 4.992, de 18 de fevereiro de 2004, no orçamento aprovado para o exercício de 2004, fizeram-se necessárias a realização de alguns ajustes internos e a adoção de providências junto aos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, no sentido de obtenção de uma expansão dos limites para a realização de determinadas despesas. Além da solicitação de expansão, efetuamos pedidos de aumento do próprio orçamento (créditos suplementares) face às necessidades da Autarquia. O quadro abaixo demonstra a evolução dos limites orçamentários, financeiros e do orçamento geral no ano de 2004.



c) Créditos Suplementares

Em face da necessidade de reconstituir dotações orçamentárias de certos programas, inferiores às reais necessidades (p. ex., pessoal), foram efetuados diversos pedidos de crédito em 2004, montando a R\$ 6 milhões, conforme pode ser verificado abaixo, em maior grau de detalhe:

SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Acréscimo				Decréscimo		
Ação	Valor	Instrumento	Status	Ação	Fonte	Valor
MVMREFAUX	10.000,00	LEI	Atendido em 20/09	MVMMEDODONT	0174	10.000,00
MVMREFAUX	45.000,00	LEI	Atendido em 20/09	PRODINVEST	0174	45.000,00
MVMREFAUX	54.256,00	LEI	Atendido em 20/09	MVMREGULA	0174	54.256,00
MVMREFAUX	70.000,00	LEI	Atendido em 20/09	SISTINFCVM	2174	70.000,00
TOTAL	179.256,00					179.256,00
VALETRANSP	19.644,00	DECRETO	Atendido em 17/06	MVMREGULA	0174	19.644,00
VALETRANSP	7.356,00	LEI	CANCELADO	MVMMEODONT	0174	7.356,00
TOTAL	19.644,00					19.644,00
ADMUNIDADE	106.610,00	DECRETO	Atendido em 17/06	PRODINVEST	0174	106.610,00
ADMUNIDADE	193.390,00	LEI	Atendido em 20/09	PRODINVEST	0174	193.390,00
TOTAL	300.000,00					300.000,00
MVMORGINT	10.000,00	LEI	Atendido em 20/09	MVMREGULA	0250	10.000,00
TOTAL	10.000,00					10.000,00
SISTINFCVM	58.000,00	LEI	Atendido em 20/09	SISTINFCVM	1174	58.000,00
TOTAL	58.000,00					58.000,00
TOTAL DE COMPENSAÇÃO	566.900,00					566.900,00
MVMINATPEN	1.680.255,00	LEI	Atendido em 25/10	TESOURO	0100	1.680.255,00
MVMINATPEN	11.600.000,00	PORTARIA	INDEFERIDO	TESOURO	0100	11.600.000,00
MVMINATPEN	2.135.000,00	LEI	INDEFERIDO	TESOURO	0100	2.135.000,00
TOTAL	1.680.255,00					1.680.255,00
MVMATIVO	4.000.000,00	DECRETO	Atendido em 16/08	fonte 100		4.000.000,00
MVMATIVO	233.579,00	LEI	Atendido em 25/10	fonte 100		233.579,00
TOTAL	4.233.579,00					4.233.579,00
TOTAL FONTE TESOIRO	5.913.834,00					5.913.834,00

A aprovação dos créditos suplementares viabilizou a nomeação dos candidatos aprovados no Concurso Público realizado em 2003, o pagamento integral das despesas de pessoal ativo e inativo, incluindo os respectivos benefícios, bem como representou um reforço para as despesas administrativas da Autarquia.

Importante destacar que os créditos aprovados tiveram como fonte o Tesouro Nacional (recursos destinados ao pagamento das despesas de pessoal ativo e inativo) e o cancelamento de dotação do próprio orçamento da CVM.

FINANCEIRO

a) Execução orçamentária / financeira

Dentro dos limites de pagamentos impostos pelo supramencionado Decreto de programação financeira, a CVM efetuou a execução da dotação conforme o detalhamento abaixo:

Programa	Dotação aprovada	Dotação Empenhada	Saldo	
			Valor	%
1 ADMUNIDADE	7.285.267,00	7.162.447,50	122.819,50	1,69%
2 AMORTENCFIN	341.920,00	85.984,42	255.935,58	74,85%
3 CAPACPROAT	788.700,00	0,00	788.700,00	100,00%
4 ESTUDOPROAT	9.312.500,00	2.182.577,95	7.129.922,05	76,56%
5 MVMATIVO	30.776.716,00	30.471.961,44	304.754,56	0,99%
6 MVMCAPRECH	380.000,00	348.675,61	31.324,39	8,24%
7 MVMFISEMPRE	796.630,00	733.985,73	62.644,27	7,86%
8 MVMINATPEN	13.565.942,00	13.490.640,77	75.301,23	0,56%
9 MVMMEDODONT	417.560,00	330.800,00	86.760,00	20,78%
10 MVMORGINT	33.625,00	29.166,20	4.458,80	13,26%
11 MVMPRESCOLA	42.128,00	31.012,05	11.115,95	26,39%
12 MVMREFAMPRJ	1.750.000,00	13.758,90	1.736.241,10	99,21%
13 MVMREFAUX	637.773,00	524.625,58	113.147,42	17,74%
14 MVMREGULA	961.820,00	866.344,20	95.475,80	9,93%
15 PRODINVEST	721.100,00	588.233,56	132.866,44	18,43%
16 SISTINFCVM	8.520.300,00	4.290.539,13	4.229.760,87	49,64%
17 VALETRANSP	216.084,00	167.141,19	48.942,81	22,65%
18 RESERVA	3.930.769,00	0,00	3.930.769,00	100,00%
19 MVMSSENTJUD	848.644,00	848.644,00	0,00	0,00%

PROGRAMA - DESCRIÇÃO

MVMREFAUX – AUXÍLIO REFEIÇÃO

VALETRANSP – VALE TRANSPORTE

ADMUNIDADE – DESPESA COM A MANUTENÇÃO DA CVM

MVMORGINT – CONTRIBUIÇÃO A ORGANISMO INTERNACIONAL – (ANUIDADE OICV/IOSCO)

SISTINFCVM – SISTEMAS INFORMATIZADO (INFORMÁTICA)

MVMINATPEN – PESSOAL INATIVO

MVATIVO – PESSOAL ATIVO

Nota:

A dotação orçamentária aprovada sofreu um corte (contingenciamento) no valor de R\$ 3.971.510,00 com relação às despesas de custeio, representando um total de 17,28%. Dessa forma, a dotação empenhada e o saldo orçamentário correspondem a 80,36% e 19,64% do orçamento global, respectivamente.

b) Arrecadação x Repasse de recursos

A arrecadação foi de R\$ 50,258 milhões provenientes da Taxa de Fiscalização e de R\$ 5,850 milhões provenientes de receitas diretamente arrecadadas (multas cominatórias, de inquérito, dívida ativa, rendimentos de aplicações financeiras e outras), totalizando R\$ 56,108 milhões.

Do total da taxa arrecadada via DARF, nos foi repassado, pelo Tesouro Nacional, o montante de R\$ 49,958 milhões, acrescido de mais R\$ 5,852 milhões por conta da fonte de recursos do Tesouro, oriundos do pedido de crédito para pagamento de pessoal, totalizando um repasse de R\$ 55,810 milhões.

c) Despesas realizadas

Por conta das despesas custeadas com recursos nacionais, a CVM efetuou um total de R\$ 61,91 milhões, e, por conta de recursos externos, um total de R\$ 247 mil, conforme detalhado a seguir:

Fonte / Descrição	Pessoal	Juros e encargos da dívida	Outros Custeio	Capital	Total
0100	5.852.437,07				5.852.437,07
0148			179.511,97		179.511,97
0174	37.920.614,65	85.984,42	10.293.652,96	331.865,72	48.632.117,75
1174	-			34.500,00	34.500,00
2174			2.452.365,98	234.000,00	2.686.365,98
0195	-	-	67.700,00	-	67.700,00
0250	1.038.194,49		3.272.146,66	403.564,31	4.713.905,46
0280	-		-	-	-
Total	44.811.246,21	85.984,42	16.265.377,57	1.003.930,03	62.166.538,23

Fontes:

0100 - Recursos do Tesouro Nacional
0148 - Recursos externos - Empréstimo Banco Mundial
0174 - Recursos nacionais - Destinados as despesas nacionais
1174 - Recursos nacionais destinado à contrapartida do Empréstimo com o Banco Mundial
2174 - Recursos nacionais destinado à contrapartida da doação do BID
0195 - Recursos externos - Doação BID
0250 - Recursos nacionais - Destinados as despesas nacionais
0280 - Recursos nacionais - Rendimento de aplicação de recursos próprios

Nota:

Em Outros Custeios, podemos destacar as seguintes despesas:

- Serviços Administrativos: R\$ 3.213.644,29
- Condomínio: R\$ 1.614.310,66
- Serviços de telecomunicação: R\$ 763.273,38
- Vigilância: R\$ 606.214,92

CONTABILIDADE

A contabilidade vem mantendo o acompanhamento de todos os fatos e atos de gestão que tenham repercussão nos balanços, visando sua adequada representação, por meio da análise, do controle e do ajuste no Plano de Contas da União. Em 2004, elaborou e entregou, dentro do prazo, a Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF, bem como efetuou a montagem final e entregou, também dentro do prazo, a Prestação de Contas da CVM.

Importante destacar que o registro do saldo da Dívida Ativa da CVM encontra-se contabilizado de acordo com o disposto na Instrução Normativa STN N° 05, de 06 de novembro de 1996, e na NE/SEFIC N° 2/03/1988, observadas, ainda, as orientações contidas na macrofunção 02.11.13 do SIAFI. Dessa forma, encontram-se atendidas as recomendações da CGU constantes do relatório n° 135241, de 24 de dezembro de 2003, encaminhado à CVM por meio do Ofício n° 1785/2003/GAB/CGURJ/CGU-PR.

Foram realizados, ainda, todos os lançamentos de acertos contábeis solicitados pela CGU no mencionado relatório.

PASSAGENS E DIÁRIAS

Em 2004, foi implantada, no Sistema de Diárias e Passagens - SDP, ferramenta destinada ao cálculo preliminar das viagens internacionais. Tal programa calcula, com precisão, as quantidades de diárias e os valores das viagens (em US\$), com base nos locais de embarque e desembarque e nos horários de saída e chegada.

Foram feitas, ainda, algumas alterações no SDP, de maneira a permitir que os dados do Sistema de Administração Financeira – SIAFI (ordens bancárias) fossem nele imputados, com o objetivo de facilitar a conciliação dos dois sistemas corporativos.

No primeiro trimestre de 2005, estaremos implementando uma nova ferramenta no SDP – já se encontra em fase de homologação, que informará ao Superintendente Geral o saldo orçamentário dos programas e o custo estimado das viagens (passagens e diárias).

OUTRAS REALIZAÇÕES

a) Implantação da Guia de Recolhimento da União – GRU

Num esforço conjunto, a GAC, a GAF e a SSI se encarregaram dos procedimentos necessários à substituição do documento de arrecadação da Taxa de Fiscalização e demais receitas da CVM. O Documento Único de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, utilizado durante 14 anos, foi substituído pela Guia de Recolhimento da União - GRU, tendo em vista o disposto Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 4.950, de 09 de janeiro de 2004, e pela Instrução Normativa STN nº 3, de 12 de fevereiro de 2004. Coube à GAF entrar em contato com a Secretaria do Tesouro Nacional para dirimir algumas dúvidas em relação ao novo instrumento de arrecadação das receitas da CVM, solicitar a criação dos códigos das Guias e efetuar a divulgação interna e externa por meio do correio eletrônico, intranet e internet.

b) Implantação do Cartão Corporativo do Governo Federal

Objetivando conceder maior transparência e controle às despesas de baixo valor e de pronto pagamento, bem como de se inserir no contexto de e-gov (governo eletrônico), o Governo Federal, por meio do Banco do Brasil, instituiu o “Cartão Corporativo do Governo Federal”.

Com amparo nos Decretos nº 93.872/01 e nº 3.892/01, nas Portarias MP nº 265/01 e nº 095/01, e na Instrução Normativa STN nº 04/04, e contando com o suporte operacional descrito na macro-função do SIAFI 02.11.33, o Cartão Corporativo tem como finalidade básica substituir a conta de suprimento de fundos (conta tipo b) para aquisição de bens e serviços.

Dentro dessa nova realidade, a CVM iniciou um projeto-piloto em 2004, com vistas a, gradativamente, passar a utilizar a nova ferramenta em 2005.

3.1.5. GERÊNCIA DE COMPRAS E DE SERVIÇOS GERAIS – GAG

A GAG está subdividida, basicamente, em cinco setores: Compras, Contratos, Patrimônio, Almoxarifado e Serviços Gerais, resumindo-se, a seguir, os aspectos mais relevantes não comentados nos tópicos anteriores.

SETOR DE COMPRAS

O setor de Compras tem por objetivo a aquisição de bens e serviços para atender a demanda da entidade como um todo, atuando na abertura de processos de compras, provocada por pedido (via memorando) e autorizada pelo Ordenador de Despesas; na pesquisa de mercado; na elaboração de estimativa de custos e quadro comparativo de preços; no preenchimento de Informativo de recursos; na elaboração de Edital/Contrato; no cadastramento dos processos no sistema; no envio de informações para as publicações necessárias (D.O.U./Jornal), e na realização das licitações e julgamento dos processos.

Em 2004, a Gerência manteve o esforço de melhor documentar os autos dos processos de compras, procurando, sempre que permitido pela legislação, utilizar a modalidade “Pregão”, que, por utilizar o sistema de compras disponibilizado no site do governo (www.comprasnet.gov.br), inclusive para os pregões presenciais, aumenta significativamente a transparência do procedimento licitatório.

Destaca-se, por oportuno, importantes licitações realizadas pela GAG com o escopo de atender as demandas da casa:

- **Setor de Informática**

Aquisição de 75 (setenta e cinco) microcomputadores, três servidores de rede (para o Rio, São Paulo e Brasília) e licenciamento de diversos *softwares*.

- **Aquisição de arquivos deslizantes para o Arquivo Central**

Aquisição de dois arquivos deslizantes, com capacidade para cerca de 9.000 (nove mil) caixas tipo *box*, o que permitirá, mediante a otimização do espaço destinado ao Arquivo Central (GAD), a recepção, durante o exercício de 2005, de vários documentos que atualmente ocupam espaço em diversos componentes organizacionais.

- **Aquisição de veículos**

Aquisição de dois automóveis para atender os servidores em serviço no Rio de Janeiro e em São Paulo, a título de substituição dos dois outros utilizados pela Autarquia desde 1994 e que já apresentavam problemas de funcionamento, sendo constantes, nesses últimos anos, paradas para revisão/manutenção.

SETOR DE CONTRATOS/CONVÊNIOS

O setor de Contratos faz o acompanhamento das aquisições que geram contratos, incluindo a convocação da outra parte para assinatura, a publicação do extrato do contrato no D.O.U. e o controle de todos os contratos existentes no âmbito da gerência, especialmente com relação ao prazo de vigência. Analisa, ainda, os pedidos de repactuação de preços, elabora os termos aditivos e promove análise para a aplicação de penalidades. Nesse ponto, destacamos que a CVM tem zelado exemplarmente pelo cumprimento dos contratos, aplicando, no exercício, quatro advertências, oito multas e três suspensões, além de ter rescindido três contratos. Paralelamente, o setor também cuidou, durante o exercício de 2004, das assinaturas de revistas e periódicos (controle das cerca de 150 assinaturas existentes). Considerando a realização de uma licitação para contratação de uma distribuidora, ficou decidido em reunião de Superintendentes que a ASC passará a centralizar o controle das assinaturas de revistas e periódicos a partir de 2005, por tratar-se de atividade ligada à área de comunicação. O setor de Contratos cuida, ainda, dos pagamentos (procede à conferência da documentação necessária ao pagamento de obrigações oriundas de processos de compras abertos no âmbito da gerência, dando ênfase aos valores das Notas Fiscais/Faturas) e atua com o Cadastramento – SICAF (considerando que a CVM é unidade cadastradora do SICAF, temos, obrigatoriamente, que ter pessoas responsáveis pelo cadastramento/atualização de dados de pessoas físicas/jurídicas junto

ao sistema). Registra-se que qualquer falha nesse sentido pode ocasionar sérios danos ao fornecedor que tenha a CVM como sua unidade cadastradora, vez que, para participação em licitações na esfera federal, faz-se necessária a regularidade junto ao SICAF.

	2003	2004
Advertências	9	4
Multas	6	8
Suspensões	2	3
Rescisões	1	3

SETOR DE PATRIMÔNIO

O setor de Patrimônio é o setor responsável pelo tombamento, cadastramento e zelo dos bens da Autarquia. Procede ao controle de todos os bens móveis e imóveis da CVM, zelando pela regularidade documental, o que inclui a emissão e controle dos Termos de Responsabilidade sobre bens móveis.

No que concerne aos bens móveis da CVM (Sede/SRS/SRB), mantivemos em 2004 as providências para manter o patrimônio regularizado e atualizado. Periodicamente são feitas alterações para acomodar a contabilidade às situações de movimentação de material entre componentes. Planejamos realizar um inventário geral no segundo trimestre de 2005, quando todos os novos servidores já terão tomado posse. Após realizado o inventário, implementaremos o inventário rotativo para bens móveis, cuja periodicidade ainda será definida (semanal ou quinzenal), a exemplo do que atualmente é feito no Almoxarifado.

SETOR DE ALMOXARIFADO

O setor de Almoxarifado cuida da guarda e distribuição do material de consumo adquirido, administrando um estoque de aproximadamente 420 itens. Controla os gastos, elaborando previsões de consumo, e entrega os materiais solicitados pelas áreas demandantes, entre outras tarefas, como a administração de equipamentos fornecidos aos servidores, como *notebooks* e aparelhos *headset*.

- **Controle de estoque**

Com relação ao controle de estoque do almoxarifado, destacamos que foi dada continuidade à elaboração dos inventários rotativos, realizados com periodicidade semanal, que são confrontados com o quantitativo lançado no sistema de patrimônio. Tal prática permite o acompanhamento mais próximo da evolução do estoque, identificando-se e solucionando-se, prontamente, pequenas divergências que, de outra forma, somente seriam identificadas no final do exercício, por ocasião do inventário anual. Com relação aos materiais utilizados pelos diversos componentes organizacionais, destacamos que a GAG disponibiliza na *intranet*, mensalmente, os bens que foram solicitados pelas áreas, bem como os valores dos mesmos. No que diz respeito ao consumo de materiais pelos servidores que trabalham no almoxarifado, registra-se que o mesmo somente ocorre após a devida aprovação do Gerente.

- **Planejamento de estoque**

Dando continuidade ao método de trabalho de planejamento de estoque utilizado, o almoxarifado realiza, anualmente, um levantamento do material necessário para suprir as necessidades da CVM, que é adquirido por meio de processos licitatórios específicos (material de escritório, cartuchos,

impressos, material de higiene, gêneros alimentícios, etc). Ainda, conforme também já vem acontecendo, são realizadas licitações específicas para a Superintendência Regional de São Paulo.

SETOR DE SERVIÇOS GERAIS

O setor tem como principais atividades: abertura e fechamento da casa; funcionamento da central reprográfica e da telefonia; manutenção predial da CVM, na Sede, incluindo as redes elétricas, de comunicação estruturada, de fibra óptica, bem como os sistemas hidráulicos e de ar condicionado; controle da utilização de veículos de propriedade da CVM; limpeza, conservação e vigilância da CVM; a movimentação de materiais e equipamentos entre os diversos setores; administração dos contratos correlatos.

Em 2004, sua atuação foi decisiva em diversas oportunidades, dentre as quais destacamos:

- **Mudança de andares da SRE, da ASE e da SRI e remanejamento da SEP**

Um dos serviços realizados pela área de serviços gerais foi o remanejamento de quatro superintendências para permitir a alocação dos novos servidores. A SRE deixou o 33º andar indo para o 30º, a ASE e a SRI passaram do 30º para o 33º e a SEP pôde expandir-se no 33º andar. Para isso, foram necessárias a re-alocação de diversas estações de trabalho/armários e a colocação de divisórias, o que foi feito durante um final de semana prolongado de forma a não atrapalhar os serviços desenvolvidos pelas áreas.

- **Tratamento acústico das salas de depoimento do 26º e do 30º andares**

Em 2004 foi dado tratamento acústico às salas de depoimento situadas no 26º andar e à sala anexa à Auditoria (30º andar). As divisórias originais no padrão Freijó (que vão até o forro) foram retiradas e substituídas por paredes de gesso acartonado (que ultrapassam o forro e vão até o teto) com duplo recheio de lã de vidro, de maneira a aumentar o bloqueio de ondas sonoras em cerca de 50%.

3.1.6. GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS – GAH

Nesta primeira parte, apresentam-se a missão e as atividades permanentes de cada um dos setores em que se estrutura a GAH, a saber:

Administração de Recursos Humanos

- Acompanhamento de vida funcional
 - Registro e Movimentação
 - Frequência
 - Aposentadoria e Pensão
- Folha de Pagamentos
- Relações trabalhistas¹
 - Normatização

¹ Deveria ser incluída nesta apresentação uma área de Administração de Cargos e Salários. Contudo, a realidade do serviço público, com a centralização de decisões na SRH/MP, faz com que não exista mais, no âmbito de cada Ministério ou Autarquia, uma administração de cargos e salários no sentido tradicional.

- Análise e Aplicação de Legislação de Pessoal
- Assistência e suporte ao servidor
 - Benefícios
 - Serviço Social
 - Serviço Médico

Desenvolvimento de Recursos Humanos

- Provimento de pessoal
 - Concursos Públicos
 - Programa de Estágios
 - Recrutamento e seleção – outros processos
- Capacitação de Pessoal
 - Programa Geral de Treinamento
- Projetos prospectivos

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Acompanhamento de Vida Funcional

As áreas de **Registro e Movimentação, Aposentadoria e Pensão e Frequência** da Gerência de Recursos Humanos desenvolvem atividades relacionadas com o acompanhamento da vida funcional do servidor, da admissão até sua saída da CVM, além do atendimento às consultas formuladas pelos servidores e por instituições públicas ou privadas e do gerenciamento de banco de dados informatizado que controla todos os aspectos da vida funcional, incluindo, por exemplo, contagem de tempo de serviço para concessão de licença-capacitação e aposentadoria.

• Registro e Movimentação

A área de Registro e Movimentação faz o acompanhamento do servidor, ocupante de cargo efetivo ou de cargo em comissão, desde a admissão até o desligamento – por motivo de exoneração, de ofício ou a pedido, por posse em outro cargo público inacumulável ou por falecimento – passando por todas as alterações ocorridas em sua vida funcional e, sob alguns aspectos, em sua vida pessoal.

As atividades **exclusivas** da área estão relacionadas com:

- atualizações cadastrais de qualquer natureza;
- designações e dispensas de função gratificada;
- nomeações e exonerações de cargo efetivo ou em comissão;
- remoções;
- substituições;
- publicação do Boletim de Pessoal e do Informe GAH;

- consultas à legislação ou ao Ministério da Fazenda, nos casos dos indicados para os cargos em comissão;
- organização e guarda das pastas funcionais dos servidores ativos e desligados, dos boletins de pessoal, dos informes, das declarações de bens, rendas e valores e dos demais materiais documentários relativos, por exemplo, aos concursos públicos, às auditorias realizadas, cargos e salários e promoção.

Compete à área também a manutenção do arquivo corrente e permanente da GAH, a atualização do banco de dados SRH e SIAPECAD, a atualização do relatório anual de prestação de contas para a Gerência Regional de Controle Interno/MF/RJ e do quadro de vagas da CVM, o cálculo do índice de rotatividade de pessoal, e o acompanhamento das mudanças na legislação e da publicação de atos do interesse da CVM mediante a leitura do Diário Oficial da União, seções 1 e 2.

- **Aposentadoria e Pensão**

É a área da GAH que providencia a contagem, averbação e emissão de Certidão de Tempo de Serviço, bem como a aposentadoria ou concessão de pensão, de acordo com o estabelecido na legislação e nas disposições da Delegacia Federal de Controle. A concessão de aposentadorias é antecedida da instrução do respectivo processo, sempre envolvendo significativo investimento em análise de questões legais decorrentes da mudança de regime (CLT para RJU), alterações na legislação previdenciária e de situações especiais (servidores redistribuídos, efetivados, ocupantes de cargo DAS etc.). Complementarmente, a área presta também atendimento a aposentados, pensionistas e servidores ativos, seja em consultas pessoais e telefônicas, seja mediante a produção de respostas formais (memorandos e ofícios), além de produzir e distribuir a publicação mensal “Notícias da GAH”, pela qual os aposentados e pensionistas são mantidos informados sobre assuntos gerais da CVM e sobre temas de interesse específico.

- **Frequência**

Controla as licenças médicas dos servidores, junto ao Serviço Médico da CVM e à Delegacia Administrativa do Ministério da Fazenda, no Rio, em Brasília e São Paulo; confere os Demonstrativos de Frequência e atualiza estes dados na Ficha de Acompanhamento de Frequência, além de tirar dúvidas dos servidores quanto ao funcionamento do Formulário de Ponto.

Folha de Pagamentos

O setor da Folha de Pagamento tem por missão efetuar todos os procedimentos que resultam no pagamento da remuneração para servidores ativos, inativos e pensionistas. Aparentemente é um setor voltado para cálculos e conferências, mas seu espectro de atividades vai bem mais além, incluindo a análise da legislação pertinente, as projeções de gastos de pessoal, a instrução de processos e a implantação e manutenção de sistemas informatizados.

No que se refere à geração da folha propriamente dita, são atribuições do setor a crítica e entrada de dados mensais no sistema SIAPE; o controle e cálculo de férias; a atualização e cálculo de quintos; a elaboração de projeções de gastos com pessoal visando adequação à disponibilidade orçamentária e, finalmente, a prestação de informações de gastos com pessoal a instituições públicas.

Na área trabalhista, o setor é encarregado da instrução de ações conduzidas pela PFE, além de fazer a crítica das parcelas devidas e cálculo dos valores a serem pagos, inclusive de caráter retroativo com aplicação de indexadores.

No que se refere às Gratificações de Desempenho, o setor desenvolveu e administra um instrumental próprio, totalmente informatizado, de controle dos processos de avaliação de desempenho e de contingenciamento de servidores para concessão das gratificações.

Relações Trabalhistas

- **Normatização**

A atividade normatizadora da GAH consiste na produção de propostas de normas ou portarias que disciplinem as relações trabalhistas no âmbito da CVM. Desde o advento do Regime Jurídico Único, a GAH tem-se voltado, especialmente, para a adequação do arcabouço normativo interno à legislação que rege o pessoal da União, ou à produção de regulamentação específica que complemente, no âmbito interno, as diretrizes gerais estabelecidas por lei, por atos do Poder Executivo ou por decisões da SRH/MP.

- **Análise e aplicação de Legislação de Pessoal**

Sendo a CVM um órgão integrante da Administração Pública Federal, suas relações trabalhistas são regidas por um conjunto de normativos que, em parte, é válido para todos os servidores do Poder Executivo e, em parte, resulta de atos internos ou externos aplicáveis apenas à CVM ou a setores da Administração Federal. Como complicador, há o fato de que o pessoal da CVM esteve submetido até 1990 ao regime da CLT, passando, a partir do advento da Lei 8.112/90, para o RJU (estatutários). São freqüentes, portanto, as demandas referentes a direitos adquiridos num ou noutro regime, assim como as exigências de adequação das normas e procedimentos internos às práticas estabelecidas na legislação vigente. A atividade deste setor concentra-se, portanto, na análise da legislação especializada e na produção de pareceres, documentos técnicos ou memoriais com vistas à apresentação de propostas ou atendimento de exigências no relacionamento com a SRH/MP ou dos órgãos de controle externo, como o TCU.

Assistência e Suporte ao Servidor

- **Benefícios**

A área de Benefícios tem hoje como missão principal garantir o acesso do servidor a serviços de saúde no âmbito de planos coletivos e a direitos garantidos pela legislação em vigor, como auxílio-alimentação, auxílio-transporte e reembolso parcial de despesas de creche. Neste sentido, a área de Benefícios é responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato entre a CVM e a Sul América, relativo ao Convênio de Seguro Saúde, o que inclui conferência e controle das faturas mensais e o acompanhamento de pendências entre servidores e empresa contratada, quanto à aplicação de itens contratuais.

O setor desenvolve ainda o acompanhamento e o controle do pagamento do benefício de assistência à saúde aos servidores que possuem planos de saúde individuais, assim como dos benefícios de auxílio pré-escolar, auxílio-alimentação e auxílio-transporte.

- **Serviços Médico e Social**

Os Serviços Médico e Social, além de suas atribuições específicas, apresentam uma grande área de superposição, razão pela qual podem ser tratados em conjunto.

O Serviço Médico tem, especificamente, a missão de garantir a assistência à saúde de servidores e outros profissionais a serviço da CVM mediante orientação preventiva, realização de exames periódicos para detecção precoce de patologias e atendimento ambulatorial de pacientes ou encaminhamento destes a serviços médicos especializados. Complementarmente, o Serviço Médico atua mantendo controles burocráticos e estatísticos dos casos de afastamento por doença e dos níveis

de absenteísmo (a análise do absenteísmo tem por objetivo um diagnóstico das causas de afastamento do trabalho e sua prevenção e tratamento).

Ao Serviço Social compete dar assistência aos servidores e seus familiares, facilitando o acesso a serviços de saúde, a direitos previstos em lei e a outros recursos promotores de qualidade de vida disponibilizados pela organização ou por órgãos congêneres. Atua em campanhas institucionais, na intermediação de conflitos, no encaminhamento de problemas de desempenho ou de casos de absenteísmo e no apoio a dependentes químicos, pacientes terminais, portadores de deficiências e outros casos de natureza social.

No âmbito da atuação conjunta, os Serviços Médico e Social desenvolvem campanhas de promoção à saúde e à qualidade de vida. Responsabilizam-se também pelo acompanhamento dos casos de afastamento de servidores enfermos, assim como das licenças por motivo de doença em pessoa da família.

DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Provimento de Pessoal

O processo de provimento das necessidades de pessoal da CVM desdobra-se em três distintos processos, se bem que relacionados pela missão comum: **Planejamento de Concursos Públicos, Estágios e Recrutamento e Seleção – Outros processos.**

- **Concursos Públicos**

Os concursos públicos vêm-se realizando, a partir de 1994, à razão de um a cada três anos. Compete à GAH planejá-lo tecnicamente, em função das necessidades observadas, subsidiar a GAG na contratação de empresa especializada na promoção de processos seletivos e acompanhar todas as etapas de sua execução.

- **Programa de Estágios**

O Programa de Estágios consiste na contratação de estagiários com recursos próprios, que obedece a parâmetros fixados pela Administração Pública no que tange a valor de bolsa-auxílio, duração de estágio e quantitativo de estudantes admitidos simultaneamente.

O recrutamento é realizado em parte pela GAH, em parte pelos Agentes de Integração com os quais a CVM mantém convênio; o processo seletivo é coordenado pela GAH, constando da aplicação de provas escritas de caráter classificatório e entrevistas. A seleção final é feita pelas áreas interessadas.

Compete à GAH zelar pela legalidade do processo de estágio, coletando a documentação necessária e acompanhando a execução do estágio de forma a evitar que este seja desviado de suas verdadeiras finalidades. O Setor de Estágio participa de todos os procedimentos de seleção, manutenção do cadastro/arquivo de candidatos, pagamento da bolsa de estágio e acompanhamento junto ao Agente de Integração das ocorrências mensais.

- **Recrutamento e Seleção – Outros processos**

O suprimento de pessoal via terceirização de serviços é fruto de parceria com a GAG, tendo em vista a necessidade de processo licitatório. Compete à GAH levantar necessidades, definir perfis profissiográficos e quantificar o pessoal necessário, além de, com frequência, conduzir diretamente o processo de seleção mediante entrevistas e testes escritos. O mesmo ocorre quando a GAH é eventualmente solicitada a promover o recrutamento externo e a seleção de ocupantes de cargos DAS.

Capacitação de Pessoal

• Programa Geral de Treinamento

Tem por missão capacitar permanentemente o corpo funcional da CVM, adequando-o às exigências decorrentes das atribuições da Autarquia e aos novos perfis profissionais requeridos no setor público. Visa-se, com isso, contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes internos e externos.

A missão é alcançada mediante o estabelecimento de um contínuo e permanente programa de treinamento, desenvolvimento e aperfeiçoamento de pessoal, em que se busca proporcionar experiências de aprendizagem que serão úteis para o aumento da eficácia, da melhoria dos padrões de desempenho das atividades desenvolvidas.

A gestão do programa de treinamento exige a permanente otimização do orçamento destinado a esta atividade, sempre observando a racionalização e a efetividade dos investimentos.

A GAH atua diagnosticando as necessidades de capacitação da organização, buscando supri-las mediante ações educacionais, que podem ser ações de treinamento desenvolvidas internamente, com instrutores próprios ou contratados, ou eventos oferecidos pelo mercado, com participação de servidores da CVM.

O Programa Geral de Treinamento é composto pelos seguintes itens:

Programa de Educação Regular

Seu objetivo é permitir a um grupo de servidores, selecionado com base em critérios previamente estabelecidos, a participação em cursos de mestrado, doutorado, pós-doutorado ou especialização lato sensu que proporcionem uma formação que, de alguma maneira, venha a contribuir para a ampliação da cultura organizacional.

O programa implica a liberação, em horário parcial ou integral, dos servidores selecionados para participação nos cursos escolhidos. Em alguns casos, havendo disponibilidade orçamentária, a CVM pode também custear as taxas de participação no curso.

Todos os servidores participantes estão obrigados a prestar informações periódicas que permitam o adequado acompanhamento da efetividade do investimento da organização. Com o objetivo de permitir o compartilhamento dos resultados das pesquisas dos participantes do Programa de Educação Regular, estes estão agora obrigados a recolher à Biblioteca cópias de suas teses ou dissertações, assim como a proferir palestras de divulgação científica.

Treinamentos Administrativos

São treinamentos voltados para habilidades e conhecimentos relacionados a tarefas administrativas diárias ou voltados para mudanças de atitudes, aumento de motivação, relacionamento interpessoal, supervisão e gestão administrativa e informações sobre a organização.

Treinamentos Técnicos

São treinamentos voltados principalmente para habilidades e conhecimentos relacionados a conceitos técnicos de planejamento e execução financeira, fiscalização e normatização do mercado financeiro e de capitais, de gestão de administração pública e de recursos humanos.

Curso de Pós-Graduação lato sensu em Regulação do Mercado de Capitais

O 1º curso de pós-graduação em Regulação do Mercado de Capitais, em parceria com o Instituto de Economia da UFRJ, foi implantado em 2003, atendendo antigo anseio da CVM.

O curso, com duração de 18 (dezoito meses) meses e carga horária de 480 (quatrocentos e oitenta) horas/aula, foi realizado nas próprias dependências da organização, no Rio de Janeiro. A seleção dos participantes foi feita com base em critérios acadêmicos definidos pela UFRJ. Está fixado para março de 2005 o prazo de entrega das monografias, todas voltadas exclusivamente para assuntos de interesse da CVM.

Programa de Treinamento em Língua Inglesa

Este programa tem a finalidade de capacitar os servidores da CVM na utilização do idioma em situações profissionais de real comunicação, nas habilidades de leitura, escrita, compreensão e expressão oral.

Licença para Capacitação

É o afastamento do servidor do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por período de até três meses, a cada quinquênio de efetivo exercício para participar em ações de capacitação. Esta concessão se condiciona ao planejamento interno da CVM e, à oportunidade do afastamento e à relevância da ação para a instituição.

Palestras Técnicas

Visam atender uma necessidade dos servidores na atualização de informação imediata quanto a assuntos técnicos administrativos relacionados diretamente com a CVM e o serviço público federal. É uma programação de encontros com palestrantes convidados ou internos, desenvolvida a partir de temas sugeridos pelos próprios servidores.

As Palestras Técnicas, ao mesmo tempo que permitem um contato direto entre o público interno e especialistas do mercado financeiro ou de capitais, é também um espaço para a apresentação de trabalhos desenvolvidos por servidores da CVM e que, de outra forma, não chegariam ao conhecimento do restante da organização.

Programa de Educação Regular

Este programa, através de cursos de pós-graduação (extensão, especialização, mestrado, doutorado, pós - doutorado), objetiva ampliar conhecimentos técnicos nas áreas específicas da CVM e desenvolver novas posturas de gestão na Administração Pública.

Projetos Prospectivos

A GAH, a par de sua atuação rotineira, desempenha também um papel de agência de planejamento e instância viabilizadora de mudanças institucionais. Considerando que todas as grandes mudanças – novos projetos, assunção de atividades finalísticas inéditas, introdução de novas tecnologias etc. – sempre apresentam um impacto sobre o quadro de pessoal, o papel da GAH é traduzir as perspectivas futuras da organização em ações proativas no âmbito de recursos humanos, seja planejando a ampliação de quadros seja seu reordenamento remuneratório ou reciclagem de conhecimentos.

Todos os processos rotineiros de hoje resultaram de uma ação proativa do passado, e muitos dos projetos prospectivos de hoje resultarão em novas rotinas no futuro. Dada sua natureza difusa, os processos de planejamento em que a GAH se envolve tendem a não ter a desejada visibilidade, mas são um componente essencial no conjunto de atividades da gerência.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2004

A apresentação das atividades desenvolvidas em 2004 segue a mesma ordem da apresentação das missões setoriais e atividades permanentes.

- **Registros e Movimentação**

Dando continuidade ao projeto de automação do banco de dados funcionais, foram conferidos dados de servidores aposentados e desligados, através de consulta a pastas funcionais, boletins de pessoal, planos de cargos e salários. Durante a conferência, junto com a SSI, foram sendo racionalizados a arquitetura do sistema e a modelagem dos dados, quando se fizeram necessários.

A área orientou e recebeu a documentação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas do Concurso Público para cargos de nível superior, com vistas à admissão em março de 2004. Limitações orçamentárias inicialmente e decisões na esfera judicial só permitiram que a nomeação fosse efetivada em 28 de dezembro. Com isso todo o procedimento anterior de orientação, recepção e conferência de documentos, deverá ser refeito.

- **Aposentadoria e Pensão**

No ano de 2004 foram concedidas 3 (três) novas aposentadorias; concluídos 4 (quatro) processos de revisão dos fundamentos legais de aposentadorias, com o pagamento retroativo dos valores devidos e isenção do Imposto de Renda na fonte; encerrados 9 (nove) processos de reversão com o despacho de arquivamento, em vista do não cumprimento de todas as exigências legais; foram averbadas 28 (vinte e oito) Certidões de Tempo de Contribuição e indeferidos 2 (dois) processos de aposentadoria e pensão.

Também foi atualizado o cômputo de anuênios para 3 (três) servidores que apresentaram Certidão de Tempo de Contribuição comprobatória de tempo de serviço prestado à União. Ainda estão pendentes 6 (seis) processos que solicitam considerar o tempo de serviço prestado à empresa pública ou de economia mista para cômputo do anuênio, com base no Acórdão nº1.871/2003 do Tribunal de Contas da União, aguardando Parecer da Advocacia Geral da União.

Com a edição da Emenda Constitucional nº 41/03, foram deferidos 33 (trinta e três) processos de Abono de Permanência em serviço.

Em agosto de 2004 foi afastado provisoriamente servidor que alcançou idade máxima para permanecer em serviço. Esse procedimento foi adotado conforme orientação dada pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, ratificada pela Procuradoria Federal Especializada da CVM, até o pronunciamento da Advocacia Geral da União sobre acumulação de proventos.

De modo a garantir a segurança na concessão de Licença Capacitação, foi redefinido o módulo específico do Sistema de Recursos Humanos e inseridos os dados de fruição de todas as licenças concedidas até o ano de 2004.

Em atendimento ao Decreto nº 2.251/97, acompanhamos a Atualização Cadastral de 171 (cento e setenta e um) aposentados e pensionistas.

Folha de Pagamento

Além das atividades rotineiras de processamento das folhas de pagamento mensais, a área desenvolveu as seguintes atividades extraordinárias:

Face à negociação do SINDCVM com o Governo Federal para reajuste da remuneração no ano de 2004, foram elaborados cálculos de impacto de diversas alternativas de aumento, bem como propostas de novas tabelas salariais para os servidores da CVM.

Conferência, contestação, prestação de informações, elaboração de cálculos e emissão de fichas financeiras de cerca de 160 (cento e sessenta) ações judiciais.

- **Normatização**

Em vista da edição da Medida Provisória nº 210, de 31.08.04, esta GAH, em conjunto com o SINDCVM, elaborou minuta dos Decretos para regulamentar a concessão da GDCVM e da GDACVM. Também foram elaboradas as propostas de portarias internas que estabelecem os critérios, os procedimentos específicos e os fatores de avaliação de desempenho, em consonância com os parâmetros propostos nas minutas dos citados decretos.

- **Análise e aplicação de Legislação de Pessoal**

Foram elaborados estudos e notas técnicas referentes à prova de Redação do Concurso Público para Analista e Inspetor para subsidiar contestação da CVM à recomendação do Ministério Público Federal e defesa na Ação Civil Pública ajuizada na 1ª Vara Federal Civil.

- **Serviço Social**

O Serviço Social desenvolve trabalho em conjunto com as diversas áreas da GAH, em especial o Serviço Médico (RJ e SP).

O setor registrou em termos quantitativos, entre julho e dezembro de 2004, **23** (vinte e três) estudos de caso com as médicas do trabalho, **287** (duzentos e oitenta e sete) atendimentos individuais (pessoal ou telefônico) a servidores e colaboradores, sendo **227** (duzentos e vinte e sete) voltados diretamente para servidores, **60** (sessenta) para colaboradores, **15** (quinze) para familiares, **13** (treze) para chefias, **44** (quarenta e quatro) para aposentados, **2** (duas) visitas domiciliares, **1** (uma) visita hospitalar e **2** (dois) acompanhamentos de emergência.

Visando atender às necessidades de saúde dos servidores, colaboradores e estagiários não beneficiários de plano de saúde, foi realizada visita a um Posto de Assistência Médica (PAM) próximo à sede da Autarquia para facilitar a marcação de consultas e obter esclarecimentos sobre os programas desenvolvidos naquele PAM. Foram feitos também **271** (duzentos e setenta e um) contatos com entidades externas como Secretarias Municipais de Saúde, Sul América, Ministério da Fazenda, laboratórios de análises, consultórios médicos, Círculo Brasileiro de Psicanálise e serviços públicos de saúde, para encaminhamento de diversos casos.

O trabalho desenvolvido em parceria com o Serviço Médico está relacionado às atividades de rotina e também a afastamentos médicos do próprio servidor. Neste sentido, foi realizada uma Campanha de Doação de Sangue em benefício do Instituto Nacional de Cardiologia Laranjeiras e acompanhados **11 (onze)** casos de Licenças para Tratamento de Saúde concedidas pelo Ministério da Fazenda, três casos de Licenças por Motivo de Doença em Pessoa da Família e uma Licença Maternidade

Quanto ao Programa de Qualidade de Vida foram feitas pesquisas, cotação de serviços a serem oferecidos, observação nos atendimentos no Serviço Médico (queixas mais frequentes), discussão com as médicas do trabalho e com a equipe do setor de benefícios para planejamento de programas e ações a serem implementados. Com isso, foram promovidos, em conjunto com o Serviço Médico, uma palestra no Rio de Janeiro (tema: Qualidade de Vida) e um evento em comemoração ao dia do servidor público com exercício laboral e orientação com nutricionista. Programa-se o retorno da atividade com fisioterapeuta - exercício laboral, oferecido aos participantes a custo acessível. Foi estudado, também, programa dirigido a aposentados e pensionistas, não sendo iniciado por dificuldade de agendamento de palestra específica para esse público.

- **Serviço Médico**

Ao longo de 2004, todos os servidores do Rio de Janeiro foram convocados para realizar o exame periódico, tendo sido submetidos a exame clínico 208 servidores, ou seja, 69,33% do quadro de pessoal ativo, esperando-se a conclusão do processo no 1º trimestre de 2005. Em São Paulo, o exame será realizado no 1º trimestre de 2005.

A tabela abaixo evidencia o número de atendimentos no ano:

Relatório de Atendimentos do Serviço Médico referente ao ano de 2004:

Tipos de Atendimento	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	Total
Nº de Atendimentos a servidores	317	536	457	481	1791
Nº de Atendimentos a prestadores	356	424	370	273	1423
Nº de dias abonados de servidores	185	152	173	202	712
Nº de dias abonados de prestadores	7	27	20	9	63
Nº de vacinas anti-gripal aplicadas	0	270	0	0	270
Servidores afastados pelo MF	12	4	7	5	28
Exames clínicos periódicos	0	0	86	122	208

- **Programa de Benefícios**

São estes os indicadores referentes ao ano de 2004:

Conferência de recibos e solicitação de reembolso à Sul América: **2.505** (duas mil quinhentas e cinco) ocorrências.

Atendimento de dúvidas e solicitações de Ativos, Inativos e Pensionistas referentes aos Benefícios concedidos pela CVM: **3.545** atendimentos.

Servidores cadastrados nos programas de acompanhamento e controle do pagamento de benefícios:

- Assistência pré-escolar (Creche) – **410** (quatrocentos e dez) reembolsos processados.
- Auxílio-Transporte – **1.477** (um mil quatrocentos e setenta e sete) reembolsos processados.
- Auxílio-Alimentação – **3.814** (três mil oitocentos e quatorze) benefícios concedidos.
- Auxílio-Saúde – **9.459** (nove mil quatrocentos e cinquenta e nove) beneficiários

Distribuição de extratos de despesas médicas de ativos e inativos referentes ao contrato com a Sul América: **1.131** (um mil cento e trinta e um) extratos expedidos.

Conferência e distribuição de carteiras do plano de saúde Sul América a ativos, inativos, pensionistas e agregados: **1.640** (um mil e seiscentos e quarenta) carteirinhas.

Desenvolveu com a GAF conferência e auditoria dos descontos processados no pagamento dos servidores referentes à participação no plano de saúde, conciliando com as faturas da Sul América, relativo aos anos de 2002, 2003 e 2004.

Em 2004, o setor atuou efetivamente junto ao Grupo de Trabalho constituído para avaliação, sugestão e propostas de alternativas com vistas à Licitação do contrato de serviços de assistência à saúde aos servidores da CVM e seus dependentes e agregados.

- **Programa de Estágios**

No ano de 2004 foram mantidos os procedimentos de recrutamento, seleção, prazos e acompanhamento do Programa de Estágio, utilizando os serviços oferecidos pelo Agente de Integração (MUDES), tais como: divulgação do estágio, aplicação de provas escritas, cobrança de documentação do estagiário.

Foram elaborados mais 2 (dois) modelos de provas objetivas, além dos já existentes, e 24 (vinte e quatro) temas de redação, tendo em vista a necessidade de atualizar os temas abordados. Foram aplicadas provas a 433 (quatrocentos e trinta e três) candidatos, número 15% inferior ao do ano de 2003. A reformulação das provas teve como objetivo tornar a prova mais objetiva e mais ágil. Foram admitidos 105 (cento e cinco) novos estagiários e 104 (cento e quatro) foram desligados.

Apenas 36% dos estágios foram superior a 12 (doze) meses, gerando grande rotatividade de estudantes devido, principalmente, ao baixo valor da bolsa estágio. A Portaria/MP/Nº8, de 23 de janeiro de 2001, definiu que o estagiário de nível superior receberia, por 4 (quatro) horas diárias, a quantia de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), e o estagiário de nível médio receberia R\$145,00 (cento e quarenta e cinco reais). Os valores não foram reajustados até a presente data, o que aumenta o desinteresse dos estudantes em buscar estágio nesta Autarquia.

A comunicação com a Fundação MUDES é feita através de ofício ou e-mail. Foram expedidos 130 (cento e trinta) ofícios para formalizar o envio de documentos e comunicar os inícios e termos de estágio. Foram expedidas, ainda, 46 (quarenta e seis) declarações de término de estágio solicitadas pelos estudantes.

Cabe destacar a alteração na forma de envio das faturas de serviços prestados pela MUDES que, a partir de 2004, passou a ser encaminhada via correio eletrônico, facilitando e agilizando os procedimentos para pagamento das bolsas-estágio.

A utilização da Internet foi intensificada com a reformulação do *site* da MUDES. Além de permitir a visualização dos dados sobre os estagiários, o espaço destinado à CVM, naquela página, facilitará cada vez mais a divulgação das oportunidades de estágio oferecidas aos estudantes nesta Autarquia. Além dessa facilidade, está prevista a criação de um link para comunicação direta entre CVM e MUDES.

Foi criado o Guia do Estagiário a ser entregue, juntamente com as Portarias/PTE/Nºs 185/2002 e nº 006/2003, no início do estágio. Este material tem por objetivo orientar os novos estagiários quanto à ética, direitos e deveres, informações sobre o pagamento, frequência etc.

Para permitir melhor atendimento às necessidades de estágio na Superintendência Regional de São Paulo, foi assinado convênio, em junho de 2004, com a Fundação do Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP, órgão do Estado de São Paulo, que disponibilizou estrutura completa para recrutamento e seleção de estagiários. Esse novo contrato exigiu a realização de diversas reuniões para acerto dos procedimentos a serem seguidos por aquele órgão.

- **Programa Geral de Treinamento**

O Setor de Treinamento, como forma de atender às necessidades de formação e capacitação dos servidores desta Autarquia, desenvolveu durante o ano de 2004 os projetos e as atividades abaixo relacionados:

- **Treinamentos Técnico - Administrativos**

No ano de 2004 foram registradas 327 (trezentas e vinte e sete) inscrições de trabalhadores a serviço da CVM em eventos de treinamentos técnicos e administrativos. Este montante é formado

principalmente por servidores, mas em alguns treinamentos estagiários e colaboradores também participaram. Este conjunto de ações alcançou um total de 3.548 (três mil quinhentos e quarenta e oito) horas/aula. Apesar de o número de treinandos ser 44% inferior ao do ano passado, a carga horária total em sala de aula foi 3,5 (três vírgula cinco) vezes maior.

Destacam-se os treinamentos corporativos que respondem às expectativas de grande número de componentes organizacionais, que tiveram prioridade na execução. Foram eles:

- Curso: Direito Societário, ministrado pelo professor Nelson Eizirik e custeado pelo projeto com o Banco Mundial, atendendo 56 (cinquenta e seis) Analistas, Inspetores e Procuradores Federais, no Rio de Janeiro;
- Curso: Contabilidade Internacional, realizado no Rio de Janeiro pela FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras, contando com a participação de 47 (quarenta e sete) Inspetores, Analistas e Procuradores Federais;
- Curso: Programa de Treinamento para Assistentes de Gerência e Superintendência, realizado através de duas turmas no Rio de Janeiro, atendendo 28 (vinte e oito) servidores.

- Curso de Pós-Graduação lato sensu em Regulação do Mercado de Capitais

Conclusão da etapa de aulas presenciais do 1º curso de pós-graduação em Regulação do Mercado de Capitais, desenvolvido em parceria com o Instituto de Economia da UFRJ e focado nas necessidades de seu público interno (servidores do quadro permanente). Está fixado para março de 2005 o prazo de entrega das monografias, todas voltadas exclusivamente para assuntos de interesse da CVM.

- Programa de Treinamento em Língua Inglesa

O Programa de Treinamento em Língua Inglesa reiniciado em agosto de 2003, aberto a todos os servidores da CVM, contou, no ano de 2004, com 12 (doze) turmas no Rio de Janeiro, 4 (quatro) turmas em São Paulo e uma turma em Brasília. O programa beneficiou 103 (cento e três) servidores (média do número de alunos por mês).

- Licença para Capacitação

Quinze servidores utilizaram a Licença para Capacitação para seu aperfeiçoamento, praticamente o dobro de servidores do ano anterior.

- Palestras Técnicas

Iniciada em abril de 2001, a programação contou até agora com 45 (quarenta e cinco) diferentes eventos, sendo cinco palestras no ano de 2004, quais sejam:

- **Direito Societário Americano**, proferida pelo professor Stuart Cohn, da Universidade da Flórida;
- **Instrução nº 400 - As Novas Regras de Ofertas Públicas de Distribuição de Valores Mobiliários**, proferida pelo Superintendente de Registro de Valores Mobiliários, Carlos Alberto Rebello Sobrinho;
- **Securities Lending**, ministrada por Alejandro Berney;
- **Responsabilidade dos Administradores e Membros do Conselho Fiscal das Sociedades Anônimas**, proferida pelo dr. Nelson Laks Eizirik;
- **Características contemporâneas da Regulação da Economia e a Posição da CVM**, ministrada por Alexandre Aragão e Ronaldo Fiani.

O papel da GAH nas Palestras é o de viabilizar uma programação montada, na prática, pelos próprios interessados. Essa interatividade vem-se mostrando altamente produtiva. Tal fato demonstra que a existência deste fórum informal veio preencher uma carência até então não atendida.

- Programa de Educação Regular

Em 2004, o número de participantes do programa alcançou nove servidores. Destes, três estão inscritos em cursos de Mestrado, três em cursos de Doutorado, sendo um no exterior, e os outros três em especializações *lato sensu* (MBA, etc.). O custo específico do Programa em 2004 foi de R\$ 17.550,00 (dezessete mil, quinhentos e cinquenta reais) para um único servidor. Os demais tiveram apenas o benefício da liberação de carga horária, com ônus limitado para a CVM.

- Conclusão

O montante de investimentos da organização em capacitação foi de R\$ 352.286,48 (trezentos e cinquenta e dois mil, duzentos e oitenta e seis reais e quarenta e oito centavos), com um total de 1.519 (um mil quinhentos e dezenove) participações e 18.423 (dezoito mil quatrocentos e vinte e três) horas-aula, representando um incremento em relação ao ano de 2003 na ordem de 66,69%, 2,29% e 246,36%, respectivamente.

ESTATÍSTICAS DO SETOR DE TREINAMENTO

Tabela 1: Resumo

Objeto	Custo Total R\$	Carga Horária Total	Nº Total de Treinandos
Programa de Educação Regular	17.550,00	1.977	9
Curso de Pós-Graduação - Especialização - Regulação de Mercado de Capitais	143.611,16	220	35
Licença Para Capacitação	-	1.136	15
Treinamentos Técnicos e Administrativos (Corporativos e Externos)	42.399,74	3.548	327
Programa de Treinamento em Língua Inglesa	148.725,58	11.542	103
TOTAL	352.286,48	18.423	1.519

Tabela 2: Relatório Anual Programa de Educação Regular – 2004

Nº	Servidor	Curso	Entidade	Local	Nº de Participantes	Período	Carga Horária	Custo R\$
1	Alexandre Murray Pinto	Mestrado em Economia	UFRJ	RJ	1	01.2003 a 12.2004	360	-
2	José Carlos Bezerra da Silva	Mestrado Executivo em Gestão Empresarial	FGV	RJ	1	25.08.2003 a 08.2004	85	-
3	Marcos Galileu Lorena Dutra	Mestrado em Direito	Faculdade de Direito - USP	SP	1	03.2003 a 12.2004	480	-
4	Marcos Vinícius de Carvalho	Especialização em Direito Societário	FGV/EDESP	SP	1	16.04.2004 a 16.12.2005	384	17.550,00
5	Norton Peres Gaeta	Curso de Especialização MOT CN (Management of Technology in Computer Networks)	NCE/UFRJ	RJ	1	28.04.2004 a 30.04.2005	380	-
6	Paula Marina Sarno	Doutorado em Ciências Econômicas	UFRJ	RJ	1	02.2001 a 03.2005	*	-
7	Sidnei Francisco Renzo	MBA em Gestão Financeira e Risco da FIPECAFI	FEA/USP	SP	1	01.09.03 a 15.12.04	288	-
8	Valdir de Jesus Lameira	Doutorado em Administração de Empresas	PUC-Rio	RJ	1	07.06.2004 a 03.2008		-
9	Andreza Pimentel Barbosa	Doutorado em Finanças	University of Reading	Reading, Inglaterra	1	22.11.04 a 31.10.07		-
TOTAL					9		1.977	17.550,00

* Em fase de elaboração de dissertação.

Tabela 3: Relatório Anual Curso de Pós-Graduação – Especialização Regulação do Mercado de Capitais – 2004

Meses	Nº de Participantes	Nº de aulas no mês	Carga Horária	Custo R\$
Janeiro	35	1	4	13.055,56
Fevereiro	35	2	8	13.055,56
Março	35	8	32	13.055,56
Abril	35	6	24	13.055,56
Maiο	35	8	32	13.055,56
Junho	35	8	32	13.055,56
Julho	35	10	40	13.055,56
Agosto	35	5	20	13.055,56
Setembro	35	3	12	13.055,56
Outubro	35	1	4	13.055,56
Novembro	35	3	12	13.055,56
TOTAL	385	55	220	143.611,16

Tabela 4: Relatório Anual Licença para Capacitação – 2004

Nº	Servidor / Cargo	C.O / SUP.	Curso	Entidade	Nº	Período	Carga Horária
1	Jairo Corrêa de Sá / Analista	GEA-2 / SEP	Treinamento em Língua Inglesa	Escola Executiva - RJ	1	6/01 a 02/04/2004	78
2	Sophia Alves Maia Daniel / Analista	GNC / SNC	Treinamento em Língua Inglesa	The Boston School of English LTDA. - RJ	1	1/03 a 29/05/2004	98
3	Edy Mendonça Tachizawa / Analista	GFE-6 / SFI	Curso Presencial e Intercâmbio	Centre International de Langue Française D'Annecy	1	5/04 a 4/06/2004	360
4	Valdir de Jesus Lameira / Analista	GOE / SOI	Curso de Doutorado em Administração de Empresas	PUC-Rio	1	8/03 a 8/06/2004	600
5	Daniel Alves de Araújo / Analista	SEP	Aperfeiçoamento em Língua Inglesa	Curso Feedback Idiomas - RJ	1	14/05 a 11/08/2004	
6	Ricardo Coelho Pedro / Analista	SEP	Curso de Língua Inglesa com ênfase em Negócios	Auding Idiomas - RJ	1	17/05 a 14/08/2004	
7	Flavio Gori / Analista	GII-3 / SIN	Treinamento em Informática - Excel e Access XP	Curso SOS Computadores - RJ	1	19/07 a 14/10/2004	
8	José Carlos Margalho Martins / Inspetor	GFE-1 / SFI	Curso em Língua Inglesa - Revisão do nível Intermediário e nível Avançado	FEEDBACK - Tijuca - RJ	1	16/06 a 11/09/2004	
9	Fábio Eduardo Galvão Ferreira Costa / Inspetor	GFE-2 – SFI	Elaboração de Monografia do curso de Graduação e Direito	UERJ	1	16/07/2004 a 13/10/2004	
10	Jorge Vieira da Costa Junior / Analista	GEA-1/SEP	Treinamento em Língua Inglesa – Instituto Brasil Estados Unidos	IBEU	1	02/08/2004 a 30/10/2004	
11	Renato Sterental Goldberg / Analista/Gerente	GDN / SDM	Elaboração de Monografia p/ conclusão do curso MBA – Regulação do Mercado de Capitais CVM/UFRJ	-	1		

12	José Alexandre Cavalcanti Vasco / Inspetor	SAD	Aperfeiçoamento em Direito Processual Constitucional - Faculdade de Direito/Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito/CEPED /UERJ e Aperfeiçoamento em Língua Inglesa	Curso FeedBack Idiomas	1	09/08/2004 a 06/11/2004	
13	Cláudia Leite Ribeiro / Agente Executivo	GFE-5/SFI	Freqüência em disciplinas de curso superior de Ciências Contábeis	Universidade Federal Fluminense / UFF	1	30/08/2004 a 27/11/2004	
14	Gesio Maximo de Azevedo / Inspetor	GFE-6/SFI	Curso em Língua inglesa – Revisão do nível básico II e III	Curso FEEDBACK / Centro - RJ	1	03/09/2004 a 01/12/2004	
15	Carlos Eduardo Ramos da Cruz / Analista	GOI/SOI	Curso de Revisão e Atualização de Direito – Centro de Estudos Jurídicos 11 de agosto	CEJ / Niterói - RJ	1	04/10/2004 a 01/01/2005	
TOTAL						15	1.136

Tabela 5: Relatório Anual Treinamentos Técnicos e Administrativos – 2004

Treinamentos Corporativos

Nº	Treinamento	Entidade	Local	Período	Nº Treinandos	CH do Curso	CH Total	Custo R\$
1	41ª Palestra Técnica: Características Contemporâneas da Regulação da Economia e a Posição da CVM	CVM	RJ	6/02	30	2	60	-
2	42ª Palestra Técnica: Instrução nº 400 - As Novas Regras de Ofertas Públicas de Distribuição de Valores Mobiliários	CVM	RJ	4/03	40	2	80	-
3	Curso: Programa de Treinamento para Assistentes de Gerência e Superintendência	CVM	RJ	8, 9 e 11/03	17	12	204	1.478,00
4	Curso: Contabilidade Internacional	CVM	RJ	18/03, 1º, 15 e 6/05	47	24	1128	9.000,00
5	Curso: Programa de Treinamento para Assistentes de Gerência e Superintendência	CVM	RJ	26, 27 e 30/04	11	12	132	1.478,00
6	43ª Palestra Técnica: Responsabilidade dos Administradores e Membros do Conselho Fiscal das Sociedades Anônimas	CVM	RJ	24/05	38	2	76	-
7	44ª Palestra Técnica: Direito Societário Americano	CVM	RJ	16/06	46	2	92	-
8	Curso: Direito Societário	CVM	RJ	Todas as Quartas-feiras a partir do dia 21/07 até 3/11	55	21	1155	-
9	45ª Palestra Técnica: Securities Lending	CVM	RJ	03/08	21	3	63	-
TOTAL					305		2.990	11.956,00

Treinamentos Externos

Nº	Treinamento	Entidade	Local	Comp. Org.	Período	Treinados	CH do Curso	CH Total	Custo do Curso R\$	Custo Total R\$
1	Curso: Reforma Previdenciária no Serviço Público (Janete Rocha Vieira e Átila Régis Guimarães)	CONTREI	RJ	GAH	28 a 30/04	2	24	48	990,00	1.980,00
2	Curso: Mercado de Carbono (Raul Fernando Portugal Neto)	IPÊ	SP	GDR	30/04 a 2/05	1	16	16	375,00	375,00
3	Curso: Modalidade de Juros e Multas Contratuais, de acordo com o Novo Código Civil (Felipe Claret da Mota)	IBC Brasil	SP	GER-2	3/06	1	8	8	1.845,00	1.845,00
4	Curso: As Melhores Práticas de Governança Corporativa (Cláudia de Oliveira Hasler e Eduardo Silva de Medeiros)	IBGC	RJ	GEA-3 / GNA	7 e 8/06	2	16	32	-	-
5	Curso: Montagem e Manutenção de Micros com Ênfase em Redes (Jorge Marcos dos Anjos Governo)	SENAC	RJ	GST	8/06/2004 a 8/01/2005	1	166	166	1.637,00	1.637,00
6	Curso: Gestão Orçamentária e Financeira (Fernanda Amaral Rodrigues de Brito)	ENAP	DF	GAF	14 a 25/06	1	70	70	550,00	550,00
7	Curso: CONIP 2004 (Ricardo Falcão)	IDETI	SP	GST	22 a 24/06	1	24	24	860,00	860,00
8	Curso: Formação de Pregoeiros (Philip Araújo Silberman)	ENAP	DF	GAG	28 a 30/06	1	24	24	350,00	350,00
9	Congresso Brasileiro de Software Livre Empresarial (Hermano Dutra e Mello Neto)	NATS do Brasil	SP	GSI	29/06	1	8	8	400,00	400,00
10	Congresso Fenasoft Brasil Software Week (Francisco Aieta Affonso)	NATS do Brasil	SP	GST	1º/07	1	8	8	500,00	500,00
11	Curso: Especialização em Direito Penal Econômico Internacional (Flávia Hana Masuko Hotta)	IBCCRIM	SP	GJU-1	5/08 a 27/09	1			2.500,00	2.500,00
12	Seminário: A Harmonização das Normas Contábeis no Brasil e no Mundo (Eduardo Del Nero Berlendis, Edvaldo Paes de Souza, Flávia Hana Masuko Hotta e Vicente Rosseto)	BOVESPA	SP	GJU-3 / GFE-4 / GJU-1 / GMN	20/08	4	8	32	-	-
13	Curso: Análise e Avaliação de Empresas (Alexandre Lopes de Almeida, Andréa Erthal Bernardes Pereira e Elizabeth Lopez Rios Machado)	IIR Training	SP	GEA-2 / GER-1 / SEP	15 e 16/09	3	16	48	2.188,32	6.564,96
14	III Seminário Nacional HDL para Secretárias e Assessores (Orlando Dias Lopes e Sergio Farias)	HDL	RJ	GEA-1 / GEA-2	1º/10	2	8	16	420,00	840,00

15	Congresso e Feira Infoimagem (Leonardo José Mattos Sultani)	CENADEM	SP	SAD	5/10	1	8	8	896,00	896,00
16	Evento: Rating Socioambiental: Nas Decisões de Project Finance e Gestão de Investimentos (Antonio Carlos de Santana)	UNICORP	SP	SNC	7/10	1	8	8	1.430,00	1.430,00
17	Curso: Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED (Ricardo Falcão)	SAGE - UFRJ	RJ	GST	26 e 27/10	1	16	16	620,00	620,00
18	Curso: Análise e Desenvolvimento da Securitização (Reginaldo Pereira de Oliveira)	IIR Training	SP	GER-1	27 e 28/10	1	8	8	2.188,32	2.188,32
19	XVIII Congresso Brasileiro de Direito Tributário (Luis Alberto Lichtenstein Balassiano)	IGA-IDEPE	SP	GJU-3	27, 28 e 29/10	1	8	8	640,00	640,00
20	5º Congresso Brasileiro de Governança Corporativa (Antônio Carlos de Santana)	IBGC	SP	SNC	8/11	1	10	10	1.570,00	1.570,00
21	Curso: Contabilidade Internacional (Wagner Duarte de Aquino)	IIR Brasil Ltda	SP	SNC	9 e 10/12	1	8	8	3.497,46	3.497,46
22	Curso: Legislação de Pessoal Aplicada aos Sistemas (Janete Rocha)	CLASSE A CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA	DF	GAH	15, 16 e 17/12	1	24	24	1.200,00	1.200,00
TOTAL						22		558		30.443,74

Tabela 6: Relatório Anual Programa de Treinamento em Língua Inglesa – 2004

Meses	Participantes	Turmas	Carga Horária	Custo R\$
Fevereiro	119	19	931	6.931,70
Março	113	19	1.464	14.323,92
Abril	112	19	1.135	10.025,40
Mai	105	18	1.204	11.939,44
Junho	100	18	994	17.331,62
Julho	96	18	1.092	18.552,68
Agosto	103	18	1.097	17.347,26
Setembro	100	18	1.103	18.142,46
Outubro	98	18	1.011	13.856,58
Novembro	94	18	955	13.473,26
Dezembro	93	18	556	6.801,26
TOTAL	1133	201	11.542	148.725,58

PROJETOS PROSPECTIVOS

Na área de provimento de pessoal, a expectativa da GAH em 2005 é, na dependência da aprovação de realização de concurso para as vagas de nível intermediário existentes, planejar e administrar a execução de concurso público para o cargo de Agente Executivo.

No que se refere a Treinamento, a GAH, concomitantemente ao planejamento e execução de treinamento técnico para os analistas e inspetores recém nomeados, planeja estudar e reestruturar toda a política de treinamento que vem sendo adotada, aplicando técnicas e procedimentos mais modernos.

Ainda quanto a Treinamento, planeja recuperar os espaços físicos destinados a atividades de treinamento, desativados em função da já comentada necessidade de reorganização das instalações da CVM para recepção dos novos servidores concursados.

3.1.7. GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO – GAD

A Gerência de Documentação tem como atribuições básicas centralizar e disseminar a informação através de seus vários setores, quais sejam: Arquivo Central, Biblioteca, Protocolo e Centro de Consultas.

Organizar, higienizar, restaurar, indexar e arquivar toda a documentação de guarda provisória ou permanente da CVM são as principais atribuições do *Arquivo Central*.

Em 2004, conseguimos progresso significativo na organização e elaboração de bancos de dados para cadastramento de documentos societários e financeiros das empresas de capital aberto, que se encontram sob a guarda do Arquivo Central:

- Foram cadastrados em banco de dados apropriado 17.487 (dezessete mil quatrocentos e oitenta e sete) documentos societários de Cias. Abertas (atas, estatutos, editais, fatos relevantes, comunicados, etc);
- Foi finalizado o trabalho de cadastramento das informações financeiras (1993 a 1996), tendo sido inseridos em banco de dados 3.233 (três mil duzentos e trinta e três) documentos (ITR, DF, DFP, IAN);
- Foi finalizado o trabalho de organização das informações financeiras de 1997 a 1999, bem como iniciado o cadastramento das mesmas em banco de dados.

No entanto, devido à deficiência de pessoal, não foi possível concluir o trabalho de organização dos demais documentos (processos, informações de cias. incentivadas, balancetes de fundos de ações, documentos internos dos diversos Componentes Organizacionais, etc).

DADOS ESTATÍSTICOS – ARQUIVO CENTRAL (2004)

Componente Organizacional	Quantidade
GEA4	99
GI12	42
GMA1	58
GNC	68
SEP	273
SRE	161
TOTAL	701

	Quantidade
Documentos	192
Processos	123
Total	315

Com a aquisição de estantes deslizantes no final de 2004, pretendemos, em 2005, ampliar consideravelmente o volume de recolhimento de documentos.

São funções do *Protocolo* o recebimento e a expedição de todos os documentos e correspondências, bem como a instauração de processos.

Devido à necessidade de ajustes entre o SAP e o SAP/SEP, não foi possível promover a total descentralização de abertura de processos em 2004, como era nossa intenção. No entanto, a descentralização foi implementada com sucesso junto à Gerência de Orientação a Investidores, que hoje já instaura 100% de seus processos.

DADOS ESTATÍSTICOS - PROTOCOLO (2004)

	2003	2004
Processos abertos pelo Protocolo	4.629	4.939
Processos abertos por outras áreas	8.282	3.662
REC (*)	16.086	21.152

(*) REC - Sistema de Recebimento de Correspondências (sistema onde são lançadas todas as correspondências que entram no Protocolo, por meio da ECT ou diretamente no balcão). São registrados, dentre outras informações, o tipo de correspondência (ofício, memorando, carta, periódicos, petições, etc), o destinatário (CO), o remetente e a descrição do assunto.

Sistema de Controle de Recepção de Documentos

	2003	2004
Companhias Abertas	5.426	4.532
Companhias Incentivadas	1.078	361
Fundos	670	622
Companhias Estrangeiras	6	6
Total	7.180	5.521

Expedição de Correspondências pelo Correio

	2003	2004
Aviso de Recebimento – AR	15.290	18.753
Carta Simples – CS	33.971	39.962
Malote SRB	569	583
Malote SRS	2.226	2.124
SEDEX	4.224	925
Total	56.280	62.347

A respeito da *Biblioteca*, pretendemos, a partir de 2005, disponibilizar na Intranet e na Internet um catálogo contendo todo o nosso acervo, o que depende somente do desenvolvimento/aquisição de um sistema de automação.

DADOS ESTATÍSTICOS – BIBLIOTECA

	2004
Aquisição de livros	132
Atendimento ao público interno	1.555
Atendimento ao público externo	435
Catlogação/classificação de livros	132
D.O. U. Leitura/indexação	240
Ementário de Atos Declaratórios da CVM	530
Ementário de Atos Normativos da CVM	9
Indexação de artigos de periódicos	35
Indexação de Atos Normativos	147
Preparo do Boletim de Alerta (mensal)	11
Registro de Livros	89
Registro de fascículos de periódicos	244

Acrescentamos, por fim, a participação da Gerência de Documentação nos projetos de implantação de GED/Workflow e no Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento (PNPC).

3.1.8. GERÊNCIA DE PROJETOS – GAP

De maneira a cumprir os objetivos estabelecidos no contrato de empréstimo firmado com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, foi empreendido, durante o exercício de 2004, um grande esforço por parte da equipe do projeto, que culminou com as seguintes realizações:

- Seminário sobre *Enforcement* com palestrantes da Securities and Exchange Commission – SEC, que contou com a presença de 82 (oitenta e dois) participantes (servidores da CVM e representantes de outras instituições similares da América Latina);
- Curso de Direito Societário com o Professor Nelson Eizirik, do qual participaram 56 (cinquenta e seis) servidores da CVM;
- Contratação da empresa New Start para ministrar aulas de inglês a todos os servidores que se encontram envolvidos no projeto do Banco Mundial;
- Contratação de Tradutor;
- Participação de servidores da CVM nos seguintes eventos:

Evento	Data de Realização	Número de Participantes
Annual International Institute for Securities Market Development	19/04 a 05/05/2004	3
Hedge Fund Regulation and Compliance Conference	03 a 04/05/2004	3
Hedge Funds International Programme	17 a 18/05/2004	3
Fundamentos de Administração de Sistemas I	01 a 08/06/2004 e 02 a 09/08/2004	5
Treinamento Sistema R/3 (SAP)	07 a 08/06/2004; 19 a 20/07/2004; 14 a 18/06/2004; 02 a 05/08/2004	3
Administração de Sistemas I	28/06 a 09/07/2004 e 02 a 09/08/2004	5
Asset Management - Avaliação de Performance e Risco	06 e 07/07/2004 e 09 e 10/11/2004	2
Client Connection	13/07/2004	1
Marcação a Mercado para Títulos no Mercado Brasileiro	20 e 21/07/2004	2
Administração de Sistemas II	26/07 a 06/08/2004	3
Congresso Nacional de Securitização - O Impacto dos Fundos de Recebíveis e CRI's na Economia Brasileira: Alternativas de Financiamento a Custos Baixos e Novas Opções de Investimento em Renda Fixa	17 e 18/08/2004	1
Seminário de Novas Rotinas de Execução de Projeto	16/09/2004	1
Securitização de Ativos Financeiros	20/09/2004 a 20/10/2004	1
Gestão de Almoxarifado e Patrimônio	21 e 22/09/2004	1

Contabilidade Pública	23 e 24/09/2004	1
IV Encontro Nacional de Gestão de Investimentos e Fundos	22 e 23/09/2004	3
Emerging Markets Programme	03/10/2004 a 08/10/2004	1
INFOIMAGEM 2004	05 a 08/10/2004	2
CFTC Symposium for International Market Authorities	18 a 22/10/2004	1
Preço de Títulos de Renda Fixa e Opção de Taxa de Juros	27 e 28/10/2004	1
Essentials of US Capital Markets	11 a 13/10/2004	1
Seminário Lei Sarbanes Oxley	22/10/2004	6
Fixed Income Suite	25 a 29/10/2004	3
Demonstrações Contábeis Internacionais	26 a 27/10/2004	3
Applying US Accounting Standards; Comparison of US GAAP with IFRS/IAS; Applying International Financial reporting Standards; Meeting the Requirements for First Time Adoption of IFRS/IAS	01 a 08/12/2004	2
2004 Securities Law Developments Conference	06 a 07/12/2004	2
FSA International Seminar	06 a 10/12/2004	1
Mergers and Acquisitions Structuring the Deal	14 a 16/12/2004	4
TOTAL		65

- Aquisição de 16 notebooks, sendo 15 deles destinados aos inspetores da CVM e 1 à Gerência de Projetos – GAP. Tal aquisição foi complementada pela aquisição de 16 drives de disquete e de 16 bolsas para acondicionamento dos equipamentos.
- Aquisição e renovação de 29 (vinte e nove) periódicos internacionais e nacionais, que versam sobre assuntos relacionados à atuação da CVM e que atenderam às solicitações de diversas superintendências, conforme lista a seguir:
 - World Internet Law Report
 - World Investment Regulation Review
 - World Securities Law Report
 - International Accounting Standards Board - IASB
 - Journal of Finance
 - Journal of Accountancy
 - Business Week Magazine
 - Harvard Business Review
 - Compliance Reporter
 - The Accounting Review
 - Accounting Horizons
 - MSDN Magazine
 - Legal Scholarship Network Site License

- Faulkner Advisory on Computers and Communications Technology - FACCTS
- Security Management Practices - SMP
- Latin Finance Magazine
- Journal of Economic Literature
- Financial Accounting Research System FARS on CD-ROM
- Accountancy Magazine
- Journal of Financial Crime
- Journal of Money Laundering Control
- The Financial Regulator
- Financial Market Trends
- Clube Delphi
- Country Report Brazil
- Country Forecast Brazil
- World Commodity Forecast
- The Economist
- Australian Accounting Review

Foi possível, ainda, a conclusão dos seguintes processos licitatórios, cujos contratos já estão sendo assinados:

- Desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento de Mercado, que será utilizado pela SMI;
- Diagnóstico da Tecnologia da Informação, que, além de prever a elaboração dos editais destinados à contratação de mais quatro sistemas, dará origem a um plano de informática para os próximos anos, envolvendo todas as áreas da CVM, e
- Elaboração de um Manual de Inspeção (incluindo software), a ser adotado pela SFI.

Além desses, teremos em 2005 diversos outros trabalhos sendo realizados, dentre os quais destacamos os seguintes:

- Componente 1A – Estudo da Estrutura Interna da CVM, abrangendo os recursos humanos e materiais disponíveis, bem como propostas para aprimoramento. Encontra-se, atualmente, na fase de avaliação das propostas técnicas;
- Componente 1B – Estudo sobre *Enforcement*. O prazo para apresentação das propostas já expirou. Considerando que apenas 2 empresas apresentaram propostas, o projeto está analisando as providências a serem adotadas para prosseguimento do processo;
- Componente 3E – Treinamentos em Finanças Corporativas e Contabilidade. Aguardando propostas das instituições incluídas na lista curta para ministrar os seguintes cursos:

- Finanças Corporativas
- Contabilidade Internacional
- Componente 3F – Atualização de Normas. A SDP para contratação de consultoria para elaborar estudo sobre Padrões Contábeis já possui a Não Objeção do Banco Mundial;
- Componente 7B – Treinamentos Internos (diversos) – foram encaminhadas as solicitações de propostas para as instituições incluídas na lista curta para ministrar os seguintes cursos:
 - Renda Fixa e Câmbio, no Rio de Janeiro
 - Renda Fixa e Câmbio, em São Paulo
 - Direito Societário, em São Paulo

Em relação ao convênio firmado com o Fundo Multilateral de Investimentos – FUMIN, por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para execução do Programa de Modernização e Fortalecimento Institucional da CVM, cujo objetivo é promover o fortalecimento do mercado de capitais por meio da modernização e do fortalecimento de sua agência reguladora e supervisora, a CVM, tivemos as seguintes realizações:

- Contratação de especialista para realização de um diagnóstico sobre o cenário atual da Certificação dos Profissionais do Mercado de Valores Mobiliários no Brasil; e
- Contratação de especialista para elaboração da especificação técnica necessária ao desenvolvimento e à implementação, na CVM, do Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED/*Workflow*, que tem como projeto piloto o Sistema de Registro Eletrônico de Valores Mobiliários.

Além dessas contratações, já está sendo concluído o processo licitatório destinado à aquisição dos equipamentos de informática que serão utilizados no serviço de digitalização e *workflow*.

Coube à GAP, ainda, efetuar o acompanhamento físico e financeiro dos bens adquiridos e dos trabalhos executados pelos consultores contratados, bem como das ações definidas no Plano Plurianual – PPA e nos projetos, que demandaram diversas medidas junto às áreas da CVM envolvidas, suscitando, além das análises dos cenários apresentados, alterações e redefinições, a elaboração de relatórios de acompanhamento solicitados pelo Ministério da Fazenda e pelos organismos internacionais que disponibilizam os recursos utilizados nos projetos.

3.2. SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA – SSI

3.2.1. COMPETÊNCIAS

O papel da Informática na CVM é indispensável ao desempenho de todas as Ações do Programa Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários, além de dar apoio às atividades administrativas. Compete à SSI:

- Planejar, coordenar e controlar todas as atividades relacionadas à informática na CVM, efetuadas diretamente ou através da contratação de serviços de terceiros;
- Planejar, coordenar e controlar a execução de serviços de terceiros relacionados com a utilização de recursos de informática na CVM;
- Planejar o desenvolvimento de tecnologia de captação e disseminação de informações, com vistas ao aperfeiçoamento do sistema de informações da CVM;
- Coordenar a elaboração do Plano Estratégico de Informações e suas revisões, em conjunto com as demais superintendências da CVM, propondo anualmente sua aprovação ao Colegiado;
- Participar da elaboração e acompanhamento do orçamento administrativo em relação às rubricas que digam respeito às atividades de informática;
- Assessorar o SGE e demais componentes organizacionais da CVM em matéria considerada de sua competência, inclusive propondo normas de utilização dos recursos computacionais da CVM;
- Planejar, desenvolver, implantar e manter os sistemas de informática necessários ao funcionamento da CVM, com recursos internos ou terceirizados, cuidando permanentemente de sua implementação e melhoria;
- Criar padrões, instrumentos e metodologias próprias para o bom desenvolvimento de suas atividades;
- Administrar, direta e indiretamente, os recursos humanos especializados necessários ao desenvolvimento de sistemas de informações na CVM;
- Elaborar e executar o plano anual de treinamento dos funcionários da Superintendência;
- Manter permanente atenção ao desenvolvimento de tecnologia de disseminação de informações, com vistas ao aperfeiçoamento do sistema de informações da CVM;
- Planejar, coordenar e controlar as redes locais e de longa distância;
- Planejar, implementar e manter, com recursos próprios ou de terceiros, a plataforma computacional da CVM;
- Propiciar os recursos técnicos necessários à captação e disseminação de informações pela CVM;

- Providenciar e controlar a manutenção periódica dos equipamentos eletrônicos sob sua responsabilidade, através da contratação de serviços especializados;
- Administrar e controlar o uso dos equipamentos eletrônicos pelos usuários da CVM para evitar sua utilização incorreta ou indevida;
- Orientar os usuários da CVM na utilização correta dos equipamentos e reparar falhas apresentadas quando solicitado.

3.2.2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2004

Visando a melhoria na qualidade das informações prestadas ao público externo, foram desenvolvidos novos módulos de recebimento de Informes pela Internet tais como o Informe de Prestadores de Serviços e a Reformulação de diversos Informes de Fundos, destacando-se o Extrato do Fundo, o Perfil Mensal, a CDA, Informe Diário, Demonstrações Contábeis, Pareceres de Auditores de Fundos e Fatos Relevantes entre outros.

Foram desenvolvidos no CVMWEB os procedimentos necessários ao envio, através do Site da CVM, dos documentos eventuais dos Fundos de Investimento Imobiliários (ata, regulamento, fato relevante, aviso ao mercado, prospecto de distribuição, proposta do administrador, edital de convocação, etc), conforme INSTRUÇÃO CVM Nº 205/94, complementando o sistema de FII implantado em 2003.

O Registro e Atualização de Dados Cadastrais dos Fundos de Renda Fixa, o Registro e Atualização Cadastral dos Fundos de Investimentos (Inst. 409) e o desenvolvimento da Rotina de Fiscalização Eletrônica no CVMWeb foram implementações importantes para o acompanhamento dos Fundos pela CVM.

Mantendo o convênio firmado entre a CVM e o BACEN, geramos e encaminhamos diariamente arquivos com os dados cadastrais dos Fundos de Investimento, além de consultas aos dados consolidados, especialmente desenvolvidas para o Banco Central.

Novos participantes do Mercado de Valores Mobiliários estão sendo acompanhados no Sistema de Cadastro como os Fundos de Investimentos por Índice de Mercado, FUNCINE e as Corretoras de Mercadorias.

O Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC, foi remodelado visando melhor orientar os usuários externos da CVM, assim como permitir consultas estatísticas, e foi implantado o Módulo de Recepção de Denúncia Sobre Suspeita de Lavagem de Dinheiro.

Ainda em 2004, foram disponibilizadas na Internet informações sobre os Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC, Títulos de Investimento Coletivo emitidos pelos municípios no âmbito das operações urbanas consorciadas e regulamentados pela Instrução CVM nº 401/03.

Com Relação às Ofertas Públicas, foram inseridos novos controles, como a Dispensa Automática de Registro e Dispensa de Requisitos do Registro, exibindo link na Internet para as decisões do Colegiado que deliberaram as dispensas.

Disponibilizamos também as OPAS arquivadas e as não sujeitas ao registro. Para possibilitar uma melhor visualização, reformulamos o acesso as seções ofertas em análise e registradas no Site, inclusive na versão em inglês.

No âmbito da Arrecadação, foi implantada a Guia de Recolhimento da União – GRU, de Cobrança com o objetivo de unificar o recolhimento de Taxas, Multas e Dívida Ativa, agilizando tanto a Emissão da Guia para o contribuinte em formato PDF, por e-mail ou via Internet, quanto o controle da baixa automática do pagamento via arquivo do Banco do Brasil. Na baixa automática da Dívida Ativa, a nova sistemática efetua tanto o encerramento do processo de execução fiscal da dívida no Sistema Jurídico quanto a quitação de taxas e multas relacionadas.

Tendo em vista que todos os fundos de investimento regulados e fiscalizados pela CVM, independentemente dos ativos que componham sua carteira, também passaram a pagar, a partir do 1º trimestre de 2005, a taxa de fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, em face do art. 52 da Lei nº 11.076/04, o Sistema de Taxa de Fiscalização sofreu uma grande alteração na sua forma de cálculo para se adaptar às novas regras.

Além disso, para os fundos de investimentos, o Sistema de Taxa de Fiscalização terá, a partir de primeiro de janeiro de 2005, duas novas formas de cálculo e apuração de patrimônio: 1) taxa paga trimestralmente com base na média diária do patrimônio líquido referente ao trimestre imediatamente anterior; 2) taxa paga trimestralmente com base no patrimônio líquido apurado no último dia do trimestre imediatamente anterior ao do pagamento para os fundos de investimento que, com base na regulamentação aplicável vigente, não apurem o valor médio diário de seu patrimônio líquido.

De janeiro a novembro de 2004, a quantidade de acessos ao site da CVM cresceu aproximadamente 60% e o total de informações disponibilizadas elevou-se de 2.9 GB para 5.6 GB. O Site da CVM passou também a recepcionar informações dos fundos de renda fixa, cujas funções de fiscalização foram incorporadas por esta Autarquia.

Em se tratando de Hardware, a Gerência de Tecnologia adquiriu três novos servidores de rede (Rio, SP e Brasília) e cerca de 60 microcomputadores. Houve ainda a conclusão do processo licitatório para a aquisição de licenças de software para servidores da Microsoft pelas razões seguintes:

O Sistema Operacional Windows NT versão 4.0, instalado na CVM desde 1997, será descontinuado pela Microsoft a qual não dará mais suporte ao mesmo;

Necessidade técnica da utilização de produtos homogêneos com vistas à melhoria do desempenho operacional;

Necessidade de ampliação do software de correio eletrônico, principalmente devido à entrada de novos concursados do concurso público realizado recentemente.

Iniciando uma série transformações pelas quais o Site da CVM passará no próximo ano e que visa facilitar o acesso das informações ao público em geral, o link FALE COM A CVM foi alterado e agora deixa bem visível todas as possibilidades de contato com a Autarquia.

Foi também incluído um link "Colegiado e Superintendentes", que detalha cargo e nome dos seus ocupantes, com suas respectivas atribuições e um ACESSO RÁPIDO às informações de Companhias Abertas (ITR, DFP, IAN, Prospectos, OPAS, Ofertas Registradas e Ofertas em

Análise etc.), dos Fundos de Investimentos e dos demais participantes do mercado que facilita e simplifica essa forma de acesso tão utilizada pelo público.

Além destes, melhoras significativas foram introduzidas nos itens ALERTA, LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO e ATUALIZAÇÃO CADASTRAL.

A AGENDA, que anuncia datas de compromissos e obrigações e ainda um link ao CENTRO DE CONSULTAS contendo informações sobre Biblioteca da CVM, fecham esse primeiro bloco de mudanças e dão uma prévia do que está por vir, sempre visando à transparência e o acesso rápido e fácil às informações.

Por fim, a Superintendência de Informática está tendo uma participação intensiva na definição de projetos para apresentação e aprovação pelo BID e pelo Banco Mundial, tendo inclusive colaborado na descrição de alguns Termos de Referência em conjunto com a área demandante e terá participação efetiva na Revisão do Plano Estratégico de Informática que norteará os passos da Informática na CVM para os próximos 5 anos.

3.2.3. PLANEJAMENTO PARA 2005

Para o próximo ano, pretendemos dar continuidade ao desenvolvimento de facilidades de envio de informes e implementação de melhorias nos sistemas já em produção, sempre utilizando extensivamente os recursos da Internet. Em relação aos projetos do BID e Banco Mundial, já iniciamos o acompanhamento do Sistema de Manualização da SFI.

A Gerência de Tecnologia dará início a processo de análise e homologação de tecnologias de assinatura digital e PKI, a migração dos servidores para o sistema operacional Windows 2003, a migração para o Servidor de E-mail Exchange 2003, a aquisição de licenças de software para estações dos novos concursados e ainda a aquisição e implantação de impressoras e de 150 novos microcomputadores.

Visando ampliar e melhorar a qualidade da rede, serão adquiridos novos switches. A revisão do layout do CPD com a utilização de servidores em rack e a revisão da metodologia do serviço de help-desk, adquirindo e homologando software de controle, visam melhorar a qualidade dos atendimentos aos usuários da CVM.

Em atendimento às recomendações da ABIN será realizada a contratação de consultoria em segurança da informação e implantação das políticas e técnicas correspondentes. Como forma de melhoria da segurança da informação haverá o reforço na rotina de backup com a compra de um dispositivo robô para carregar fitas nos dispositivos de gravação/leitura.

Em relação aos projetos do BIRD e BID, a GST dará prosseguimento ao projeto de GED/Workflow (BID) – Aquisição de hardware e Conclusão do termo de referência de software e serviços e a sua implantação. Os projetos 1E do BIRD – Diagnóstico de TI, 4F do BIRD – Acompanhamento de Mercado (hardware, software e rede), e 5 A do BIRD – Diagnóstico de reestruturação do site CVM também serão priorizados pela Gerência de Tecnologia.

3.2.4. *ESTRUTURA DE PESSOAL*

A SSI conta com duas gerências: Gerência de Sistemas (GSI) responsável por toda a atividade de sistemas e administração de dados e Gerência de Tecnologia (GST) responsável pelo planejamento, gestão e administração dos recursos ligados à tecnologia da informação.

A estrutura de pessoal da SSI está constituída, em sua maioria, por funcionários da Relacional Consultoria Ltda, empresa terceirizada para desenvolver as atividades de informática na CVM.

O quadro apresentado a seguir evidencia a distribuição de pessoal na Superintendência de Informática:

	Adm	Help Desk	Suporte Externo	Rede/ Telecom	Adm. Dados	Sistemas	Total
CVM							
Superintendência	1						1
Gerência	2						2
Auxiliar Serviços Gerais	1			1			2
Analistas				4		1	5
Agente Executivo	1	1				1	3
Estagiário		2		1			3
Subtotal	5	2		6		2	16
RELACIONAL							
Analistas				3	1	13	17
Coordenador	1						1
Consultor				1		1	2
Técnicos Proc. Dados	1	3				1	5
Técnico Proc. Dados - SP				1			1
Operador de Call Center			2				2
Subtotal	2	5	2	5	1	15	28
TOTAL	7	7	2	11	1	17	44

Obs.: Posição em 22/12/2004

3.3. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE BRASÍLIA – SRB

3.3.1. *COMPETÊNCIAS*

- Realiza o acompanhamento de matérias de interesse da CVM nas duas Casas do Congresso Nacional (Projetos de Lei, Medidas Provisórias, CPIs, etc.);
- Atua com o objetivo de incrementar a inserção da Autarquia e seus dirigentes no cenário legislativo, especialmente na preparação das sabatinas dos indicados para compor o Colegiado, além de dar atendimento às demandas inerentes ao trâmite da formulação legal;
- Dá suporte à Procuradoria Federal Especializada no acompanhamento junto aos Tribunais Superiores e Regionais, processos que a CVM tenha interesse e nas Varas Federais;
- Presta atendimento a investidores, intermediários e companhias abertas;
- Oferece suporte administrativo necessário aos membros do Colegiado e/ou servidores que estejam em Brasília.

3.3.2. *ATIVIDADES JUNTO AO PODER LEGISLATIVO*

1 – O Superintendente assessorou, junto ao Senado Federal - Comissão de Assuntos Econômicos - os indicados para compor o Colegiado da CVM, em sabatina naquela Comissão Legislativa: em junho - o Presidente Marcelo Trindade e o Diretor Eli Loria; em setembro o Diretor Sergio Weguelin;

2 – O Superintendente participou de várias Audiências Públicas que aconteceram no Congresso Nacional e acompanhou temas de interesse da CVM, tais como:

- CPI do BANESTADO
- Operação Societária da AMBEV
- Operação Societária da EMBRATEL
- Seminário – Pensando o Brasil – Comissão de Economia Câmara dos Deputados;

3 – O Superintendente acompanhou a tramitação e discussão de emendas às Medidas Provisórias que criaram os Valores Mobiliários do Agro-negócio;

4 – A SRB acompanhou matéria de interesse da CVM:

- 73 (setenta e três) Projetos de Lei nas duas Casas do Congresso Nacional, priorizando os que tratam de mercado financeiro e/ou de capitais

5 – A CVM foi demandada a atender 04 (quatro) Requerimentos de Informações, feitos por Parlamentares, no sentido de dar embasamento a assunto técnico ligado a CVM, tendo sido todos respondidos.

6 – A CVM foi solicitada a emitir 17 (dezessete) pareceres acerca de proposições legislativas, de assunto técnico de sua responsabilidade.

3.3.3. ATIVIDADES JUNTO AO PODER EXECUTIVO

1 - O Superintendente Regional participou das negociações sobre política salarial dos servidores da CVM, junto ao Ministério da Fazenda e Secretaria de Recursos Humanos;

2 - A SRB acompanhou em Brasília vários assuntos nos diversos Órgãos Federais, tais como: Ministério da Fazenda, Conselho Monetário/COMOC e no Ministério do Planejamento, e em especial sobre a discussão da criação de Valores Mobiliários do Agro-negócio e da Taxa de Fiscalização de Fundos;

3 – O Superintendente Regional participou das discussões na Câmara Temática do Agro-Negócio;

4 - A SRB deu continuidade aos trabalhos de assessoramento ao Presidente nas reuniões de COMOC/CMN, tendo organizado as pautas e os votos.

5 - CRSFN - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional

Dos trabalhos realizados junto ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, neste ano, ocorreram 12 (doze) sessões de julgamento, tendo sido julgado um total de 811 (oitocentos e onze) processos, sendo originários de decisões proferidas em primeira instância pelo Colegiado da CVM e BACEN.

3.3.4. ATIVIDADES JUNTO AO PODER JUDICIÁRIO

1 - O Superintendente Regional de BSB, deu início à criação do Projeto de Relacionamento Institucional com o Supremo Tribunal de Justiça – STJ e cooperação técnica com a magistratura;

2 - Através dos Procuradores Federais, da PFE/AGU lotados em Brasília, a quem a SRB dá o apoio instrumental, foram realizadas as atividades junto ao Poder Judiciário.

3.3.5. ATIVIDADES EXTERNAS

1 - A SRB representou o Presidente da CVM em diversos eventos, como posses, solenidades e seminários;

2 – Coordenou os trabalhos desenvolvidos através do convênio de Cooperação Técnica da CVM e a Associação de Bancos Estaduais – ASBACE, constantes de palestras – Café com Finanças e Fórum Jurídico;

3 – Coordenou as discussões, por delegação da SRI, no convênio de Cooperação Comercial Brasil/Turquia com o Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio e o Ministério de Relações Exteriores;

4 - Participou de julgamento de processo no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

3.3.6. ATIVIDADES INTERNAS

A SRB proporcionou aos Membros do Colegiado, Superintendentes, Procuradores, Comissões de Inquérito e outros servidores, o suporte administrativo necessário ao desempenho de suas funções quando em Brasília;

1 - Atendeu a 106 (cento e seis) consultas de investidores, e os assuntos mais abordados foram: resgate fundo 157, atualização de ações antigas, acesso à legislação para constituição de empresas de capital aberto, registro de auditor independente, bem como de acesso à homepage da CVM;

2 - Confeccionou informativos parlamentares e relatórios de acompanhamento dos trabalhos realizados junto ao Conselho de Recursos do SFN;

3 - Na informática, realizou as operações de suporte e “help desk”.

3.4. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO – SRS

3.4.1. COMPETÊNCIA

A Superintendência Regional de São Paulo (SRS) é uma unidade regional da CVM, que possui as competências e características abaixo apresentadas, tendo sob sua subordinação a Gerência Administrativa (GRS). Ao longo dos anos tem se orientado pelos credos, valores, missão, objetivos e visão da CVM e, através de sua Gerência Administrativa, executa procedimentos procurando honrar seus compromissos junto à Administração Central, ao cidadão, ao usuário, ao servidor e ao contribuinte para:

- Oferecer uma adequada infra-estrutura operacional em São Paulo.
- Assegurar a disponibilidade de recursos humanos e materiais proporcionando um ambiente confiável, confortável, seguro e eficiente.
- Preservar o patrimônio, o interesse e as finanças públicas.

A política de manutenção adotada procura ser predominantemente preventiva, com as atividades sendo executadas conforme procedimentos baseados em atos normativos, normas nacionais e internacionais, nas especificações, recomendações dos fabricantes, treinamentos e conhecimento técnico acumulado. Além das medidas preventivas, o processo de manutenção desdobra-se em ações corretivas em regime contínuo, na estrutura operacional proporcionando o atendimento a todo tipo de ocorrências para o restabelecimento, o mais imediato possível, sem comprometer a continuidade dos serviços. São competências da SRS:

- Supervisionar e coordenar as atividades desenvolvidas pela CVM no âmbito da Superintendência Regional de São Paulo;
- Zelar pela disciplina no âmbito da regional de São Paulo;
- Disciplinar o recebimento, distribuição e encaminhamento das correspondências e documentos recebidos na SRS, particularmente os relacionados com o registro e atualização de informações de companhias e com o registro de emissão de valores mobiliários, através dos malotes diários, aos componentes organizacionais da sede e demais regionais;
- Supervisionar a implementação no âmbito da regional da São Paulo das diretrizes de informática determinadas pela SSI;
- Representar a regional e/ou a CVM, quando autorizado, perante órgãos e entidades do mercado;
- Servir de intermediário na solução de casos e/ou questões, no sentido de facilitar os contatos dos Componentes Organizacionais da sede, com o público em geral, e vice-versa;
- Oferecer suporte administrativo necessário aos membros do Colegiado e/ou servidores que estejam em missão da CVM na regional de São Paulo;

- Encaminhar periodicamente ao SGE, com cópia para os Superintendentes das áreas técnicas, o relatório das atividades desenvolvidas.

3.4.2. COMENTÁRIOS GERAIS

No âmbito desta Superintendência, o ano de 2004 foi marcado por:

1. Execução parcial do projeto de reforma da SRS para comportar os 20 novos servidores do concurso realizado em outubro de 2003, incluindo o remanejamento de divisórias, a instalação de persianas, bem como a instalação de biombos;
2. Aquisição e recebimento de 24 escrivaninhas e 20 armários;
3. Aquisição e recebimento de 1 fragmentadora e 2 aparelhos de fax;
4. Aquisição e recebimento de 1 veículo Palio Weekend;
5. Aquisição e recebimento de 01 servidor de rede Prolianti Xeon 3.2 GHZ ;
6. Acerto periódico do patrimônio da SRS com a doação dos bens inservíveis para Casas André Luiz (cadeiras, mesas e armários);
7. Aquisição e recebimento de 6 notebooks Toshiba Titanium Speaker Pentium 4.2.4 GHZ;
8. Manutenção essencial do patrimônio e das instalações com destaque para: revisão geral dos aparelhos de ar condicionados e troca de 46 bases de poltronas;
9. Continuidade do processo de preparação das demandas de compras conduzidos pela GRS nos itens de: materiais de consumo (suprimento de informática, gêneros alimentícios, higiene/limpeza e materiais de expediente) e manutenção;
10. Na área de contratos de terceirização tivemos: implantação do novo contrato de locação de veículo e motoristas (PETIT POÁ TRANSPORTES S/A) e novo contrato para o serviço de limpeza (K2 SERVIÇO DE LIMPEZA S/A);
11. Participação de servidores em palestras, seminários e congressos externos, visando o desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de conhecimentos específicos;
12. Na área de pessoal efetivo, tivemos também as seguintes movimentações significativas: a vacância de 01 inspetor e o mandato do servidor Eli Loria como diretor (DAS-5);
13. Contratação da Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP para intermediação nas contratações e administração das relações de estágios na CVM/SP;
14. Acompanhamento do processo de liquidação judicial da Corretora Monarca, pela SUSEP, objetivando a possibilidade de aquisição dos conjuntos pertencentes a empresa, que são conjugados com os da SRS, permitindo uma oportuna ampliação do espaço físico desta Regional.

Prevê-se para o ano de 2005 a continuidade dos trabalhos que não foram concretizados em 2004 e o atendimento de novas demandas, com base no conceito de Qualidade Total, proporcionando às áreas técnicas e aos demais usuários equipamentos e instalações nos padrões atuais de modernidade e funcionalidade, mantendo o suporte aos servidores no que tange ao fornecimento

de informações e serviços ligados à Administração de Recursos Humanos, Patrimônio, Suprimentos e Compras além da busca de máxima eficiência na área de Protocolo.

Foram prioridades da SRS em 2004 e anos anteriores, devendo ser concluídas e somadas às novas demandas em 2005:

1. Conclusão da reforma na SRS, com a contratação das seguintes etapas do projeto:
 - Execução das instalações elétricas, lógicas, telefônicas e de ar condicionado;
 - Execução das instalações hidráulicas e sanitárias (inclusive adequando as instalações para deficientes físicos;
 - Aquisição e instalação de novos equipamentos de ar condicionado;
 - Execução dos serviços de acabamento (pinturas e acerto em pisos e forros) e detalhes finais (balcão da recepção, balcão de *coffee break* e comunicação visual).
2. Continuidade do processo de doação de bens inservíveis para Casas André Luiz;
3. Reposição e ampliação da terceirização dos serviços de apoio em função das restrições para reposição/ampliação do quadro de efetivos das atividades meio, com a:
 - Contratação de quatro auxiliares de arquivo terceirizado;
 - Recontração dos serviços de manutenção predial terceirizado;
 - Contratação do serviço de mensageiro/copista terceirizado.
4. Infra-estrutura e suporte para absorver as contratações em andamento e as novas contratações propostas, tais como:
 - Ampliação e readequação da rede telefônica, visando atender o aumento da demanda e as novas tecnologias propiciadas pela concorrência entre as operadoras de telecomunicação, prevendo a modernização do PABX;
 - Aquisição de novos equipamentos tais como: impressoras, fragmentadoras, cafeteira e outros a serem definidos.
5. Continuidade no treinamento e/ou reciclagem em inglês, dos servidores da SRS, além de aperfeiçoamento técnico dos servidores para a área fim;
6. Melhorias no auditório (instalação de sonorização e vídeo-conferência) e recepção (mobiliário e informatização);
7. Melhoria na manutenção/reparo do patrimônio da SRS.

3.4.3. *ESTRUTURA ORGANIZACIONAL*

Competências da GRS

- Intermediar as demandas administrativas dos servidores e Componentes Organizacionais da SRS, junto à sede, no sentido de facilitar e agilizar o atendimento das mesmas;

- Proporcionar a necessária infra-estrutura operacional aos demais Componentes Organizacionais da SRS, através das atividades de suporte administrativo nas áreas de protocolo, malote, mensageiro, telefonia, patrimônio, especificação/preparação de compras, almoxarifado, reprografia, recrutamento e seleção de pessoal, treinamento, registro e acompanhamento funcional, suporte de informática, suprimento de fundos, manutenção geral, conservação e limpeza, copa, segurança patrimonial, biblioteca, transporte e outras atividades auxiliares;
- Executar e controlar o recebimento, distribuição e encaminhamento das correspondências e documentos recebidos na SRS, particularmente os relacionados com o registro e atualização de informações de companhias e com o registro de emissão de valores mobiliários, através dos malotes diários, aos componentes organizacionais da sede e demais regionais;
- Oferecer suporte administrativo necessário aos membros do Colegiado e/ou servidores que estejam em missão da CVM na regional de São Paulo;
- Executar todas as normas e procedimentos reguladores, expedidos pelos órgãos competentes (internos e externos), no âmbito da SRS, sobre a administração dos bens imóveis, móveis e serviços auxiliares;
- Participar das propostas de alteração nas dependências da SRS, que impliquem em novo *layout* dos órgãos ou modificação de instalações;
- Implementar no âmbito da regional da São Paulo as diretrizes de informática determinados pela SSI;
- Zelar, no âmbito da regional de São Paulo, pela preservação e segurança: do patrimônio, dos servidores e dos usuários, através do cumprimento das Normas Específicas, propondo e/ou implementando medidas, quando necessário;
- Manter permanente entrosamento com a Administração do Condomínio do Edifício CBI visando dirimir questões que afetem os interesses da CVM;
- Coordenar e fiscalizar os serviços terceirizados sob sua responsabilidade;
- Assessorar a Superintendência Administrativo-Financeira nas matérias inerentes a SRS;
- Encaminhar periodicamente, à SRS, relatório das atividades desenvolvidas no período.

3.4.4. COMPONENTES ORGANIZACIONAIS LOTADOS EM SÃO PAULO

Situação em 31/12/2004:

SRS – Superintendência Regional de São Paulo 01 Superint. (DAS-4) – analista

01 servidor

GRS – Gerência Administrativa	01 Gerente(DAS-3) – ag. executivo
05 servidores	01 Auxiliar (DAS-1) – não efetivo
	01 Encar. (FG-2) – ag. executivo
	01 Agente executivo
	01 Auxiliar S. Gerais
SMI – Superint. Rel. Merc. e Intermediários	01 Superint. (DAS-4) - inspetor
02 servidores	01 Auxiliar (DAS-1) – não efetivo
GMA2 – Gerência Acomp. Mercado 2	01 Gerente (DAS-3) – analista
07 servidores	01 Encar. (FG-2) – ag. executivo
	04 Analistas
	01 Inspetores
GMN – Gerência Análise Negócios	01 Gerente (DAS-3) – analista
08 servidores	01 Aux. . (FG-3) – aux.serv.ger.
	03 Analistas
	03 Inspetores
SFI – Superint. Fiscalização Externa	
GFE3 – Gerência Fiscalização Ext. 3	01 Gerente (DAS-3) – inspetor
07 servidores	01 Agente Executivo
	05 Inspetores
GFE4 – Gerência Fiscalização Ext. 4	01 Gerente (DAS-3) – inspetor (aposent.).
08 servidores	01 Auxiliar (DAS-1) – não efetivo
	06 Inspetores
GFE7 – Gerência Fiscalização Ext. 7	01 Gerente (DAS-3) – inspetor

05 servidores

01 Chefe (FG-1) – ag. executivo
03 Inspetores

SOI – Superint. Proteção e Orientação aos Investidores

GOI2 – Gerência Orient. Investidores 2

07 servidores

01 Gerente (DAS-3) – analista
01 Auxiliar (DAS-1) – não efetivo
01 Assistente (DAS-2) – não efetivo
01 Encar. (FG-2) – ag. executivo
01 Analista
01 Agente Executivo
01 Inspetor

PFE – Procuradoria Federal Especializada junto à CVM

GJU3 – Subprocuradoria Jurídica 3

01 servidor

01 Procurador Federal

GJU1 – Subprocuradoria Jurídica 1

03 servidores

03 Procuradoras Federais

3.4.5. RECURSOS HUMANOS

• Pessoal Ativo (56 servidores)

Efetivos (Concursados) – 49

23 Inspetores

12 Analistas

04 Procuradores Federais

08 Agentes Executivos

02 Auxiliares Serv. Gerais

Cargos de Confiança – 14

04 DAS-1 (auxiliar)

Todos não efetivos

01 DAS-2 (assistente)

Não efetivo

07 DAS-3 (gerente)

6 efetivos

1 aposentado

02 DAS-4 (superintendente) Efetivo

Funções de Confiança (exclusivo para efetivos) - 05

	01 FG-1 (chefe de seção)
	03 FG-2 (encarregado)
	01 FG-3 (assistente)

• **Estagiários** (10 vagas alocadas/2 estagiários em atividade)

Nível superior: 08 vagas (alocadas)	01 GMA2 (em atividade)
	02 GMN (em seleção/aguardando liberação)
	01 GJU1 (em seleção)
	01 SRS (em seleção)
	01 GRS (aguardando liberação da GAH)
	02 GOI2 (1 em atividade/1 aguardando liberação da GAH)

Nível médio: 02 vagas (alocadas)	01 SRS (aguardando liberação)
	01 GRS (aguardando liberação)

• **Terceirizados (13 postos/15 funcionários)**

Suporte de informática (empresa: RELACIONAL)	01 Técnico
Segurança/Portaria (empresa: VISE)	02 Guardete (44 horas/semana)
	02 Postos (12 X 36 horas)
	04 vigilantes
Limpeza/Conservação (empresa: K2)	04 Auxiliares de Limpeza
Copa (empresa: DUETO'S) – em punição	01 Copeira
Transporte (empresa: PETIT POÁ)	02 Motoristas
Médico do trabalho (empresa: JHM)	01 Médico

3.4.6. PATRIMÔNIO

Situação em 31/12//2004.

- **Instalações físicas**

Endereço: Rua Formosa, 367 – 20º e 21º andares – Cond. Edifício CBI

C.N.P.J.: 29.507.878/0002-80

Propriedade do imóvel: CVM – cedido pelo Patrimônio da União

Área territorial (IPTU): 2.130 m² - 1.065 m² x 2 andares

Área de uso privativo: aprox. 1.600 m² - 800 m² x 2 andares

- Área operacional total: aprox. 1440 m²

- Área para eventos: aprox. 160 m²

Auditório: 81,25 m² (6,5m x 12,5m)

Cabines técnicas/hall - 78,75 m²

Capacidade: 56 pessoas

Ar condicionado: 41 aparelhos instalados (39 - 12000 BTU/01- 18000 BTU /
01 - 30000 BTU)

07 aparelhos de 10.000 BTU a ser revisado/instalado

- **Rede de informática**

Links: 1 com a sede de 512Kbs

1 com a BOVESPA de 128Kbs

1 com a BM&F de 128Kbs

1 com a AGÊNCIA ESTADO de 19200bps

03 servidores:

1 Compaq Proliant 3.2 – não definido ainda

1 Compaq Prosigma 300 – correio eletrônico

1 Compaq Poliant 1600 – servidor de arquivo

4 Roteadores

1 Switch

6 Hubs

100 Microcomputadores 20 – HP Pentium 4 2.6 GHZ

63 – Compaq Celeron 466 MHZ

15 – Compaq Pentium III 1 GHZ

01 – Compaq Pentium III 1 GHZ (Bloomberg)
01 – IBM NETVISTA Pentium IV 1.6 GHZ (BM&F)

02 Notebooks 02 – Compaq EVO 160 Pentium III 1 GHZ
06 Notebooks 06 – Toshiba Titanium Speaker Pentium 4 2.4 GHZ

13 Impressoras P&B: 03 – Laser Lexmark Optra S1855

01 – Laser Kyocera FS 3800
05 – Laser Kyocera FS1900
04 – Laser HP

01 Impressora Colorida: 01 – Laser HP Laserjet 4500 Color

03 Scanners: 01 – HP 2400
 01 – HP Scanjet 4
 01 – Epson Expression 636

- **Rede de telefonia**

Nº do tronco-chave: 2146-2000
Numeração reservada: 2146-2000 até 2146-2099
Sistema: PABX/D.D.R. (Discagem Direta a Ramal)
Quantidade de linhas: 30 troncos bidirecionais
Equipamento: PABX NEC NEAX 2400 SDS c/ tarifador

- **Reprografia**

4 máquinas P&B: 02 RICOH – FT 5840 (médio porte)
 02 RICOH – FT 7650 (grande porte)

- **Transporte**

01 viatura oficial própria, marca GM, modelo Kadett Ipanema, ano 1994.
01 veículo locado, marca GM, modelo Astra Sedan, ano 2003/2004.

01 viatura oficial própria, marca FIAT, modelo Palio Weekend, ano 2004/2005

3.4.7. PRINCIPAIS INDICADORES DA SRS

- **Tráfego de pessoas**

População fixa: 69 pessoas (situação em 31/12/2004)

- **Visitantes em 2004** (base dezembro/2004)

	Protocolo	Centro de consulta	Outros	Total
média/dia	17,21	2,13	3,6	22,94
pico/dia	41	16	21	78

- **Tráfego de documentos/correspondências**

Processos abertos em 2004 pela SRS: 720 (até 31/12/2004)

- **Documentos e correspondências em 2004**

Tipo de Documento	média/dia	total/ano
Instrução 202	0,04	10
Fundos	8,14	2043
Malote	36,79	9235

3.5. AUDITORIA INTERNA – AUD

A execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna da AUD, em 2004, foi dividida em quatro linhas de ações para as atividades, a saber:

- I Auditoria Operacional
- II Auditoria de Gestão
- III Auditorias Específicas
- IV Estrutura Interna e Capacitação

As auditagens realizadas abrangeram os seguintes componentes organizacionais:

- Superintendência Administrativo-Financeira – SAD e suas gerências:
 - Gerência de Compras e de Serviços Gerais – GAG;
 - Gerência de Orçamento e Finanças – GAF;
 - Gerência de Arrecadação – GAC;
- Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores – SOI;
- Subprocuradoria Jurídica 3 – GJU-3.

Também foram feitas auditagens nos seguintes componentes organizacionais, com relação a verificações de recomendações de Comissões de Sindicância:

- Superintendência Geral – SGE;
- Superintendência de Relações com Empresas – SEP;
- Superintendência de Fiscalização – SFI;
- Procuradoria Jurídica – PJU;
- Chefia de Gabinete da Presidência – CGP.

A distribuição das horas de auditoria ao longo de 2004, é mostrada no quadro abaixo:

Linha de Ação	H-H	
I – Auditoria Operacional	1.702	64,9%
II – Auditoria de Gestão	171	6,5%
III – Revisões específicas	220	8,4%
IV – Estrutura Interna e Capacitação	365	13,9%
V – Atividades não planejadas	164	6,3
TOTAL	2.622	100%

3.5.1. ATIVIDADES REALIZADAS

AUDITORIA DAS ATIVIDADES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Estas auditorias foram concentradas na área de Gestão Financeira, com foco nos pagamentos a fornecedores, e na área de Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços, abordando a auditoria de Processos de Compras e Almoxarifado.

Foram verificados 34 (trinta e quatro) processos de compra, abordando procedimentos licitatórios e pagamentos a fornecedores, apresentando um montante auditado da ordem de R\$ 5.356 (cinco milhões trezentos e cinquenta e três mil reais). O quadro a seguir mostra uma síntese quantificada dessas auditorias:

Modalidade auditada	Nº de Processos
Concorrência	3
Convite	3
Dispensa	1
Inexigibilidade	3
Pregão	18
Tomada de Preço	3
SBQC (BIRD)	1
Outros	2
Total	34
Montante auditado (R\$ Mil)	5.355,8

* Até 16/12/2004

Ainda na linha de ação de auditoria operacional foram realizadas auditorias no serviço de Atendimento a Investidores e nos procedimentos relativos a Taxa de Fiscalização, Multa Cominatória e Dívida Ativa.

AUDITORIA DE GESTÃO

a) Auditoria da Prestação de Contas de 2003

A Auditoria da Prestação de Contas de 2003 da CVM foi realizada em janeiro e fevereiro e em suas conclusões considerou as referidas contas como regulares.

b) Um primeiro modelo de Matriz de Risco

Foram feitos estudos sobre a elaboração de uma Matriz de Risco para direcionamento dos trabalhos de auditoria interna, cujos resultados preliminares indicaram 4 (quatro) áreas de processos para início do mapeamento de riscos:

- Arrecadação e cobrança – conjunto de procedimentos internos desde o evento gerador de uma cobrança (e.g. de taxa de fiscalização, multa), o respectivo recebimento, até a inscrição na Dívida Ativa da União (se esta vier a ocorrer).
- Procedimentos licitatórios e pagamentos – conjunto de procedimentos desde o início de um procedimento licitatório, passando pelo(s) pagamento(s) efetuado(s) ao fornecedor e a respectiva fiscalização do contrato, até o controle orçamentário dos dispêndios.
- Trâmite de Processo Administrativo Sancionador – que consiste no trâmite de procedimentos internos (como inquéritos administrativos, termos de acusação, rito sumário) desde a sua inicialização em uma Superintendência até a sua conclusão, passando pelo trâmite no âmbito do Colegiado da CVM.
- Segurança e confiabilidade da informação – que aborda a segurança e confiabilidade dos sistemas informatizados da CVM, e os procedimentos operacionais correlacionados. Os referenciais para este item são o diagnóstico elaborado pela ABIN para a CVM e, do TCU, o ‘Manual de Auditoria de Sistemas’ e ‘Boas Práticas em Segurança da Informação’. Este modelo de matriz de risco deverá ser ampliado e aprofundado em 2005.

AUDITORIAS ESPECÍFICAS

Foram realizadas verificações sobre o atendimento às recomendações de 6 (seis) Comissões de Sindicância, realizadas no período de 2003 a março de 2004, designadas, respectivamente, pelas Portarias CVM/PTE/Nºs 033/03, 057/03, 072/03, 099/03, 016/04 e 028/04.

As recomendações das Comissões de Sindicância foram atendidas ou estão em processo de atendimento, não havendo ressalva ou comentários adicionais a serem feitos.

ESTRUTURA INTERNA E CAPACITAÇÃO DA AUD/CVM

Em 2004, foi dada continuidade aos trabalhos de desenvolvimento e início dos testes do sistema Controle Integrado de Auditoria – CIA, em desenvolvimento na Superintendência de Informática. Também foi feita a instalação e treinamento do software ACL – Audit Comand Language.

O sistema Controle Integrado de Auditoria e o ACL – Audit Comand Language, irão formar, a partir de 2005, a base informatizada para as atividades de auditoria interna na CVM.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E NÃO PLANEJADAS INICIALMENTE

A primeira atividade foi a elaboração de um “Roteiro para Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar”, no período de abril-junho, com objetivo de apresentar informações básicas e orientações práticas para condução de processos administrativos disciplinares ou comissões de sindicância instauradas no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários. Este roteiro elaborado pela AUD está disponível na Intranet da CVM.

Em setembro, entre os dias 8 e 24, uma equipe de técnicos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN esteve na CVM realizando um trabalho de levantamento de campo com objetivo de

apresentar um diagnóstico sobre a segurança de informações. A AUD coordenou, internamente, o trabalho dos técnicos da ABIN junto aos demais componentes organizacionais.

O Relatório “Avaliação do Sistema de Proteção de Informações Sensíveis da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)”, elaborado pela ABIN, foi entregue à CVM em novembro. Em sua conclusão, o relatório cita: “comprovou-se que a CVM adota medidas de proteção para suas informações, embora não abarquem todos os aspectos envolvidos na proteção ao conhecimento”. Cita, ainda, que “há iniciativas setoriais bem-sucedidas sob a ótica da segurança, mas que não são estendidas aos demais setores da CVM, sendo as práticas pouco difundidas e de ocorrência segmentada. Além disso se verificou que poucos procedimentos de segurança estão normatizados e que alguns estão desatualizados, não refletindo a realidade organizacional vigente”.

O escopo do trabalho realizado pela ABIN abrangeu:

- Áreas e instalações
- Documentos e materiais
- Pessoal
- Sistemas de informação

3.5.2. CONCLUSÃO DA AUDITORIA

Nas verificações realizadas em 2004 não foram observados fatos ou indícios que pudessem comprometer a atuação dos componentes organizacionais da CVM. As recomendações feitas dizem respeito a aperfeiçoamento de procedimentos administrativos e de controles internos. Os pontos de auditoria relativos a fragilidades apontadas serão objeto de novas auditagens.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO 2004
